**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-UME**

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir (“Partes”):

**COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-UME**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 40.885.785/0001-41, registrada na categoria S2, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Emissora”); e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, Sala 132, Parte, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de representante dos Debenturistas (conforme abaixo definidos), neste ato representada por seu representante legal devidamente autorizado e identificado na respectiva página de assinaturas deste instrumento (“Agente Fiduciário”); (sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, conjuntamente, “Partes” e, individual e indistintamente, “Parte”), vêm, na melhor forma de direito, celebrar este “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-UME*”(“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições.

**GLOSSÁRIO**

Este glossário (“Glossário”) é parte integrante deste “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-UME”.*

|  |  |
| --- | --- |
| “Acordo Operacional” | “*Acordo Operacional de Parceira e Outras Avenças*”, celebrado entre a Emissora e a Ume. |
| “AGE” | A Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 21 de outubro de 2022, que aprovou, dentre outras, esta Emissão e a Oferta Restrita. |
| “Agente de Cobrança” ou “Ume” | **UME DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.**, sociedade limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 6.594, sala 701, Savassi, CEP 30.110-044 inscrita no CNPJ/ME sob o nº. 29.311.808/0001-71. |
| “Agente de Cobrança Alternativo” ou “ESCO” | A Empírica Gestão de Cobranças e Garantias Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 9º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 10.260.448/0001-06 (“ESCO” ou “Agente de Cobrança Alternativo”). |
| “Agente de Liquidação”, “Custodiante” e “Escriturador” | **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**,instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88. |
| “Agente Fiduciário” | **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, com domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, Sala 132, Parte, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34. |
| “Amortização Extraordinária Obrigatória” ou “Amortização Final” | As Debêntures deverão ser pagas pela Emissora na Data de Vencimento ou em datas de vencimento antecipado das Debêntures, sempre que houver Recursos Exclusivos e/ou valores na Reserva de Liquidação da Primeira Série, na Reserva de Liquidação da Segunda Série ou na Reserva de Liquidação da Terceira Série disponíveis. |
| “ANBIMA” | A ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. |
| “Assembleia Geral de Investidores” | Reunião convocada de acordo com o disposto no artigo 26 da Resolução CVM 60, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debêntures. |
| “Bancarizador” | É o parceiro financeiro bancarizador responsável pela emissão das CCBs. |
| “Boletim de Subscrição” | O boletim de subscrição que deverá ser assinado pelo Debenturista para a subscrição das Debêntures. |
| “B3” | A B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. |
| “CCB” ou “CCBs” | As Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelos Tomadores, incluindo as CCBs Convencionais e as CCBs Rotativas que poderão ser adquiridas pela Emissora no âmbito desta Emissão, observados os Critérios de Elegibilidade, a Ordem de Alocação de Recursos e os demais termos desta Escritura. |
| “CCB Convencional” ou “CCBs Convencionais” | Tem o significado atribuído na Cláusula 3.8.7.1 desta Escritura. |
| “CCB Rotativa” ou “CCBs Rotativas” | Tem o significado atribuído na Cláusula 3.8.7.1 desta Escritura. |
| “CETIP21” | O CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3. |
| “CNPJ/ME” | O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia. |
| “Código ANBIMA” | O “*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários*”, em vigor nesta data. |
| “Código Civil” | A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada. |
| “Código de Processo Civil” | A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada. |
| “Conta Cobrança” | A conta bancária que será utilizada para liquidação de todos os Direitos Creditórios Vinculados, conforme definida no Instrumento de Endosso. |
| “Conta Exclusiva” | A conta bancária nº 5765-7, de titularidade da Emissora junto ao Banco Bradesco S.A., na agência nº 3396, exclusivamente associada a esta Emissão, bem como a conta eventualmente usada pela Emissora para recebimento inicial do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados. |
| “Conta Liquidante” | A conta bancária que será utilizada para fins de distribuição dos montantes devidos aos Debenturistas, com domicílio bancário no Liquidante. |
| “Contrato de Cobrança” | “*Contrato de Prestação de Serviços de Agente de Pagamento, Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Emissora, a Ume e a ESCO, que regulará os termos e condições da prestação de serviços de cobrança das CCBs. |
| “Contrato de Consultoria Financeira” | O “*Instrumento Particular de Consultoria Financeira e Outras Avenças*”, celebrado entre a Emissora e a **VERT CONSULTORIA E ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.418.658/0001-89. |
| “Contrato de Distribuição” | O “*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Securitizadora* *de Créditos Financeiros VERT-UME*”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder. |
| “Coordenador Líder” | **TERRA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.751.794/0001-13, com sede na Rua Joaquim Floriano, nº 100, 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. |
| “CVM” | A Comissão de Valores Mobiliários. |
| “Data de Emissão” | 21 de outubro de 2022. |
| “Data da 1ª Integralização” | A Data da 1ª Integralização da Primeira Série, a Data da 1ª Integralização da Segunda Série ou a Data da 1ª Integralização da Terceira Série, o que ocorrer primeiro. |
| “Data da 1ª Integralização da Primeira Série” | A data da 1ª (primeira) integralização de Debêntures da Primeira Série. |
| “Data da 1ª Integralização da Segunda Série” | A data da 1ª (primeira) integralização de Debêntures da Segunda Série. |
| “Data da 1ª Integralização da Terceira Série” | A data da 1ª (primeira) integralização de Debêntures da Terceira Série. |
| “Data de Integralização” | Qualquer Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ou qualquer Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou qualquer Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série, quando referidas indistintamente. |
| “Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série” | Data de integralização das Debêntures da Primeira Série. |
| “Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série | Data de integralização das Debêntures da Segunda Série. |
| “Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série | Data de integralização das Debêntures da Terceira Série. |
| “Data de Pagamento” | Cada data, conforme especificada no cronograma previsto no Anexo I desta Escritura (sendo certo que se determinada data não for um Dia Útil, considerar-se-á o próximo Dia Útil), iniciando-se (i) inclusive, no primeiro mês após o Período de Alocação após a ocorrência de um Evento de Aceleração de Vencimento; ou (ii) inclusive, no primeiro mês após o Período de Alocação caso não ocorra um Evento de Aceleração de Vencimento. |
| “Data de Conciliação” | Último Dia Útil de cada um dos 12 (doze) meses calendário se iniciando posteriormente à Data da 1ª Integralização até a Data de Vencimento. |
| “Data de Referência” | O 10º (décimo) Dia Útil de cada mês, iniciando-se no mês imediatamente posterior ao 1º (primeiro) Mês Completo de Alocação. |
| “Data de Vencimento” | 21 de abril de 2025 |
| “Data de Verificação” | O 8º (oitavo) Dia Útil de cada mês, iniciando-se no mês imediatamente posterior ao 1º (primeiro) Mês Completo de Alocação. |
| “Data Limite de Atualização de CCB” | Data na qual será realizada a atualização do Anexo II desta Escritura, trimestralmente pela Emissora, até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês de aniversário a partir da Data da 1ª Integralização (cada uma de tais datas uma “Data Limite de Atualização de CCB”). |
| “Debêntures” | As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, da 2ª (segunda) emissão da Emissora, considerando as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série em conjunto. |
| “Debêntures em Circulação” | As Debêntures da Emissão que, em determinada data, tenham sido devidamente subscritas e integralizadas pelos Debenturistas e que ainda não tenham sido objeto de amortização integral e/ou resgate pela Emissora e para fins de obtenção de quórum que não sejam detidas pela Emissora, ou por sociedades controladoras, controladas ou sob controle comum da Emissora, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros. Para fins da contabilização dos quóruns de votação nas Assembleias Gerais de Investidores, as Debêntures de Terceira Série não serão incluídas nas Debêntures em Circulação conquanto estiverem subscritas e integralizadas pelo Agente de Cobrança e/ou qualquer outro prestador de serviços da Emissora, nos termos do artigo 32, inciso I da Resolução CVM 60. |
| “Debêntures da Primeira Série” ou “Primeira Série” | 36.000 (trinta e seis mil) debêntures integrantes da primeira série. |
| “Debêntures da Segunda Série” ou “Segunda Série” | 15.000 (quinze mil) debêntures integrantes da segunda série. |
| “Debêntures da Terceira Série” ou “Terceira Série” | 9.000 (nove mil) debêntures integrantes da terceira série. |
| “Debenturista” ou “Debenturistas” | Os titulares das Debêntures. |
| “Despesas” | Em conjunto, as seguintes despesas relacionadas à Emissão, que serão pagas com Recursos Exclusivos, nos termos da Ordem de Alocação dos Recursos: (i) os valores devidos à Ume, equivalentes a 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) da somatória dos recebimentos dos Direitos Creditórios Vinculados, a título de pagamento pelos serviços por ela prestados, observado os termos do Contrato de Cobrança; (ii) os valores devidos à VERT CONSULTORIA E ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA., acima qualificada, conforme previsto no Contrato de Consultoria Financeira; (iii) os valores devidos em razão da contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo as despesas com o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação e o Coordenador Líder; (iv) o valor de registro das Debêntures na B3, conforme aplicável; (v) os eventuais tributos incidentes sobre os valores recebidos pela Emissora a título de juros dos Direitos Creditórios Vinculados; (vi) os valores devidos em razão da contratação dos auditores e da contabilidade da Emissora; (vii) a remuneração devida à instituição financeira em que se encontre aberta a Conta Exclusiva; (viii) eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais ajuizadas com a finalidade de resguardar os interesses dos Debenturistas; (ix) os honorários de advogados, as custas e as despesas correlatas (incluindo verbas de sucumbência), incorridos pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário na defesa de eventuais processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais propostos contra a Emissora, desde que relacionados às Debêntures; (x) eventuais despesas com registros perante órgãos de registro do comércio e publicação de documentação de convocação e societária da Emissora, desde que relacionada às Debêntures; (xi) despesas necessárias à realização de Assembleias Gerais dos Investidores, incluindo despesas com sua convocação; (xii) os valores devidos pela Emissora à CVM em razão da manutenção do seu registro de companhia aberta; (xiii) eventuais taxas devidas à ANBIMA no âmbito da Emissão; e (xiv) quaisquer outros honorários, custos e despesas incorridos pela Emissora no âmbito da Emissão. |
| “Dia Útil” ou “Dias Úteis” | Qualquer dia exceto feriados declarados nacionais, sábados ou domingos. |
| “Direitos Creditórios Vinculados” | As CCBs efetivamente endossadas para a Emissora e os créditos que delas decorrem, e vinculados à esta Emissão, conforme listadas no Anexo II desta Escritura. |
| “Documentos da Emissão” | Significa, em conjunto (i) a Escritura de Emissão; (ii) o Contrato de Cobrança; (iii) o Contrato de Distribuição; (iv) o Acordo Operacional; e (v) o Instrumento de Endosso |
| “Efeito Adverso Relevante” | Qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora que, em conjunto, a critério fundamentado e de boa-fé dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Investidores, modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza da Emissora, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir as suas obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, da Emissão e/ou da Oferta Restrita. |
| “Emissão” | Esta 2ª (segunda) emissão das Debêntures da Emissora, em 3 (três) séries. |
| “Emissora” | A **COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-UME**, qualificada no preâmbulo desta Escritura. |
| “Encargos Moratórios” | (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago. |
| “Entidades Ume” | A Ume, seus controladores e acionistas (diretos ou indiretos), afiliadas, subsidiárias (diretas ou indiretas), sociedades sob o controle comum e seus respectivos diretores, administradores ou empregados. |
| “Escritura” | Este “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-UME*”. |
| “Evento de Aceleração de Vencimento” | Evento que pode ser declarado pelo Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura, que poderá acarretar o encerramento ou a interrupção do Período de Aquisição de CCB, bem como amortização acelerada das Debêntures observada a Ordem de Alocação de Recursos e a regime de caixa da Emissora em cada Data de Pagamento, conforme Cláusula 3.29.1 da presente Escritura de Emissão. |
| “Eventos de Vencimento Antecipado” | A ocorrência de um ou mais Eventos que resulte no efetivo vencimento antecipado das Debêntures, conforme Cláusula 3.29.7 da presente Escritura de Emissão. |
| “Fator de Ponderação da Primeira Série” | Equivale a 0,60 (sessenta por cento). |
| “Fator de Ponderação da Segunda Série” | Equivale a 0,85 (oitenta e cinco por cento). |
| “Índice de Cobertura da Primeira Série” | O valor apurado pela Emissora, em cada Data de Verificação, através da fórmula abaixo, sendo certo que (i) os saldos a serem considerados na fórmula serão os montantes em aberto trazidos a valor presente pela taxa de endosso de cada Direito Creditório Vinculado, incluirão principal e juros apropriados e não pagos, serão líquidos de provisão para devedores duvidosos e serão determinados com data base correspondente ao último Dia Útil do mês calendário anterior; (ii) o Valor das Disponibilidades será determinado com data base correspondente ao último Dia Útil do mês calendário anterior e será líquido da Reserva de Despesas e Encargos e sujeito o item (iii) a seguir; e (iii) o Índice de Cobertura deverá ser calculado *pro forma* o pagamento das Debêntures no mês em questão, para efeitos do cálculo do saldo das Debêntures da Primeira Série e para efeitos da determinação do Valor das Disponibilidades.  *(Saldo devedor líquido trazido a valor presente das CCBs \* Fator de Ponderação da Primeira Série + Valor das Disponibilidades)*  *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*  *Saldo devedor das Debêntures da Primeira Série em Circulação* |
| “Índice de Cobertura da Segunda Série” | O valor apurado pela Emissora, em cada Data de Verificação, através da fórmula abaixo, sendo certo que (i) os saldos a serem considerados na fórmula serão os montantes em aberto trazidos a valor presente pela taxa de endosso de cada Direito Creditório Vinculado, incluirão principal e juros apropriados e não pagos, serão líquidos de provisão para devedores duvidosos e serão determinados com data base correspondente ao último Dia Útil do mês calendário anterior; (ii) o Valor das Disponibilidades será determinado com data base correspondente ao último Dia Útil do mês calendário anterior e será líquido da Reserva de Despesas e Encargos e sujeito o item (iii) a seguir; e (iii) o Índice de Cobertura da Segunda Série deverá ser calculado *pro forma* o pagamento das Debêntures no mês em questão, para efeitos do cálculo do saldo das Debêntures da Segunda Série e para efeitos da determinação do Valor das Disponibilidades.  *(Saldo devedor líquido trazido a valor presente das CCBs \* Fator de Ponderação da Segunda Série + Valor das Disponibilidades)*  *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*  *Saldo devedor das Debêntures da Primeira Série + Saldo devedor das Debêntures da Segunda Série em Circulação* |
| “Instituição Endossante” | A instituição financeira identificada nas CCBs como beneficiária originária das respectivas CCBs, nos termos da Lei nº 10.931, ou qualquer outra entidade que endossar as CCBs à Emissora. |

|  |  |
| --- | --- |
| “Instituições Autorizadas” | Qualquer das seguintes instituições financeiras: (a) Banco Bradesco S.A., (b) Banco Santander (Brasil) S.A., (c) Banco do Brasil S.A., (d) Caixa Econômica Federal, e (e) Banco Itaú Unibanco S.A., desde que possuam classificação de risco de crédito de longo prazo, atribuída por Agência Classificadora de Risco, no mínimo igual ou superior a A(bra) (ou equivalente, conforme a Agência Classificadora de Risco aplicável) os quais poderão ser emissores dos ativos enquadrados como Investimentos Permitidos. |

|  |  |
| --- | --- |
| “Instrução CVM 476” | A Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. |
| “Resolução CVM 81” | A Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada. |
| “Investidores Profissionais” | São aqueles definidos no artigo 11 da Resolução CVM 30, observado o disposto na Instrução CVM 476 e nesta Escritura, incluindo, mas não se limitando a: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes. |
| “Investidores Qualificados” | São aqueles definidos no artigo 12 da Resolução CVM 30, incluindo, mas não se limitando a (i) investidores profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados. |
| “Investimentos Permitidos” | Significa os Investimentos Permitidos definidos no item 3.7.1 desta Escritura de Emissão. |
| “IPCA” | O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. |
| “JUCESP” | A Junta Comercial do Estado de São Paulo. |

|  |  |
| --- | --- |
| “Justa Causa” | Significa o termo a ele definido no item 3.25 desta Escritura de Emissão. |

|  |  |
| --- | --- |
| “Leis Anticorrupção” | Quaisquer leis anticorrupção, incluindo, sem limitação: *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), a *UK Bribery Act* (UKBA) e todas as leis e regulamentos brasileiros aplicáveis, incluindo, sem limitação, a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei Federal nº 12.846/2013), o Decreto Brasileiro Anticorrupção (Decreto nº 8.420/2015), a Lei Federal de Conflito de Interesses (Lei Federal nº 12.813/2013), a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992) e a Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93). |
| “Lei das Sociedades por Ações” | A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. |
| “Leis de Combate à Lavagem de Dinheiro” | As leis, regulamentos e sanções, estaduais e federais, criminais e civis, nos termos da legislação dos Estados Unidos e do Brasil que: (i) limitam o uso e/ou buscam confiscar receitas de transações ilegais; (ii) requerem identificação e documentação das partes com quem uma instituição financeira realiza negócios; ou (iii) são projetados para interromper o fluxo de fundos para organizações terroristas. Tais leis, regulamentos e sanções serão considerados como incluindo os requisitos de registro e de relatórios financeiros aplicáveis da *Currency and Foreign Transactions Reporting Act of 1970*, conforme alterada, *Bank Secrecy Act*, conforme alterada pela *USA Patriot Act of 2001*, e o *Money Laundering Control Act of 1986*, incluindo as leis relativas à prevenção e detecção de lavagem de dinheiro, nos termos da *18 USC Section 1956 and 1957*, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e da regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. |
| “Leis de Sanção” | As sanções econômicas, financeiras ou comerciais, medidas restritivas ou embargos impostos, administrados ou executados de tempos em tempos por qualquer das entidades a seguir: *US Department of the Treasury's Office of Foreign Assets Control* (OFAC), o *U.S. Department of State* ou outras autoridades de sanções relevantes dos Estados Unidos, bem como pelas autoridades brasileiras, incluindo, sem limitação, o Ministério das Finanças, o Banco Central do Brasil, o Conselho de Controle de Atividade Financeira (COAF) e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI). |
| “Lei do Mercado de Capitais” | A Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. |
| “Lei nº 10.931” | A Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada. |
| “Limitador para Aquisição de CCB” | No Período de Alocação, a Emissora deverá alocar os recursos decorrentes da integralização das Debêntures na aquisição de CCB, ficando vedada a aquisição de novas CCBs após o término do Período de Alocação. |
| “Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Primeira Série” | 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série. |
| “Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Segunda Série” | 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série. |
| “Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Terceira Série” | 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série. |
| “Mês Completo de Alocação” | Cada um dos 12 (doze) meses calendário começando no mês imediatamente posterior à Data da 1ª Integralização. |
| “MDA” | MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3. |
| “Objeto Social” | As atividades desenvolvidas pela Emissora, conforme descritas no item 3.1.1 desta Escritura. |
| “Oferta Restrita” | A oferta pública de distribuição das Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Terceira Série, a ser realizada pelo Coordenador Líder, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Instrução CVM 476 e demais leis e regulamentações aplicáveis. |
| “Ordem de Alocação de Recursos” | Tem o significado atribuído no item 3.21.2 desta Escritura. |
| “Pagamento aos Debenturistas” | Os pagamentos devidos pela Emissora referentes (i) com relação às Debêntures da Primeira Série: (a) à Amortização Extraordinária Obrigatória; (b) à Remuneração das Debêntures da Primeira Série; e (c) à Amortização Final; (ii) com relação às Debêntures da Segunda Série: (a) à Amortização Extraordinária Obrigatória; (b) à Remuneração das Debêntures da Segunda Série; e (c) à Amortização Final; e (iii) com relação às Debêntures da Terceira Série: (a) à Amortização Extraordinária Obrigatória; (b) ao pagamento do Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série; e (c) à Amortização Final e demais valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, no âmbito da Emissão. |
| “Pagamento Condicionado” | Os pagamentos devidos aos Debenturistas condicionados ao efetivo pagamento, em montante suficiente, dos Direitos Creditórios Vinculados. |
| “Período de Alocação” | O período entre a Data da 1a Integralização (inclusive) e (i) o último Dia Útil do 18º (décimo oitavo) Mês Completo de Alocação; ou (ii) o dia em que for constatada a decretação de um Evento de Aceleração de Vencimento. |
| “Período de Capitalização da 1ª Série” | Intervalo de tempo que se inicia na respectiva Data da 1ª Integralização da Primeira Série (inclusive) e termina na 1ª (primeira) Data de Pagamento das Debêntures da Primeira Série (exclusive); e para os demais “Períodos de Capitalização”, considerar-se-á o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive) e termina na Data de Pagamento das Debêntures da Primeira Série, para o período em questão (exclusive), sendo certo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento ou a data de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso. |
| “Período de Capitalização da 2ª Série” | Intervalo de tempo que se inicia na respectiva Data da 1ª Integralização da Segunda Série (inclusive) e termina na 1ª (primeira) Data de Pagamento das Debêntures da Segunda Série (exclusive); e para os demais “Períodos de Capitalização”, considerar-se-á o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive) e termina na Data de Pagamento das Debêntures da Segunda Série, para o período em questão (exclusive), sendo certo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento ou a data de vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso. |
| “Período de Subscrição e de Integralização” | O período entre a Data de Emissão (inclusive) e (i) o último Dia Útil do 12º (décimo segundo) mês após a Data de Emissão; ou (ii) o dia em que for constatada a decretação de um Evento de Aceleração de Vencimento. |
| “Plano de Ação” | Plano a ser definido na Assembleia Geral de Investidores, que poderá incluir, entre outras medidas: (i) o resgate das Debêntures mediante a dação em pagamento diretamente aos Debenturistas, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 5º da Resolução CMN 2.686, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora, no limite e na proporção dos créditos dos Debenturistas, dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados nos respectivos vencimentos, observado o disposto na Cláusula 3.22.4 abaixo, mesmo que a Emissora já tenha iniciado processo de cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados; (ii) a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Vinculados dados em pagamento pela Emissora; (iii) o aguardo do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados e dos demais valores devidos à Emissora relacionados à Emissão. |
| “Plataforma” | Plataforma eletrônica desenvolvida e mantida pela Ume, acessível pelo sítio www.ume.com.br ou aplicativo. |
| “Preço de Integralização” | O preço de integralização das Debêntures da Primeira Série em conjunto com o Preço de Integralização das Debêntures da Segunda Série e o Preço de Integralização das Debêntures da Terceira Série. |
| “Preço de Integralização das Debêntures da Primeira Série” | Valor Nominal Unitário na Data da 1ª Integralização da Primeira Série e, nas demais datas de integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado *pro rata* a partir da Data da 1a Integralização da Primeira Série (inclusive) até a respectiva data de integralização (exclusive). |
| “Preço de Integralização das Debêntures da Segunda Série” | Valor Nominal Unitário na Data da 1ª Integralização da Segunda Série e nas demais datas de integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculado *pro rata* a partir da Data da 1a Integralização da Segunda Série (inclusive) até a respectiva data de integralização (exclusive). |
| “Preço de Integralização das Debêntures da Terceira Série” | Valor Nominal Unitário no caso da Data da 1ª Integralização da Terceira Série e, nas demais datas de integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido de ágio correspondente à Remuneração das Debêntures da Terceira Série, *calculado pro rata* a partir da Data da 1ª Integralização da Terceira Série até a respectiva data de integralização (exclusive). |
| “Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série” | Prêmio de reembolso ao qual os Debenturistas da Terceira Série farão jus, que deverá ser pago mensalmente pela Emissora nas Datas de Pagamento, decorrente do montante recebido pela Emissora em razão da realização dos Direitos Creditórios Vinculados da Primeira, Segunda e Terceira Séries. |
| “Produto Convencional” | Soluções de pagamento a usuários que desejem realizar compras de bens e serviços junto a estabelecimentos comerciais pertencentes à rede credenciada da Ume, via concessão de crédito por diversos meios, que ensejarão a emissão automática de CCBs Convencionais para fins da formalização de empréstimos em valores correspondentes aos montantes utilizados pelos usuários. |
| “Produto Leve” | Soluções de pagamento a usuários que desejem realizar compras de bens e serviços junto a estabelecimentos comerciais pertencentes à rede credenciada da Ume, sem juros, via concessão de crédito por diversos meios pela Ume que, em caso de inadimplemento, no prazo de até 1(um) Dia Útil da identificação de seu status de inadimplência pela Ume das respectivas faturas, ensejarão a emissão automática de CCBs Rotativas via cláusula mandato para fins da formalização de empréstimos em valores acrescidos de juros remuneratórios aos montantes utilizados pelos usuários. |
| “Razão Mínima de Amortização Facultativa” | Significa o quórum de solicitação da Amortização Facultativa definido no item 3.19.5.2 da Escritura de Emissão. |
| “Razão Mínima de Subordinação da Primeira Série” | Com relação a uma data de integralização de Debêntures da Primeira Série, significa a relação entre (i) o volume total de Debêntures da Segunda Série e de Debêntures da Terceira Série efetivamente integralizadas no âmbito da Emissão; e (ii) o volume total de Debêntures efetivamente integralizadas no âmbito da Emissão, em cada caso considerando *pro forma* a integralização a ser realizada em tal data. Em cada data de integralização, a Razão Mínima de Subordinação da Primeira Série deverá ser igual ou maior que 40% (quarenta por cento). |
| “Razão Mínima de Subordinação da Segunda Série” | Com relação a uma data de integralização de Debêntures da Segunda Série, significa a relação entre (i) o volume total de Debêntures da Terceira Série efetivamente integralizadas no âmbito da Emissão; e (ii) o volume total de Debêntures efetivamente integralizadas no âmbito da Emissão, em cada caso considerando *pro forma* a integralização a ser realizada em tal data. Em cada data de integralização, a Razão Mínima de Subordinação da Segunda Série deverá ser igual ou maior que 15% (quinze por cento). |
| “Recursos Disponíveis Após Vencimento” | Os Recursos Exclusivos, incluindo aqueles recebidos posteriormente ao vencimento das Debêntures. |
| “Recursos Exclusivos” | Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures e/ou recebidos de pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados, resgates, amortizações e vendas de Investimentos Permitidos. |
| “Remuneração” | Remuneração das Debêntures da Primeira Série e Remuneração das Debêntures da Segunda Série. |
| “Remuneração das Debêntures da Primeira Série” | Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão, a partir da Data da 1ª Integralização da Primeira Série, juros remuneratórios que corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br) acrescida de *spread* ou sobretaxa de 5,25% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. |
| “Remuneração das Debêntures da Segunda Série” | Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão, a partir da Data da 1ª Integralização da Segunda Série, juros remuneratórios que corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br) acrescida de *spread* ou sobretaxa de 7,25% (sete inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. |
| “Reserva de Despesas e Encargos” | O montante da Reserva de Despesas e Encargos equivalente ao Valor da Reserva de Despesas e Encargos devidos no mês de retenção e nos 2 (dois) meses subsequentes. |
| “Reserva de Liquidação da Primeira Série” | Corresponde ao montante recebido pela Emissora a título de principal, juros e encargos moratórios dos Direitos Creditórios Vinculados, após a amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Primeira Série, limitados a 2% (dois por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, e retidos pela Emissora até a Data de Vencimento ou uma data de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, para amortização das Debêntures da Primeira Série. |
| “Reserva de Liquidação da Segunda Série” | Corresponde ao montante recebido pela Emissora a título de principal, juros e encargos moratórios dos Direitos Creditórios Vinculados, após a amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Segunda Série, limitados a 2% (dois por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, e retidos pela Emissora até a Data de Vencimento ou uma data de vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série. Caso a Emissora não possua recursos suficientes para realizar pagamentos devidos às Debêntures da Primeira Série em qualquer data em que tais pagamentos sejam devidos, a Reserva de Liquidação da Segunda Série deverá ser revertida e o montante será utilizado para a realização dos pagamentos para as Debêntures da Primeira Série. |
| “Reserva de Liquidação da Terceira Série” | Corresponde ao montante recebido pela Emissora a título de principal, juros e encargos moratórios dos Direitos Creditórios Vinculados, após a amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Terceira Série, limitados a 2% (dois por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, e retidos pela Emissora até a Data de Vencimento ou uma data de vencimento antecipado das Debêntures da Terceira Série. Caso a Emissora não possua recursos suficientes para realizar pagamentos devidos às Debêntures da Primeira Série em qualquer data em que tais pagamentos sejam devidos, a Reserva de Liquidação da Terceira Série deverá ser revertida e o montante será utilizado para a realização dos pagamentos para as Debêntures da Primeira Série. Após o pagamento das Debêntures da Primeira Série, caso a Emissora não possua recursos suficientes para o pagamento das Debêntures da Segunda Série, os recursos remanescentes da Reversa de Liquidação da Terceira Série serão revertidos, e o montante será utilizado para a realização dos pagamentos para as Debêntures da Segunda Série. |
| “Resolução CMN 2.686” | A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada. |
| “Resolução CMN 3.954” | A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011. |
| “Resolução CMN 4.656” | A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.656, de 26 de abril de 2018. |
| “Resolução CVM 17” | A Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n° 17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme alterada. |
| “Resolução CVM 30”’ | A Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n° 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada. |
| “Resolução CVM 44” | A Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada. |
| “Resolução CVM 60” | A Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, 23 de dezembro de 2021, conforme alterada. |
| “Séries” | Tem o significado atribuído à Primeira Série, Segunda Série e Terceira Série, em conjunto. |
| “Taxa DI” | As taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada “Taxa DI over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível na página na internet <http://www.b3.com.br>. |
| “Taxa de Endosso” | Refere-se à taxa interna de retorno do direito creditório, a ser utilizada como taxa de desconto no cálculo de valor presente das parcelas da CCB adquiridas pela Emissora. |
| “Tomador” ou “Tomadores” | As pessoas físicas que emitem as CCBs. |
| “Valor da Reserva de Despesas e Encargos” | O valor ordinário da Reserva de Despesas e Encargos, que deverá ser sempre equivalente ao montante necessário para o pagamento das Despesas, para um período total de 2 (dois) meses, com o adicional de R$20.000,00 (vinte mil reais). |
| “Valor das Disponibilidades” | O valor agregado de recursos retidos e Investimentos Permitidos disponível na Conta Exclusiva. |
| “Valor Mínimo da Reserva de Despesas e Encargos” | O montante de R$20.000,00 (vinte mil reais) para despesas extraordinárias. |
| “Valor Nominal Unitário” | O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R$1.000,00 (mil reais) na Data da de Emissão. |
| “Valor Nominal” | O valor de cada parcela das CCBs na data de vencimento. |
| “Valor Total da Emissão” | O valor total da Emissão será de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão, sendo R$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) destinados à Primeira Série, R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) destinados à Segunda Série e R$9.000.000,00 (nove milhões de reais) destinados à Terceira Série. |

**CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÃO**

* 1. Esta Escritura é celebrada de acordo com a AGE, na qual foram deliberadas e aprovadas as condições e as características específicas da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme o disposto no estatuto social da Emissora.
  2. Foram delegados poderes à diretoria da Emissora para tomar todas as providências necessárias à implementação da Emissão e da Oferta Restrita.

**CLÁUSULA SEGUNDA – REQUISITOS**

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

* 1. **Arquivamento e Publicação da Ata da AGE**
     1. A ata da AGE que deliberou e aprovou a realização da Emissão e da Oferta Restrita será protocolada para arquivamento na JUCESP no prazo de até 5 (cinco) dias e, posteriormente, publicada no “Diário Comercial”, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que 1 (uma) cópia eletrônica (PDF) de cada ata, devidamente arquivada na JUCESP, deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis após o referido arquivamento, devidamente acompanhada de cópia eletrônica (PDF) das referidas publicações.
  2. **Inscrição desta Escritura e averbação de Aditamentos**
     1. Esta Escritura será inscrita na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, devendo seus eventuais aditamentos serem averbados na JUCESP, nos termos do artigo 62, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá apresentar esta Escritura e os eventuais aditamentos para arquivamento na JUCESP no prazo de 5 (cinco) dias da data de assinatura.
     2. Após a inscrição desta Escritura na JUCESP, ou da averbação de seus eventuais aditamentos, nos termos da Cláusula 2.2.1 acima, a Emissora obriga-se a encaminhar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após tal ato, 1 (uma) via original da Escritura devidamente inscrita na JUCESP, ou via eletrônica em PDF, com a chancela da JUCESP, conforme o caso, ou de seus eventuais aditamentos, devidamente averbados na JUCESP.
  3. **Registro na CVM, B3 e na ANBIMA**
     1. Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM. Não obstante, deverá ser observado o disposto nos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476.
        1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.3.1 acima, a Oferta Restrita deverá ser registrada na B3, nos termos da Lei 14.430.

**2.3.2.** Por se tratar de distribuição pública com esforços restritos, a Oferta Restrita deverá ser registrada na ANBIMA, nos termos do artigo 4º, inciso I, do “*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários*”, atualmente em vigor (“Código ANBIMA”), devendo tal registro ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento no prazo de até 15 (quinze) dias contado da data do Comunicado de Encerramento pelo Coordenador Líder, nos termos dos artigos 16, inciso I, e 17 do referido Código ANBIMA.

* 1. **Depósito para Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira**

* + 1. As Debêntures serão depositadas na B3 para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as distribuições liquidadas financeiramente por meio da B3, e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado por meio da B3, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
    2. Para os fins desta Escritura e nos termos da Instrução CVM 476, entende-se por: (i) “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 12 da Resolução CVM 30; e (ii) “Investidores Profissionais” aqueles investidores referidos no artigo 11 da Resolução CVM 30.

**CLÁUSULA TERCEIRA – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES**

* 1. **Objeto Social da Emissora**
     1. A Emissora tem por objeto (i) a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de operações ativas praticadas por instituições financeiras e demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro, desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução CMN 2.686; (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; e (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas (“Objeto Social”).
  2. **Número da Emissão**
     1. Esta Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.
  3. **Valor Total da Emissão**
     1. O valor total da Emissão será de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão, sendo R$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) destinados à Primeira Série, R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) destinados à Segunda Série e R$9.000.000,00 (nove milhões de reais) destinados à Terceira Série.
  4. **Quantidade de Debêntures**
     1. Serão emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures no âmbito da Emissão, sendo 36.000 (trinta e seis mil) integrantes da primeira série (“Primeira Série” e “Debêntures da Primeira Série”), 15.000 (quinze mil) integrantes da segunda série (“Segunda Série” e “Debêntures da Segunda Série”) e 9. 000 (nove mil) integrantes da terceira série (“Terceira Série” e “Debêntures da Terceira Série”).
  5. **Número de Séries**
     1. A Emissão será realizada em 3 (três) séries, que serão totalmente independentes entre si, sendo as 3 (três) séries para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, correspondentes à Primeira, Segunda e Terceira Séries da Emissão (“Debêntures”).
     2. As Debêntures da Terceira Série serão subordinadas às Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Segunda Série e no recebimento de todos e quaisquer valores a que os titulares das Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Segunda Série façam jus, incluindo na hipótese de vencimento antecipado.
     3. Observada a Ordem de Alocação de Recursos, o pagamento da Remuneração e Amortização das Debêntures da Primeira Série terá preferência em relação ao pagamento da Remuneração e Amortização das Debêntures da Segunda Série, incluindo na hipótese de vencimento antecipado.
  6. **Destinação dos Recursos e Regime Fiduciário**
     1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados prioritariamente à aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados, quais sejam, as CCBs listadas no Anexo II desta Escritura, bem como de outras CCBs emitidas nos termos da Lei nº 10.931, e que posteriormente integrarão a lista do Anexo II através das devidas atualizações, sendo que, nesta última hipótese, (i) o valor de aquisição será calculado, pelo Agente de Cobrança conforme disposto no Instrumento de Endosso e (ii) deverão ser atendidos os Critérios de Elegibilidade previstos nesta Escritura.
     2. Complementarmente, os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados a outros propósitos relacionados à Emissão, conforme a Ordem de Alocação de Recursos, sendo certo que a comprovação da referida destinação de recursos será feita pela Emissora ao Agente Fiduciário, anualmente, no mesmo prazo previsto na Cláusula 6.1 (xiv) abaixo, desde a Data de Emissão até a efetiva comprovação da totalidade da destinação de recursos, nos moldes do Anexo III a esta Escritura, acompanhada da relação das CCBs adquiridas em respectivo período bem como suas cópias integrais e eventuais documentos que comprovem a destinação dos recursos.
     3. A Emissora compromete-se a apresentar ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado por autoridades ou órgãos reguladores, regulamentos, leis ou determinações judiciais, administrativas ou arbitrais, a comprovação da destinação dos recursos por meio de envio de documentos que, a critério das respectivas autoridades ou órgãos reguladores, comprovem o emprego dos recursos oriundos das Debêntures nas atividades indicadas acima.
     4. Na hipótese acima, os documentos que comprovem a destinação dos recursos deverão ser enviados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias corridos a contar da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário ou em menor prazo, caso assim seja necessário para fins de cumprimento tempestivo, pelo Agente Fiduciário, de quaisquer solicitações efetuadas por autoridades ou órgãos reguladores, regulamentos, leis ou determinações judiciais, administrativas ou arbitrais.
     5. O Agente Fiduciário deverá tratar todas e quaisquer informações recebidas nos termos desta Cláusula 3.6 em caráter sigiloso, com o fim exclusivo de verificar o cumprimento da destinação de recursos aqui estabelecida.
     6. O Anexo II deverá ser atualizado por meio de aditamentos a esta Escritura, conforme modelo constante do Anexo V desta Escritura, de forma a incluir as CCBs adquiridas pela Emissora com recursos desta Emissão, que passarão a integrar os Direitos Creditórios Vinculados.
     7. A atualização do Anexo II deverá ser realizada trimestralmente pela Emissora até o último Dia Útil do último mês de cada trimestre (cada uma de tais datas uma “Data Limite de Atualização de CCB”), sendo que a primeira atualização ocorrerá após a Data da 1ª Integralização.
        1. Fica desde já estabelecido que, para todos os fins desta Escritura, as CCBs adquiridas pela Emissora nos termos da Cláusula 3.6.1 acima deverão integrar automaticamente a definição de Direitos Creditórios Vinculados constante desta Escritura, independentemente da efetiva formalização da atualização do Anexo II nos termos propostos acima.

* + - 1. A obrigação de atualização prevista nesta Cláusula 3.6 não será aplicável em uma Data Limite de Atualização de CCB caso nenhuma nova CCB tenha sido adquirida pela Emissora desde a última atualização do Anexo II, devendo a Emissora informar o Agente Fiduciário, na Data Limite de Atualização de CCB, a não aquisição de novas CCBs.
    1. A Emissora deverá alocar recursos decorrentes da integralização das Debêntures, assim como os demais Recursos Exclusivos, na forma indicada na Cláusula 3.6.1 acima, conforme a Ordem de Alocação de Recursos. No Período de Alocação, a Emissora deverá alocar tais recursos na aquisição de CCB, ficando vedada a aquisição de novas CCBs após o término do Período de Alocação (“Limitador para Aquisição de CCB”) observado, ainda, a Ordem de Alocação de Recursos.
       1. Os recursos disponíveis, após considerada a alocação na aquisição de CCB, deverão ser utilizados conforme a Ordem de Alocação de Recursos, podendo ser investidos em Investimentos Permitidos.
       2. Os recursos disponíveis em caixa ou Investimentos Permitidos serão mantidos na Conta Exclusiva. Desta forma, nenhum dos Recursos Exclusivos poderá ser depositado em conta que não seja a Conta Exclusiva, com exceção daqueles recursos depositados na Conta Liquidante de titularidade da Emissora no Agente de Liquidação para fins de operacionalização dos pagamentos aos Debenturistas e a Conta de Cobrança de titularidade da Emissora, exclusivamente para liquidação dos Direitos Creditórios Vinculados e o repasse da totalidade dos recursos creditados na Conta de Cobrança pra a Conta Exclusiva. Adicionalmente, os recursos e Investimentos Permitidos disponíveis na Conta Exclusiva não poderão ser utilizados para propósitos que não os especificados na Cláusula 3.6.1 acima. Nenhum recurso que não seja um Recurso Exclusivo, incluindo recursos vinculados a outras emissões de debêntures da Emissora, poderá ser depositado na Conta Exclusiva, Conta de Cobrança e Conta Liquidante.
  1. **Investimentos Permitidos**
     1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.6 acima, os recursos recebidos pela Emissora (i) a título de integralização das Debêntures e que ainda não forem destinados à aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados; e (ii) vinculados aos Direitos Creditórios Vinculados, às vendas, amortizações ou resgates dos ativos financeiros vinculados à Conta Exclusiva, que, observada a Ordem de Alocação de Recursos, poderão ser mantidos em moeda corrente nacional ou aplicados nos seguintes ativos, a exclusivo critério da Emissora: (a) títulos públicos federais, (b) certificados de depósito bancário emitidos por Instituições Autorizadas; (c) operações compromissadas com lastro nos ativos indicados nos incisos (a) e (b) acima contratadas com Instituições Autorizadas; ou (d) fundos de investimentos de renda fixa de baixo risco, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos financeiros de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil (“Investimentos Permitidos”).
  2. **Direitos Creditórios Vinculados às Debêntures**
     1. As CCBs que venham a ser adquiridas com os recursos oriundos das Debêntures ou dos Direitos Creditórios Vinculados serão automaticamente vinculadas às Debêntures emitidas por meio desta Escritura, conforme aditada periodicamente, e passarão a integrar os Direitos Creditórios Vinculados, para fins de amortização e do pagamento e pagamento do Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série, nos termos da Resolução CMN 2.686.
     2. Os Debenturistas declaram-se cientes de que (i) as CCBs representam empréstimos solicitados por Tomadores por meio da Plataforma, por meio de operações de empréstimo e/ou outras formas de concessão de crédito, ou decorrente de faturas emitidas e inadimplidas em decorrência da concessão de crédito por diversos meios pela Ume, sendo que referidos Tomadores emitirão as CCBs em favor da Instituição Endossante; (ii) a Ume, por ser responsável pelo gerenciamento das referidas solicitações, atua como correspondente bancário da Instituição Endossante.
     3. A Plataforma tem por objetivo disponibilizar um ambiente eletrônico por meio do qual um Tomador pode enviar suas propostas de solicitação de operação de crédito, sem garantia, a taxas de juros diferenciadas.
     4. Uma vez que: (i) sejam atendidos todos os termos de uso constantes da Plataforma; (ii) seja aceita a proposta do Tomador; e (iii) seja realizada a devida análise de crédito dos Tomadores e sejam disponibilizados e analisados seus documentos, as CCBs serão disponibilizadas ao Tomador, vinculadas à proposta por ele apresentada, as quais são assinadas eletronicamente e emitidas em favor da Instituição Endossante.
     5. A transferência da titularidade das CCBs da Instituição Endossante para a Emissora é realizada por meio de endosso em preto, nos termos do artigo 29, §1º, da Lei nº 10.931, a ser realizada eletronicamente nos termos do “*Instrumento de Promessa de Alienação e Aquisição de Direitos Creditórios sem Coobrigação e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Emissora e a Instituição Endossante.

* + 1. A Emissora autoriza o Agente de Cobrança ou qualquer outra instituição que venha a substituí-lo, na qualidade de agente de cobrança, e o Agente de Cobrança Alternativo, conforme os termos do respectivo Contrato de Cobrança, a conceder descontos e/ou contratar terceiros comissionados para cobrar as CCBs que integram os Direitos Creditórios Vinculados, que estejam inadimplidas pelos respectivos Tomadores, sendo certo que o pagamento de eventual comissão de cobrança deverá observar o previsto no Contrato de Cobrança. Neste caso, quaisquer valores recebidos pela Emissora em relação a estas CCBs inadimplidas serão utilizados conforme a Ordem de Alocação de Recursos.
    2. Fica desde já acertado entre as Partes que os Direitos Creditórios Vinculados deverão atender aos seguintes critérios de elegibilidade (“Critérios de Elegibilidade”), conforme verificados pela Emissora:

1. Em caso de emissão de novas CCBs à um mesmo Tomador, o referido não pode estar inadimplente em relação às CCBs vinculadas ao seu CPF pertencentes a Emissora após a Data de Verificação;
2. Os Tomadores não podem estar inadimplentes em relação à CCB no momento de seu endosso à Emissora;
3. o vencimento da primeira parcela da CCB deverá ocorrer em, no máximo, 60 (sessenta) dias após o seu endosso à Securitizadora;
4. o vencimento das CCBs não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) meses ou 90 dias antes do vencimento das Debêntures, o que for menor;
5. a taxa média mínima ponderada de endosso das CCBs, considerando *pro forma* as CCBs que serão endossadas à Securitizadora, deverá ser superior à 6.99% a.m;
6. os Direitos Creditórios Vinculados deverão ser representados exclusivamente por CCB Convencional;
7. ser estrita e exclusivamente emitida no prazo de até 1 (um) Dia Útil às datas de originação dos empréstimos concedidos no âmbito do Produto Convencional;
8. o saldo à Valor Nominal por Tomador das CCBs oferecidas à Emissora, juntamente com a carteira de CCBs a vencer não poderá ser, individual ou em conjunto, superior a R$ 15.000,00 (quinze mil reais);
   * + 1. As Partes desde já acordam que os Direitos Creditórios Vinculados que venham a ser adquiridos deverão, além de atender aos Critérios de Elegibilidade, ser estrita e exclusivamente emitidas (i) no prazo de até 1 (um) Dia Útil às datas de originação dos empréstimos concedidos no âmbito do Produto Convencional (“CCB Convencional”), em nome do cliente; ou (ii) em até 1 (um) Dia Útil após a constatação do inadimplemento na realização da quitação dos valores devidos nas faturas no âmbito do Produto Leve, por meio de emissão de CCB, que contará com o acréscimo de juros remuneratórios, emitida em nome do cliente, via cláusula mandato outorgada pelo usuário (“CCB Rotativa”). Para fins de esclarecimento, as CCBs Rotativas estarão diretamente atreladas ao Produto Leve.
     1. Para fins da verificação dos critérios indicados nos subitens acima, a Ume deverá fornecer à Emissora, no momento de aquisição de cada CCB, as informações que permitam a realização da referida verificação. Nesta hipótese, a Emissora e o Agente Fiduciário não assumirão qualquer responsabilidade pela veracidade, incompletude, inconsistência ou insuficiência das informações prestadas pela Ume.
     2. Se até o 5º (quinto) Dia Útil de determinado mês a carteira de Direitos Creditórios Vinculados referente ao mês imediatamente anterior não tiver sido devidamente conciliada, em razão da insuficiência, incompletude e/ou imprecisão das informações apresentadas pelo Agente de Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança, a Emissora não terá condições suficientes para apurar referido Critério de Elegibilidade (itens “iv”, “vii” e “viii” da Cláusula 3.8.7 acima), eximindo-se de qualquer responsabilidade pela ausência de divulgação do referido índice.
   1. **Forma de Colocação e Plano de Distribuição**
      1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de melhores esforços de colocação com relação à totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários TERRA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("Coordenador Líder"), nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e do Contrato de Distribuição.
      2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição, podendo o Coordenador Líder acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476, ressalvado que fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites citados acima.
      3. As Partes se comprometem a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.
      4. O volume da Emissão não poderá ser aumentado em nenhuma hipótese.
      5. Os Investidores Profissionais assinarão declaração atestando (i) que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora; (ii) sua condição de Investidor Profissional, de acordo com o Anexo A da Resolução CVM 30; (iii) estarem cientes, entre outras coisas, de que: (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM, e que será registrada na ANBIMA em até 15 (quinze) dias após a data da comunicação de encerramento de que trata o artigo 8º da Instrução CVM 476; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os termos e condições desta Escritura; e (iv) que leram o Anexo IV desta Escritura, que apresenta os fatores de risco da Emissão.
      6. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Emissão e/ou da Oferta Restrita a qualquer Investidor Profissional, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais Investidores Profissionais que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais Investidores Profissionais nesse período sem a anuência do Coordenador Líder.
      7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, independentemente da ordem cronológica.
      8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em subscrever as Debêntures.
      9. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.
      10. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez para as Debêntures. Além disso, na Data de Emissão, não será firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures ou contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário, sem prejuízo de a Emissora poder firmar tais contratos futuramente.
   2. **Forma, Circulação e Comprovação de Titularidade das Debêntures**
      1. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e não serão conversíveis em ações da Emissora.
      2. A negociação das Debêntures ocorrerá por meio de negociação em mercado de balcão organizado, observados os procedimentos adotados pela B3.
      3. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures extrato em nome do Debenturista expedido pela B3, para as Debêntures ali custodiadas eletronicamente.
   3. **Espécie**
      1. As Debêntures serão da espécie quirografária, isto é, sem garantia real.
   4. **Valor Nominal Unitário e Atualização do Valor Nominal Unitário**
      1. As Debêntures terão Valor Nominal Unitário de R$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão.
      2. As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado.
   5. **Data de Emissão**
      1. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 21 de outubro de 2022.
   6. **Datas de Pagamento**
      1. Os pagamentos de Remuneração das Debêntures, Amortização Extraordinária Obrigatória, Amortização Final, e Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série serão realizados pela Emissora nas Datas de Pagamento, conforme Anexo I desta Escritura, e cuja definição, bem como as definições de outros termos necessários para sua compreensão, encontram-se no Glossário.
   7. **Preço e Forma de Subscrição e Integralização**
      1. As Debêntures serão subscritas mediante assinatura, pelo Debenturista, do respectivo Boletim de Subscrição.
         1. As Debêntures da Primeira Série serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio da B3, pelo seu Valor Nominal Unitário na Data da 1ª Integralização da Primeira Série e, nas demais datas de integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado *pro rata* a partir da Data da 1a Integralização da Primeira Série (inclusive) até a respectiva data de integralização (exclusive) (“Preço de Integralização das Debêntures da Primeira Série”), nos montantes e em uma ou mais datas indicadas no respectivo Boletim de Subscrição (cada uma, uma “Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série”), mediante solicitações de integralização a serem realizadas pela Emissora. A Razão Mínima de Subordinação da Primeira Série deverá ser observada como condição para a integralização das Debêntures da Primeira Série.
         2. As Debêntures da Segunda Série serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio da B3, pelo seu Valor Nominal Unitário na Data da 1ª Integralização da Segunda Série, e nas demais datas de integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculado *pro rata* a partir da Data da 1a Integralização da Segunda Série (inclusive) até a respectiva data de integralização (exclusive) (“Preço de Integralização das Debêntures da Segunda Série”), nos montantes e em uma ou mais datas indicadas no respectivo Boletim de Subscrição (cada uma, uma “Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série”), mediante solicitações de integralização a serem realizadas pela Emissora. A Razão Mínima de Subordinação da Segunda Série deverá ser observada como condição para a integralização das Debêntures da Segunda Série.
         3. As Debêntures da Terceira Série serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio da B3, pelo seu Valor Nominal Unitário no caso da Data de Primeira Integralização da Terceira Série e, nas demais datas de integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido, exclusivamente para efeitos de cálculo do Preço de Integralização das Debêntures da Terceira Série, de ágio correspondente aos *spreads* acumulados, em percentual da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e Remuneração das Debêntures da Segunda Série acrescido da variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br), *calculado pro rata* a partir da Data da 1ª Integralização da Terceira Série até a respectiva data de integralização (exclusive) (“Preço de Integralização das Debêntures da Terceira Série”), nos montantes e em uma ou mais datas indicadas no respectivo Boletim de Subscrição (cada uma, uma “Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série”).
         4. Os valores recebidos a partir da Data da 1a Integralização serão automaticamente depositados pela Emissora na Conta Exclusiva indicada no respectivo Boletim de Subscrição.
      2. A partir da data em que as Debêntures forem subscritas, os Debenturistas estarão obrigados a integralizar as Debêntures subscritas pelo Preço de Integralização, nas respectivas Datas de Integralização.
   8. **Período de Integralização**
      1. As Debêntures serão integralizadas dentro do Período de Subscrição e Integralização, mediante o pagamento dos preços de integralização definidos na Cláusula 3.15 acima.
   9. **Prazo de Vigência e Data de Vencimento**
      1. As Debêntures terão prazo de vigência de 30 (trinta) meses contados da Data de Emissão (exclusive), vencendo-se, portanto, em 21 de abril de 2025.
   10. **Remuneração das Debêntures**
       1. ***Remuneração das Debêntures da Primeira Série*.** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão, a partir da Data da 1ª Integralização da Primeira Série, juros remuneratórios que corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br) acrescida de *spread* ou sobretaxa de 5,25% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série”).
       2. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data da 1ª Integralização da Primeira Série ou a Data de Pagamento da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, (inclusive), até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), calculada de acordo com a seguinte fórmula:

Sendo que:

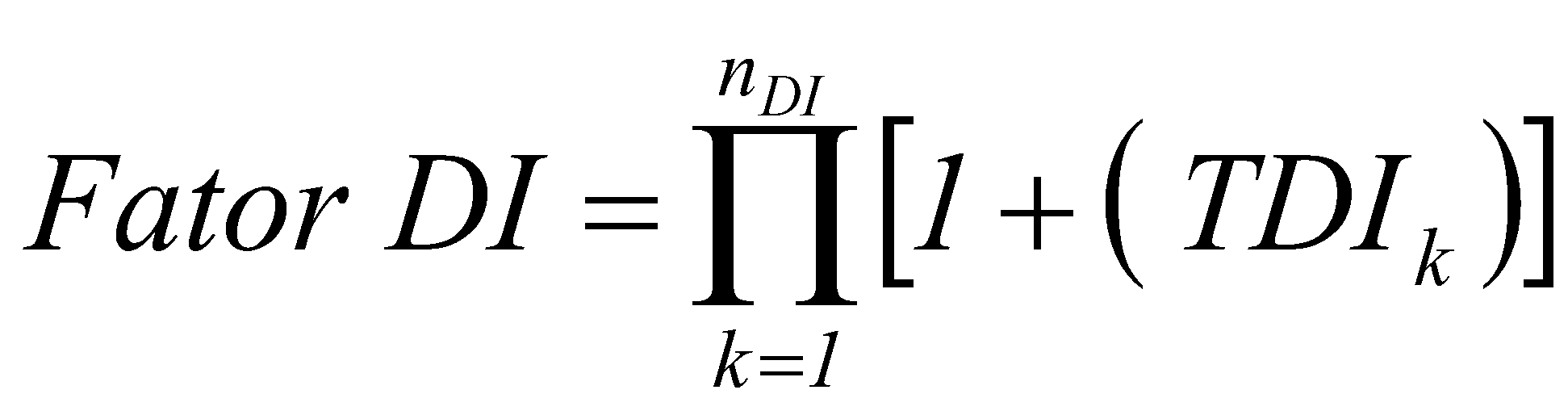
J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida em cada Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a Data da 1ª Integralização da Primeira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

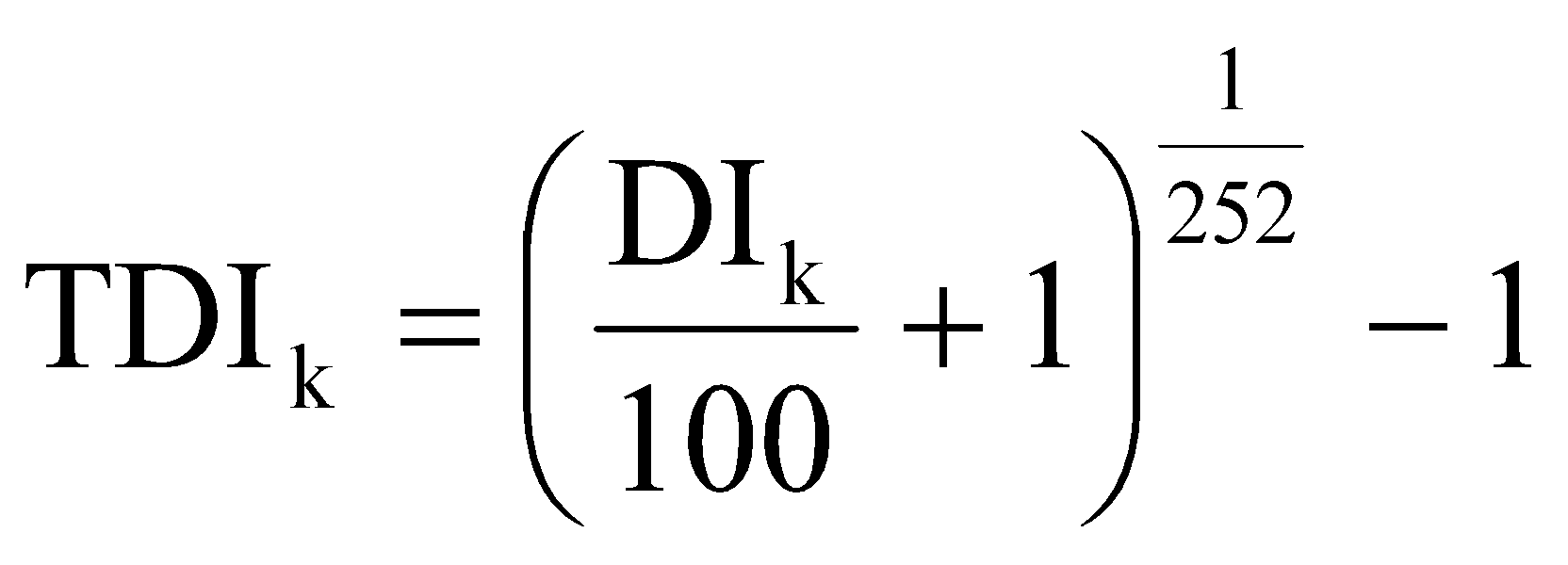


Sendo que:

n = Número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = Corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n, sendo “k” um número inteiro;

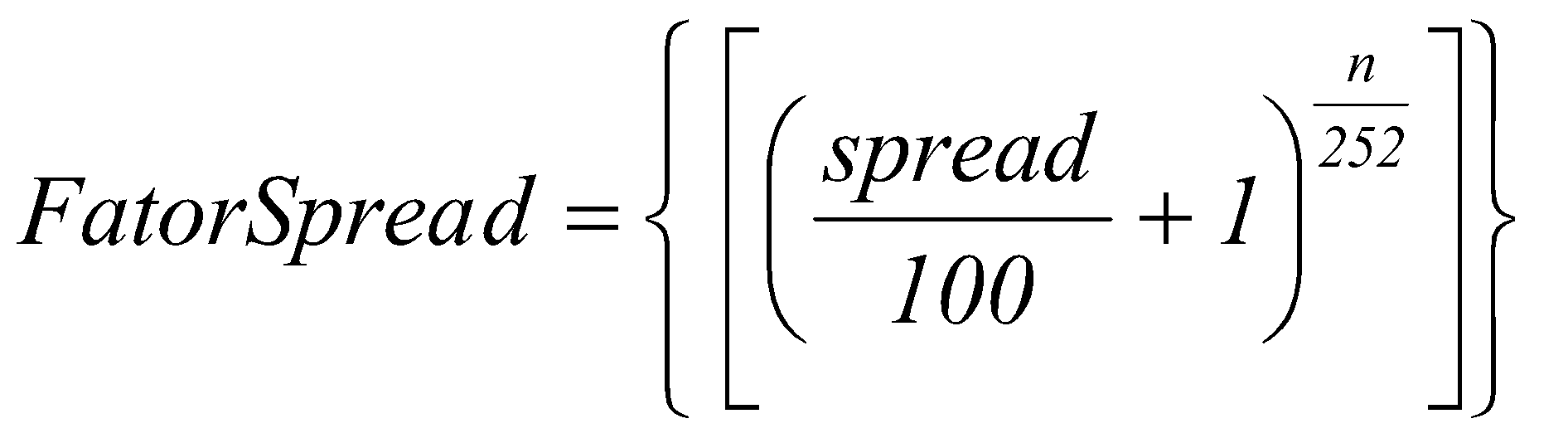
TDIk = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



Sendo que:

DIk = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, utilizada com 2 (duas) casas decimais, sendo “k” um número inteiro;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Sendo que:

*spread* = 5,250000000%

n = número de Dias Úteis entre a Data da 1ª Integralização da Primeira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

1. O fator resultante da expressão (1+ TDIk) será considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.
2. Efetua-se o produtório dos fatores (1 + TDIk), sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
4. O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.
6. Para o 1º (primeiro) “Período de Capitalização da 1ª Série”, considerar-se-á o intervalo de tempo que se inicia na respectiva Data da 1ª Integralização da Primeira Série (inclusive) e termina na 1ª (primeira) Data de Pagamento das Debêntures da Primeira Série (exclusive); e para os demais “Períodos de Capitalização da 1ª Série”, considerar-se-á o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive) e termina na Data de Pagamento das Debêntures da Primeira Série, para o período em questão (exclusive), sendo certo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento ou a data de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso.
   * 1. ***Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série*.** Após decorrido o Período de Alocação, a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga pela Emissora em cada Data de Pagamento, observada a Ordem de Alocação de Recursos.
        1. Caso a Emissora não disponha de recursos necessários para a realização do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série em determinada Data de Pagamento, o saldo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série não pago deverá ser pago pela Emissora na primeira Data de Pagamento subsequente. Conforme aplicável, e não obstante o disposto acima, a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá enviar notificação escrita à B3, em até 3 (três) Dias Úteis anteriores à determinada Data de Pagamento, informando-a (i) da não realização do pagamento na respectiva Data de Pagamento, (ii) da respectiva data na qual ocorrerá o pagamento, assim como (iii) seu montante, conforme o caso. Neste caso, a Remuneração das Debêntures da Primeira Série continuará a incidir sobre a referida parcela não paga, e deverá ser calculada a partir do primeiro dia do respectivo Período de Capitalização referente à Remuneração das Debêntures da Primeira Série não paga, observada ainda a Ordem de Alocação de Recursos. Sobre eventuais valores da Remuneração das Debêntures da Primeira Série não pagos, não serão devidos Encargos Moratórios.
     2. ***Remuneração das Debêntures da Segunda Série*.** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão, a partir da Data da 1ª Integralização da Segunda Série, juros remuneratórios que corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br) acrescida de *spread* ou sobretaxa de 7,25% (sete inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série”).
     3. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data da 1ª Integralização da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, (inclusive), até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), calculada de acordo com a seguinte fórmula:

Sendo que:

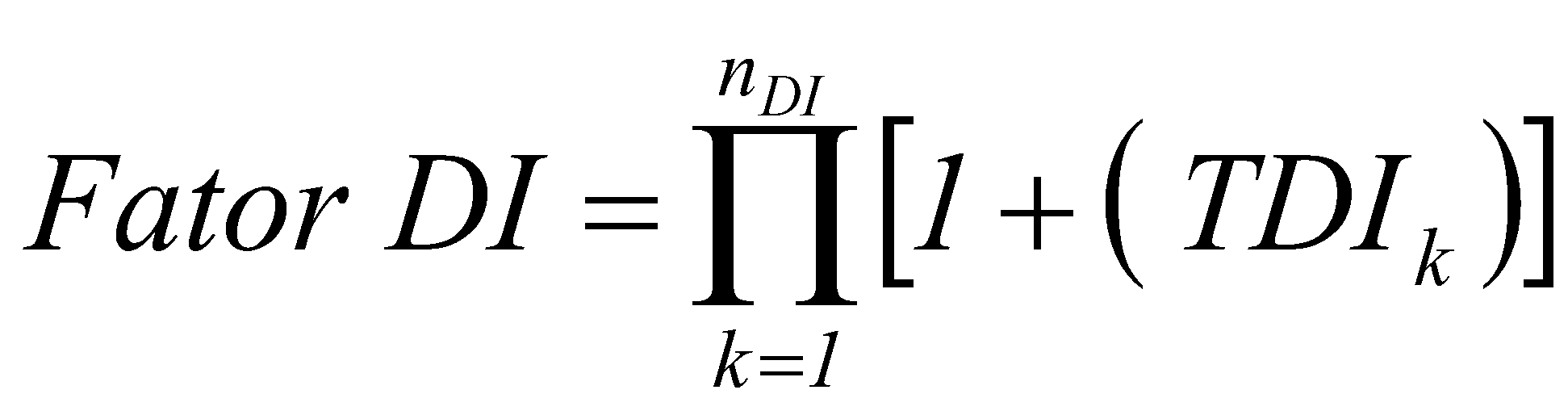
J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida em cada Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a Data da 1ª Integralização da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

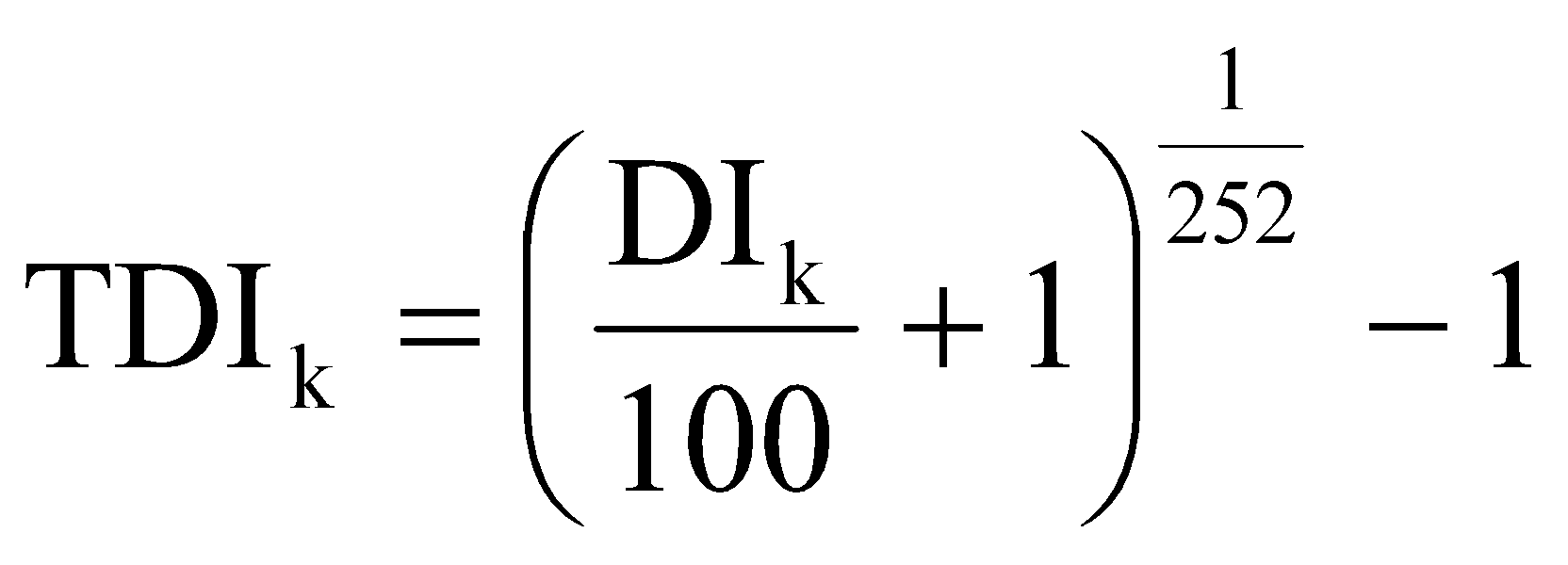


Sendo que:

n = Número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = Corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n, sendo “k” um número inteiro;

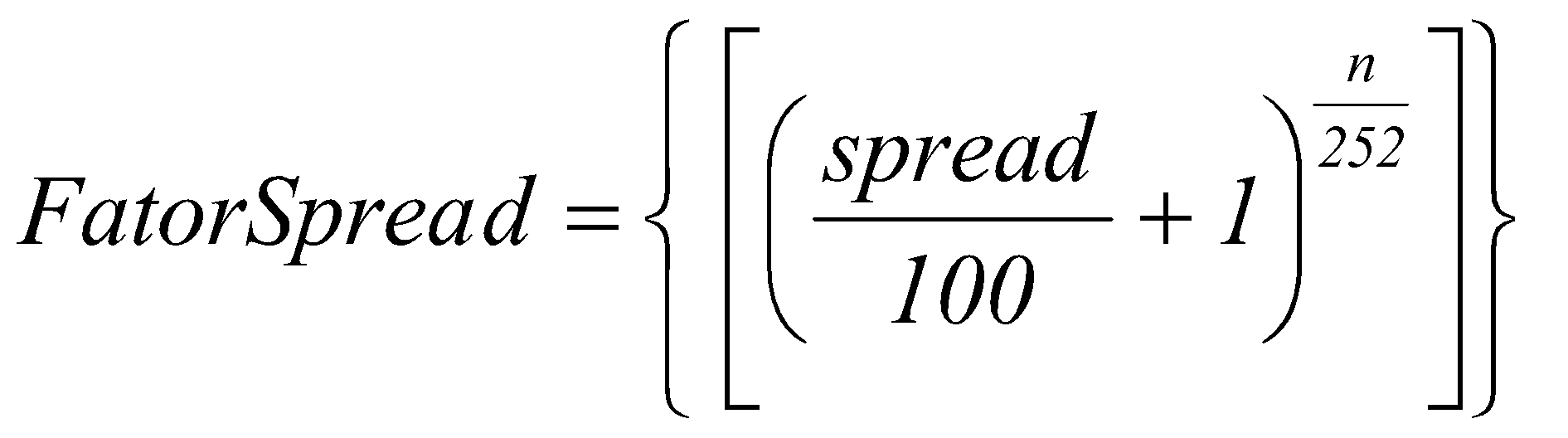
TDIk = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



Sendo que:

DIk = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, utilizada com 2 (duas) casas decimais, sendo “k” um número inteiro;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Sendo que:

*spread* = 7,250000000%

n = número de Dias Úteis entre a Data da 1ª Integralização da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

1. O fator resultante da expressão (1+ TDIk) será considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.
2. Efetua-se o produtório dos fatores (1 + TDIk), sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
4. O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.
6. Para o 1º (primeiro) “Período de Capitalização da 2ª Série”, considerar-se-á o intervalo de tempo que se inicia na respectiva Data da 1ª Integralização da Segunda Série (inclusive) e termina na 1ª (primeira) Data de Pagamento das Debêntures da Segunda Série (exclusive); e para os demais “Períodos de Capitalização da 2ª Série”, considerar-se-á o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive) e termina na Data de Pagamento das Debêntures da Segunda Série, para o período em questão (exclusive), sendo certo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento ou a data de vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.
   * 1. ***Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série*.** Após decorrido o Período de Alocação, a Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga pela Emissora em cada Data de Pagamento, observada a Ordem de Alocação de Recursos.
        1. Caso a Emissora não disponha de recursos necessários para a realização do pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série em determinada Data de Pagamento, o saldo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série não pago deverá ser pago pela Emissora na primeira Data de Pagamento subsequente. Conforme aplicável, e não obstante o disposto acima, a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá enviar notificação escrita à B3, em até 3 (três) Dias Úteis anteriores à determinada Data de Pagamento informando-a (i) da não realização do pagamento na respectiva Data de Pagamento, (ii) da respectiva data na qual ocorrerá o pagamento, assim como (iii) seu montante, conforme o caso. Neste caso, a Remuneração das Debêntures da Segunda Série continuará a incidir sobre a referida parcela não paga, e deverá ser calculada a partir do primeiro dia do respectivo Período de Capitalização referente à Remuneração das Debêntures da Segunda Série não paga, observada ainda a Ordem de Alocação de Recursos. Sobre eventuais valores da Remuneração das Debêntures da Segunda Série não pagos, não serão devidos Encargos Moratórios.
     2. ***Remuneração das Debêntures da Terceira Série*.** Não será devida qualquer remuneração sobre as Debêntures da Terceira Série. Também não será devida qualquer remuneração sobre eventual montante que incida sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, exclusivamente para fins de cálculo do Preço de Integralização das Debêntures da Terceira Série na forma da Cláusula 3.15.1.3 acima.
     3. ***Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.*** Observado o disposto nas Cláusulas 3.18.9 e seguintes abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver a divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível, até o momento, para o cálculo da Remuneração das Debêntures, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.
     4. Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis seguidos, seja extinta ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI para o cálculo da Remuneração das Debêntures, será convocada a Assembleia Geral de Investidores pelo Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, acerca do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá buscar preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures verificados durante a utilização da Taxa DI. Até que a Assembleia Geral de Investidores defina o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.
     5. Caso a Assembleia Geral de Investidores não delibere, de comum acordo com a Emissora, sobre o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures, inclusive em razão de a Assembleia Geral de Investidores não ser instalada e/ou de não ter obtido deliberação por falta de quórum em primeira e segunda convocação, as Debêntures deverão ser integralmente liquidadas. Neste caso, o cálculo da Remuneração das Debêntures será feito com base na última Taxa DI divulgada, nos termos da Cláusula 3.17.9 acima. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada, a nova Taxa DI divulgada deverá ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures a partir do dia em que a Taxa DI volte a ser divulgada.
     6. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Investidores referida na Cláusula 3.17.9 acima, a Assembleia Geral de Investidores não será mais realizada e a nova Taxa DI divulgada deverá ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, desde o dia em que a Taxa DI se tornou indisponível.
     7. Se ocorrida a não integração via API ou troca de arquivos entre o Agente de Cobrança e o Agente de Cobrança Alternativo (“Integração”) até 01 de janeiro de 2023, a Remuneração das Debêntures de Primeira Série passará a ser acrescida de *spread* ou sobretaxa de 5,75% (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis e a Remuneração das Debêntures Segunda Série passará a ser acrescida de *spread* ou sobretaxa de 7,75% (sete inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, até a finalização da integração entre as partes acima indicadas (“Evento de Step-up”). A partir do momento em que a Integração for finalizada, a Remuneração das Debêntures de Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série voltarão a ser conforme indicado nas Cláusulas 3.18.1 e 3.18.4 acima, respectivamente, desde que:
        + 1. para que o Evento de Step-up seja aplicado, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão receber notificação eletrônica acerca da não ocorrência da Integração entre o Agente de Cobrança e o Agente de Cobrança Alternativo até 01 de janeiro de 2023. Da mesma forma, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão ser notificados no momento em que a Integração ocorra, devendo a Remuneração das Debêntures de Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série serem revertidas às taxas iniciais previstas nesta Escritura de Emissão;
          2. o Agente Fiduciário deverá notificar os Debenturistas sobre o Evento de Step-up em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do seu conhecimento acerca do Evento de Step-up, mediante comunicação individual a cada Debenturista;
          3. o Evento de Step-up não será considerado um prêmio para fins da Oferta Restrita, mas um ajuste na Remuneração das Debêntures da Primeira Serie e Remuneração das Debêntures da Segunda Serie, conforme os percentuais indicados na Clausula 3.18.12 acima.
   1. **Amortização Extraordinária Obrigatória, Amortização Extraordinária Facultativa, Amortização Final e Aquisição Facultativa**

* + 1. ***Amortização Extraordinária Obrigatória.***Observados os termos desta Escritura, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos, o Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser amortizado extraordinariamente nas Datas de Pagamento previstas no Anexo I desta Escritura, se existirem recursos suficientes para tanto e após decorrido o Período de Alocação.
       1. As Debêntures, por sua vez, deverão ser pagas pela Emissora na Data de Vencimento ou em datas de vencimento antecipado das Debêntures, sempre que houver Recursos Exclusivos e/ou valores na Reserva de Liquidação da Primeira Série, na Reserva de Liquidação da Segunda Série ou na Reserva de Liquidação da Terceira Série disponíveis (nos termos das Cláusulas 3.19.2, 3.19.3 e 3.19.4 abaixo), e até o limite destes, conforme o disposto nesta Cláusula (“Amortização Extraordinária Obrigatória” ou “Amortização Final”, conforme o caso). Caso aplicável, se houver antecipação ou postergação do vencimento das Debêntures, a Emissora, deverá, em conjunto com o Agente Fiduciário, enviar notificação para a B3, informando-a (i) da alteração do vencimento das Debêntures, (ii) da respectiva data na qual ocorrerá o pagamento, assim como (iii) seu montante, conforme o caso.
    2. ***Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Primeira Série.*** Observado o disposto na Cláusula 3.19.1.2 acima, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, deverá ser amortizado extraordinariamente pela Emissora, mensalmente, em cada Data de Pagamento, após decorrido o Período de Alocação, observada a Ordem de Alocação de Recursos, caso os recursos disponíveis para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória, considerados de forma agregada, sejam iguais ou inferiores ao limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (“Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Primeira Série”).
       1. Caso, com relação à uma Data de Pagamento que não seja a Data de Vencimento ou uma data de vencimento antecipado, os recursos disponíveis para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Primeira Série, observada a Ordem de Alocação de Recursos, sejam superiores ao respectivo Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Primeira Série, será realizada a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Primeira Série até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Primeira Série, devendo os recursos excedentes ser aplicados em Investimentos Permitidos e compor a Reserva de Liquidação da Primeira Série até o limite de 2% (dois por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série.
       2. Nos termos da Cláusula 3.19.1.1 acima, a Emissora, havendo recursos suficientes para a realização de Amortização Extraordinária, a fará nas datas mencionadas no Anexo I desta Escritura.
       3. ***Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Segunda Série.*** Observado o disposto na Cláusula 3.19.1.1 acima, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série deverá ser amortizado extraordinariamente pela Emissora, mensalmente, em cada Data de Pagamento prevista no Anexo I desta Escritura, após o Período de Alocação e após atingido o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Primeira Série. Nessa hipótese, a Emissora deverá providenciar a referida amortização, observando a Ordem de Alocação de Recursos e caso os recursos disponíveis para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória, considerados de forma agregada, sejam iguais ou inferiores ao limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (“Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Segunda Série”).
       4. Caso, com relação à uma Data de Pagamento que não seja a Data de Vencimento ou uma data de vencimento antecipado, os recursos disponíveis para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Segunda Série, observada a Ordem de Alocação de Recursos, sejam superiores ao respectivo Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Segunda Série, será realizada a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Segunda Série até o respectivo Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Segunda Série, podendo os recursos excedentes ser aplicados em Investimentos Permitidos e destinados à Reserva de Liquidação da Segunda Série, até o limite de 2% (dois por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.
       5. Nos termos da Cláusula 3.19.1.1 acima a Emissora avaliará mensalmente se, em determinada Data de Pagamento prevista no Anexo I desta Escritura, há recursos suficientes para a realização de Amortização Extraordinária.
    3. ***Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Terceira Série.*** Observado o disposto na Cláusula 3.19.1.1 acima, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série deverá ser amortizado extraordinariamente pela Emissora, mensalmente, em cada Data de Pagamento (conforme Anexo I desta Escritura), desde que atingido o Limite de Amortização Extraordinária Obrigatória da Primeira e da Segunda Série.
    4. Na hipótese de ser realizada a Amortização Extraordinária Obrigatória, a Emissora observará a Ordem de Alocação de Recursos e, caso os recursos disponíveis para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória, considerados de forma agregada, sejam iguais ou inferiores ao limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série (“Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Terceira Série”)
       1. Caso, com relação à uma Data de Pagamento que não seja a Data de Vencimento ou uma data de vencimento antecipado, os recursos disponíveis para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Terceira Série, observada a Ordem de Alocação de Recursos, sejam superiores ao respectivo Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Terceira Série, será realizada a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Terceira Série até o respectivo Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Terceira Série, podendo os recursos excedentes ser aplicados em Investimentos Permitidos e destinados à Reserva de Liquidação da Terceira Série, até o limite de 2% (dois por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série.
    5. ***Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Terceira Série.*** Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula 3.19, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série poderá ser amortizado extraordinariamente pela Emissora, se solicitado pelos Debenturistas da Terceira Série desde que:

1. a Emissora estiver adimplente com os pagamentos de juros e amortização devidos aos Debenturistas da Primeira Série aos Debenturistas da Segunda Série;
2. os Índices de Cobertura da Primeira Série e da Segunda Série sejam iguais ou superiores a 1,00 (um inteiro);
3. esteja em curso o Período de Alocação;
4. a Emissora tenha recursos suficientes para realização da amortização após terem sido constituídas as reservas de emissão; e
5. não esteja em curso qualquer Evento de Inadimplemento ou de Aceleração de Vencimento (“Amortização Extraordinária Facultativa”).
   * + 1. A Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Terceira Série será realizada mediante solicitação dos Debenturistas da Terceira Série desde que representem a razão mínima de 1/5 (um quinto) da totalidade das Debêntures da Terceira Série (“Razão Mínima de Amortização Facultativa”), exceto se:
          1. A Ume detenha da totalidade das Debêntures da Terceira Série ou;
          2. As Debêntures da Terceira Série sejam de propriedade de um único investidor na Data de Referência.
       2. Em caso de ocorrência dos itens (i) e (ii) da Cláusula 3.19.5.1, a realização da Amortização Facultativa das Debêntures da Terceira Série ficará dispensada do cumprimento da Razão Mínima de Amortização Facultativa.
       3. A Emissora deverá receber, por e-mail, solicitação para Amortização Extraordinária Facultativa em que considerará as verificações dos índices da Cláusula 3.19.5 com base na Data de Verificação do Mês de Completo de Alocação, da mesma forma para todas as outras datas descritas na Cláusula 3.19.5, deverá considerar-se o Mês Completo de Alocação.
       4. A Amortização Extraordinária Facultativa será operacionalizada e administrada por meio da B3, sendo a Emissora, após conclusão das análises da Cláusula 3.19.5, em conjunto com Escriturador e Agente de Liquidação, responsáveis pela criação do evento e sua respectiva liquidação em até 4 (quatro) Dia Útil a contar de solicitação dos Debenturistas das Debêntures de Terceira Série, desde que respeitada a Razão Mínima de Amortização Facultativa.
     1. ***Aquisição Facultativa.*** As Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures de sua série, conforme aplicável.
   1. **Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série**
      1. Observados os termos desta Escritura, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e desde que existentes Recursos Exclusivos, após (i) o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série; (ii) a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Primeira Série até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Primeira Série; (iii) o pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série; (iv) a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Segunda Série até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Segunda Série; (v) a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Terceira Série até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Terceira Série; e (vi) a constituição da Reserva de Liquidação da Primeira Série, Reserva de Liquidação da Segunda Série e da Reserva de Liquidação da Terceira Série, os Debenturistas da Terceira Série farão jus ao recebimento de um prêmio de reembolso ("Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série"), que deverá ser pago mensalmente pela Emissora nas Datas de Pagamento, decorrente do montante recebido pela Emissora em razão da realização dos Direitos Creditórios Vinculados da Primeira, Segunda e Terceira Séries.
      2. Na Data do Resgate ou na hipótese de vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula 3.29.4 abaixo, a Emissora deverá entregar aos Debenturistas da Terceira Série a totalidade das CCBs que representem os Direitos Creditórios Vinculados que não foram realizados, respeitando a Cláusula 3.23.
   2. **Pagamento Condicionado, Ordem de Alocação dos Recursos e Subordinação das Debêntures da Terceira Série**
      1. Nos termos do artigo 5º da Resolução CMN 2.686, os pagamentos devidos pela Emissora referentes à Amortização Extraordinária Obrigatória, à Remuneração, ao Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série e à Amortização Final, com relação às Debêntures, e demais valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, no âmbito desta Emissão, estão condicionados ao efetivo pagamento, em montante suficiente, dos Direitos Creditórios Vinculados. Deste modo, a não realização dos pagamentos relacionados à Amortização Extraordinária Obrigatória, à Remuneração, ao Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série e à Amortização Final, com relação às Debêntures da Primeira, Segunda e Terceira Séries, e demais valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, no âmbito desta Emissão, em razão do não recebimento suficiente dos Direitos Creditórios Vinculados, não constituirá em hipótese alguma inadimplemento por parte da Emissora, não sendo devidos Encargos Moratórios ou qualquer outro tipo de remuneração. Fica estabelecido que os recursos disponíveis na Conta Exclusiva, assim como os eventuais recursos disponíveis na Reserva de Liquidação da Primeira Série, na Reserva de Liquidação da Segunda Série e/ou na Reserva de Liquidação da Terceira Série nos termos estabelecidos nesta Escritura, também poderão ser utilizados para a realização dos pagamentos devidos pela Emissora aos Debenturistas conforme listados acima.
      2. Fica estabelecido nesta Escritura, e portanto desde já autorizado, pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, atuando em benefício dos Debenturistas, de forma expressa, irrevogável e irretratável que, a partir da Data da 1ª Integralização até a Data de Vencimento, sempre preservada a manutenção da boa ordem das funções inerentes ao Objeto Social da Emissora e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos Debenturistas, os recursos disponíveis detidos pela Emissora relacionados a esta Emissão, incluindo, sem limitação, (i) os recursos obtidos por meio da Emissão; (ii) os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados; (iii) os recursos de recebimentos e desinvestimentos referentes ao Investimentos Permitidos; e (iv) os eventuais recursos disponíveis na Reserva de Liquidação da Primeira Série, na Reserva de Liquidação da Segunda Série e/ou na Reserva de Liquidação da Terceira Série, nos termos da Cláusula 3.18 acima, sejam alocados na seguinte ordem de alocação dos recursos (“Ordem de Alocação de Recursos”), sendo que os valores referentes às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série serão sempre calculados e pagos nas mesmas data-base, observando-se a subordinação do pagamento dos valores relativos às Debêntures da Terceira Série ao pagamento dos valores relativos às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série.
         1. Quando se tratar de datas que não sejam Datas de Pagamento:
6. pagamento das Despesas;
7. composição na Data da 1ª Integralização e recomposição a partir da Data da 1ª Integralização, conforme o caso, de Reserva de Despesas e Encargos;
8. pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 3ª Série, desde que atendidas as condições previstas nesta Escritura;
9. aquisição de novas CCBs, observados os Limitadores para Aquisição de CCB;
10. aplicação em Investimentos Permitidos, a exclusivo critério da Emissora.
    * + 1. Quando se tratar de datas que sejam (i) Datas de Pagamento após decorrido o Período de Alocação, (ii) Data de Vencimento ou (iii) sejam uma data de vencimento antecipado das Debêntures:
11. pagamento das Despesas;
12. composição na Data da 1ª Integralização e recomposição a partir da Data da 1ª Integralização, conforme o caso, de Reserva de Despesas e Encargos;
13. pagamento de encargos moratórios referentes às Debêntures da Primeira Série, caso aplicáveis, incluindo, sem limitação, eventuais valores devidos em decorrência de valores vencidos e não pagos tempestivamente, no âmbito desta Emissão;
14. pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série;
15. pagamento da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Primeira Série até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Primeira Série;
16. com relação à Data de Pagamento que não seja a Data de Vencimento ou que não seja uma data de pagamento em razão da decretação de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 3.30.2, composição da Reserva de Liquidação da Primeira Série;
17. com relação à Data de Pagamento que seja a Data de Vencimento ou uma data de pagamento em razão da decretação de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 3.30.2, pagamento da Amortização Final referentes às Debêntures da Primeira Série, observadas as regras previstas na Cláusula 3.21 acima, sendo que tais pagamentos serão realizados de forma concomitante com o pagamento da Amortização Final;
18. pagamento de encargos moratórios referentes às Debêntures da Segunda Série, caso aplicáveis, incluindo, sem limitação, eventuais valores devidos em decorrência de valores vencidos e não pagos tempestivamente, no âmbito desta Emissão;
19. pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série;
20. pagamento da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Segunda Série até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Segunda Série;
21. com relação à Data de Pagamento que não seja a Data de Vencimento ou que não seja uma data de pagamento em razão da decretação de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 3.29.4, composição da Reserva de Liquidação da Segunda Série;
22. com relação à Data de Pagamento que seja a Data de Vencimento ou uma data de pagamento em razão da decretação de vencimento, nos termos da Cláusula 3.29.4, pagamento da Amortização Final referentes às Debêntures da Segunda Série;
23. pagamento de encargos moratórios referentes às Debêntures da Terceira Série, caso aplicáveis, incluindo, sem limitação, eventuais valores devidos em decorrência de valores vencidos e não pagos tempestivamente, no âmbito desta Emissão;
24. pagamento da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Terceira Série até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória da Terceira Série;
25. com relação à Data de Pagamento que não seja a Data de Vencimento ou que não seja uma data de pagamento em razão da decretação de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 3.29.4 abaixo, composição da Reserva de Liquidação da Terceira Série;
26. com relação à Data de Pagamento que seja a Data de Vencimento ou que seja uma data de pagamento em razão de decretação de vencimento antecipado, pagamento da Amortização Final referentes às Debêntures da Terceira Série;
27. pagamento do Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série; e
28. aplicação em Investimentos Permitidos, a exclusivo critério da Emissora.
    1. **Repactuação Programada**
       1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
    2. **Procedimentos a Serem Adotados em Casos de Não Pagamento até Data de Vencimento e Dação dos Direitos Creditórios Vinculados em Pagamento**
       1. Nas hipóteses de (i) não realização dos Direitos Creditórios Vinculados até a Data de Vencimento ou até a data de pagamento das Debêntures, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, ou (ii) não pagamento dos valores devidos aos Debenturistas nas data de pagamento das Debêntures, em caso de vencimento antecipado das Debêntures; o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Investidores, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do referido evento, para deliberar sobre os procedimentos a serem realizados através de um Plano de Ação, conforme indicado na Cláusula 3.22.2 abaixo.
       2. O “Plano de Ação” que deverá ser definido na Assembleia Geral de Investidores, poderá incluir, entre outras medidas: (i) o resgate das Debêntures mediante a dação em pagamento diretamente aos Debenturistas, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 5º da Resolução CMN 2.686, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora, no limite e na proporção dos créditos dos Debenturistas, dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados nos respectivos vencimentos, observado o disposto na Cláusula 3.22.4 abaixo, mesmo que a Emissora já tenha iniciado processo de cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados; (ii) a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Vinculados dados em pagamento pela Emissora; ou (iii) o aguardo do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados e dos demais valores devidos à Emissora relacionados à Emissão.
          1. Iniciando-se a implementação do Plano de Ação, a Emissora deverá interromper os pagamentos aos Debenturistas e os Recursos Disponíveis Após Vencimento deverão ser mantidos na Conta Exclusiva até que sejam pagos aos Debenturistas nos termos do Plano de Ação.
       3. Após a realização da dação em pagamento pela Emissora e integral quitação das Debêntures, o Agente Fiduciário poderá participar da estrutura acordada entre os Debenturistas como um prestador de serviços destes, devendo para tanto serem reavaliadas as condições comerciais, caso os Debenturistas e o Agente Fiduciário assim decidam, não restando qualquer relação entre o Agente Fiduciário e a Emissora em relação às Debêntures.
       4. Caso os Debenturistas não implementem o Plano de Ação deliberado em Assembleia Geral de Investidores até a Data de Vencimento das Debêntures, o resgate das Debêntures deverá ser realizado mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados diretamente aos Debenturistas, sendo certo que tal dação em pagamento deverá ser precedida da distribuição dos Recursos Disponíveis Após Vencimento aos Debenturistas, respeitando a prioridade e proporção de valores a que têm direito os titulares das Debêntures da Primeira Série, os titulares das Debêntures da Segunda Série e os titulares das Debêntures da Terceira Série no âmbito desta Emissão.
          1. Para fins do resgate das Debêntures mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados em caso de vencimento antecipado das Debêntures ou em caso de não implementação do Plano de Ação até a Data de Vencimento, tais Direitos Creditórios Vinculados conferidos aos Debenturistas em dação em pagamento serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados (i) da Data de Vencimento; ou (ii) da determinação que pagamentos deverão ser realizados através de dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados, após declaração do vencimento antecipado, conforme o caso, ou, ou em prazo diverso acordado entre a Emissora e os Debenturistas, fora do âmbito da B3.
          2. O quinhão de cada Debenturista no condomínio será equivalente à sua participação em relação ao valor total das Debêntures na data imediatamente anterior à constituição do referido condomínio.
          3. Os termos e as condições da convenção de condomínio poderão conter avença assegurando aos Debenturistas originalmente titulares das Debêntures da Primeira Série, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio, até o limite do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios das Debêntures da Primeira Série que eram detidas pelos referidos Debenturistas quando da constituição do condomínio. Após o pagamento integral dos valores devidos aos Debenturistas titulares das Debêntures da Primeira Série, o valor remanescente será distribuído aos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série, na proporção do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios das Debêntures da Segunda Série por eles detidas quando da constituição do condomínio. Após o pagamento integral dos valores devidos aos Debenturistas titulares das Debêntures da Primeira Série e aos Debenturistas Titulares de Debêntures da Segunda Série, o valor remanescente será distribuído aos Debenturistas titulares das Debêntures da Terceira Série, na proporção do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido do Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série por eles detidas quando da constituição do condomínio. Será indicado como administrador do condomínio civil acima referido o condômino residente no Brasil que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão. O Custodiante contratado fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Vinculados mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, os documentos deverão ser mantidos sob a guarda da antiga empresa depositária até que uma nova seja contratada, ocasião em que o administrador do condomínio civil indicará à antiga empresa depositária a hora e o local para a entrega dos referidos documentos à nova empresa depositária. Caso os Debenturistas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio no prazo referido acima, poderá ser promovido o pagamento em consignação dos Direitos Creditórios Vinculados aos Debenturistas, na forma do artigo 334 do Código Civil.
       5. Após realizada a efetiva dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios Vinculados, nos termos do disposto nesta Cláusula 3.23, considerar-se-á extinta a obrigação da Emissora de efetuar o pagamento do Saldo Devedor das Debêntures, ficando integralmente extintas as Debêntures.
    3. **Local e Forma de Pagamento**
       1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures poderão ser efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) pelo Escriturador das Debêntures.
    4. **Substituição dos Prestadores de Serviço**
       1. O Agente de Liquidação e o Escriturador poderão ser substituídos, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Investidores, nas seguintes hipóteses: (i) os serviços não sejam prestados de forma satisfatória; e/ou (ii) caso qualquer um deles esteja, conforme aplicável, impossibilitado de exercer as suas funções ou haja renúncia ao desempenho de suas funções nos termos previstos em contrato.
       2. O Agente de Cobrança será substituído pelo Agente de Cobrança Alternativo, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, nas seguintes hipóteses (“Justa Causa”):
29. a comprovação por meio de decisão judicial de que o Agente de Cobrança atuou com dolo ou cometeu fraude no desempenho de suas funções e responsabilidades nos termos desta Escritura ou do Contrato de Cobrança;
30. o descumprimento de obrigações legais, regulamentares e/ou normativas aplicáveis ao Agente de Cobrança que, de forma inequívoca, possa vir a causar um efeito adverso relevante na situação financeira, nos negócios, nos bens e/ou nos resultados operacionais do Agente de Cobrança; e/ou (b) na capacidade do Agente de Cobrança de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura ou do Contrato de Cobrança;
31. o descumprimento, pelo Agente de Cobrança, de disposições do Contrato de Cobrança a ele aplicáveis que não seja sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da data de notificação quanto a sua ocorrência, a ser enviada ao Agente de Cobrança pela Emissora, exceto quando houver prazo de cura específico previsto;
32. verificação de um dos seguintes eventos de insolvência do Agente de Cobrança (“Eventos de Insolvência”), monitorados por meio de verificação mensal em órgãos de proteção ao crédito, caso não venha a ser notificada da ocorrência do referido Evento de Insolvência:
33. a extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou a decretação de falência;
34. pedido de recuperação judicial pelo Originador, independente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; e
35. comprovação de falsidade, em qualquer aspecto relevante, de quaisquer declarações prestadas pelo Agente de Cobrança.
    1. **Prorrogação dos Prazos**
       1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, até o Dia Útil imediatamente subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.
    2. **Encargos Moratórios**
       1. Desde que observado o Pagamento Condicionado, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.
       2. Os Encargos Moratórios estabelecidos acima não serão devidos durante a existência de um prazo de cura específico previsto nesta Escritura.
    3. **Agente de Liquidação e Escriturador**
       1. O Agente de Liquidação e o Escriturador das Debêntures será a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88.
       2. Escrituração: O Escriturador atuará como escriturador das Debêntures, os quais serão emitidos sob a forma nominativa e escritural. Serão reconhecidos como comprovante de titularidade dos Debênturistas: (i) o extrato de posição de custódia expedido pela B3, conforme as Debêntures estejam eletronicamente registradas na B3, respectivamente, em nome de cada Debenturista; ou (ii) o extrato emitido pelo Escriturador, a partir das informações prestadas com base na posição de custódia eletrônica constante da B3, conforme aplicável, em nome de cada Debênturista.
       3. O Escriturador poderá ser substituído, não sendo necessária a convocação prévia de uma Assembleia Geral de Debênturistas, nas seguintes hipóteses previstas na cláusula 3.28.5. abaixo.
       4. Caso a Emissora ou os Debênturistas desejem substituir o Escriturador sem a observância das hipóteses previstas na Cláusula 3.28.5. abaixo, tal decisão deverá ser submetida à deliberação da Assembleia Geral de Debênturistas, nos termos da Cláusula Quarta deste Instrumento.
       5. Substituição Automática
       6. O Escriturador, o Custodiante, o Contador e/ou o Auditor Independente poderão ser substituídos automaticamente, sem a necessidade de convocação de Assembleia Geral de Debênturistas, nas seguintes hipóteses : (i) em caso de inadimplemento de suas obrigações junto à Emissora ou prestação de serviços de forma insatisfatória, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis após o recebimento da notificação enviada pela Emissora, para sanar o referido inadimplemento; (ii) na superveniência de qualquer norma ou instrução das autoridades competentes, notadamente do Banco Central, que impeça a contratação objeto do contrato de escrituração, do contrato de custódia ou do contrato celebrado com o Auditor Independente; (iii) caso o Escriturador, o Custodiante, o Contador e/ou o Auditor Independente encontrem-se em processo de falência, ou tenham a sua intervenção judicial ou liquidação decretada; (iv) em caso de descredenciamento do Escriturador, do Custodiante, o Contador e/ou do Auditor Independente para o exercício da atividade de escrituração ou custódia de valores mobiliários e de auditoria independente, conforme aplicável; (v) se o Escriturador, o Custodiante, o Contador e/ou o Auditor Independente suspender suas atividades por qualquer período de tempo igual ou superior a 30 (trinta) dias, ou por período inferior, desde que impacte negativamente os Debênturistas; (vi) se for constatada a ocorrência de práticas irregulares pelo Escriturador, pelo Custodiante, o Contador e/ou pelo Auditor Independente; (vii) se não houver o pagamento da remuneração devida ao Escriturador, ao Custodiante, o Contador e/ou ao Auditor Independente nos respectivos prazos, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 5 (cinco) Dias Úteis de sua ocorrência; (viii) de comum acordo entre o Escriturador, o Custodiante, o Contador e/ou o Auditor Independente e a Emissora, por meio de notificação prévia da Emissora, do Escriturador, do Custodiante ou do Auditor Independente, com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência; e (ix) no caso de fim da vigência do contrato celebrado com o Escriturador, Custodiante ou Auditor Independente, conforme o caso.
       7. Nos casos previstos na Cláusula 3.11 acima, o novo Escriturador, Custodiante, o Contador e/ou Auditor Independente devem ser contratados pela Emissora, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Debênturistas, em até 5 (cinco) Dias Úteis, observado o dever do Escriturador, do Custodiante, o Contador e ou do Auditor Independente de manter a prestação dos serviços até sua efetiva substituição.
       8. Este Termo de Securitização será objeto de aditamento para refletir as substituições de que tratam as Cláusulas acima enumeradas, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da formalização dos respectivos atos necessários à concretização de tais substituições.

* 1. **Eventos de Aceleração de Vencimento e Eventos de Vencimento Antecipado**
     1. A ocorrência dos seguintes eventos de aceleração de vencimento listados abaixo (cada um, um “Evento de Aceleração de Vencimento”) poderá acarretar o encerramento ou a interrupção do Período de Alocação e da aquisição de novas CCBs, bem como amortização acelerada das Debêntures, observada a Ordem de Alocação de Recursos e a regime de caixa da Emissora em cada Data de Pagamento (“Aceleração de Vencimento”)

(i) descumprimento, pela Ume, de qualquer obrigação não pecuniária descrita nos Documentos da Emissão, que não seja sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da data de notificação de sua ocorrência a ser enviada à Ume por qualquer dos Debenturistas (exceto quando houver prazo de cura específico previsto);

(ii) protesto de títulos contra a Ume, em valor individual ou agregado superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado pelo Originador aos Debenturistas que (a) o protesto foi legalmente sustado, (b) o protesto foi cancelado, ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi(foram) depositado(s) em juízo ou prestada caução;

(iii) não cumprimento pela Ume de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Ume, que, individualmente ou de forma agregada, ultrapasse o valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou o respectivo valor equivalente em outras moedas, no prazo estipulado para o pagamento ou dentro de 30 (trinta) Dias Úteis da data de tal descumprimento, o que for maior;

(iv) (a) proposta pela Ume, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (b) requerimento pela Ume de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Ume;

(v) cessação, pela Ume, das respectivas atividades empresariais e/ou adoção de medidas societárias voltadas à liquidação, dissolução ou extinção destas;

(vi) vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Ume, em valor individual ou agregado superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

(vii) rescisão do Acordo Operacional e/ou do Contrato de Cobrança em razão

(a) da prestação, pela Ume, de declarações falsas, enganosas, ou incorretas na data em que foram declaradas, conforme o estabelecido nos respectivos instrumentos; ou (b) de descumprimento, por culpa exclusiva da Ume, das obrigações que cabem a ele, conforme o estabelecido nos respectivos instrumentos;

(viii) (a) decretação de falência da Ume; (b) pedido de autofalência formulado pela Ume; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Ume e não devidamente elidido no prazo legal;

(ix) caso a Ume não observe os termos do Acordo Operacional, do Contrato de Cobrança e/ou caso o referido Contrato de Cobrança seja rescindido por qualquer das partes envolvidas, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

(x) constatação de que as declarações prestadas pela Ume, nesta Escritura de Emissão, eram falsas ou enganosas;

(xi) tentativa ou prática, pela Ume, de qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar, descaracterizar ou repudiar, por procedimento de ordem litigiosa, judicial, arbitral ou administrativa, esta Escritura de Emissão e os demais documentos da Emissão e da Oferta, qualquer das respectivas cláusulas ou qualquer outro contrato relativo a esta Escritura de Emissão e/ou aos demais documentos da Emissão e da Oferta.

(xii) caso, durante o Período de Alocação, a Ume não seja capaz de operar e originar Direitos Creditórios por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos;

(xiii) verificação que o (a) Índice de Cobertura das Debêntures da 1ª Série ou (b) Índice de Cobertura das Debêntures da 2ª Série seja inferior a 1,0 por 2 Datas de Verificação consecutivas;

(xiv) Verificação pela Emissora de que o Índice de Inadimplência é superior a 18% em 2 Datas de Referência consecutivas ou 4 Datas de Referência alternadas, sendo o referido item, valido para fins da Cláusula 3.29.1, após o 7º (sétimo) Mês Completo de Alocação da Data da 1ª Integralização.

Sendo:

= Somatório das parcelas das CCBs à valor nominal com atraso superior a 180 dias na Data de Conciliação pertencentes ao Mês Completo de Alocação.

= Somatório das parcelas das CCBs à valor nominal originadas a mais de 180 dias na Data de Conciliação pertencentes ao Mês Completo de Alocação de sua originação, inclusive parcelas pagas, a vencer e vencidas, sendo a última não sendo passível de Provisão de Devedores Duvidosos (PDD).

(xv) Caso a Ume não se integre operacionalmente junto ao Agente de Cobrança Alternativo em até 120 dias contados da data de emissão das debêntures ou, durante a operação, deixe de enviar as informações necessárias para o monitoramento da carteira pelo Agente de Cobrança Alternativo. Para fins de esclarecimento, a Ume poderá fazer a integração operacional via SFTP;

(xvi) Verificação que o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios em loja por varejista parceira em um mês anterior à Data de Conciliação ultrapassou os seguintes limites de concentração:

|  |  |
| --- | --- |
| CONCENTRAÇÃO DE RECEBIMENTO NOS MAIORES VAREJISTAS | PERCENTUAL MÁXIMO (%) |
| 1 | 20,00% |
| 5 | 50,00% |

Os percentuais serão calculados por:

∑ Valor Pago 𝑑𝑎𝑠 𝐶𝐶𝐵𝑠 em loja no varejista parceiro no mês ref.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
∑ Valor Pago 𝑑𝑎𝑠 𝐶𝐶𝐵𝑠 total no mês ref.

(xvii) Verificação que a Ume detêm menos de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures de Terceira Série; e

(xviii) Verificação de que o prazo médio ponderado da carteira é superior a 8 (oito) meses

* + 1. Note-se que, na hipótese de a conciliação da carteira dos Direitos Creditórios Vinculados não ter sido adequadamente realizada, conforme item (xvii) da Cláusula 3.29.1 acima, a Emissora não terá a obrigação de calcular os índices previstos pelos itens (xvi), (xiv) e (xiii) da Cláusula 3.29.1 acima, razão pela qual, apenas nesse caso, referidos eventos não se enquadram como Evento de Aceleração de Vencimento, sendo que a Aceleração de Vencimento ocorrerá por força do item (xvii) acima referido.
    2. Na ocorrência da hipótese prevista no item (xv), a Emissora deverá receber do Agente de Cobrança Alternativo comunicação em cada Data de Verificação, durante o período de descrito no item acima, por e-mail, informando o status de integração junto a Ume, sendo a o envio da comunicação condição para juricidade do referido item.
    3. Na ocorrência das hipóteses previstas nos itens (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (x) e (xi) da Cláusula 3.29.1 acima, o Evento de Aceleração de Vencimento será declarado de forma automática, independentemente de realização de Assembleia Geral de Investidores. Nas demais hipóteses previstas na cláusula 3.29.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Investidores, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do referido evento, para deliberar sobre a declaração do Evento de Aceleração de Vencimento. Enquanto não deliberado o referido Evento, a aquisição de CCB deverá ser interrompida. Tal Assembleia Geral de Investidores deverá observar o disposto na Cláusula 4.6 abaixo.
    4. Na hipótese (i) de não instalação em segunda convocação da Assembleia Geral de Investidores mencionada na Cláusula 3.29.2 acima; ou (ii) de não ser alcançado o quórum mínimo para deliberação acerca da declaração de Evento de Aceleração de Vencimento, o Agente Fiduciário deverá declarar a ocorrência de Evento de Aceleração de Vencimento mediante imediato envio de notificação à Emissora.
    5. Na hipótese de interrupção da aquisição de CCB durante o Período de Alocação, em decorrência de um Evento de Aceleração de Vencimento, a Aceleração de Vencimento será mantida até que (i) seja verificado e confirmado pelo Agente Fiduciário, por escrito, que o Evento de Aceleração de Vencimento foi sanado, ou (ii) ocorra o perdão dos Debenturistas, por escrito, por meio de Assembleia Geral de Investidores e especificamente, sobre o Evento de Aceleração de Vencimento em questão.
    6. Desde que efetivamente sanado o Evento de Aceleração de Vencimento, nos termos e na forma na Cláusula 3.29.5 acima, ou desde que expressamente aprovado pelos Debenturistas que representem, no mínimo 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora poderá retomar a aquisição das CCBs nos termos previstos nesta Escritura.
    7. Na ocorrência dos eventos de vencimento antecipado listados abaixo (cada um, um “Evento de Vencimento Antecipado”), e observado o disposto nas Cláusulas 3.29.8 e 3.29.9 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e exigir os Pagamentos aos Debenturistas, observado o Pagamento Condicionado:

1. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, que não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da data de notificação de sua ocorrência a ser enviada à Emissora pelo Agente Fiduciário (exceto quando houver prazo de cura específico previsto);
2. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, que não seja sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da data de notificação de sua ocorrência a ser enviada à Emissora pelo Agente Fiduciário (exceto quando houver prazo de cura específico previsto);
3. constatação de que as declarações realizadas pela Emissora nesta Escritura e nos demais documentos da Oferta Restrita eram falsas ou enganosas, ou ainda, de forma relevante, incorretas ou incompletas na data em que foram declaradas;
4. protesto de títulos contra a Emissora, em valor individual ou agregado superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi legalmente sustado, (b) o protesto foi cancelado, ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi(foram) depositado(s) em juízo ou prestada caução;
5. não cumprimento pela Emissora de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, que, individualmente ou de forma agregada, ultrapasse o valor de R$500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo estipulado para o pagamento ou dentro de 30 (trinta) Dias Úteis da data de tal descumprimento, o que for maior;
6. (a) proposta pela Emissora, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (b) requerimento pela Emissora de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora;
7. (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido no prazo legal;
8. transformação do tipo societário da Emissora, de modo que deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos do artigo 220, da Lei das Sociedades por Ações;
9. mudança do objeto social da Emissora, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;
10. fusão, cisão e incorporação (inclusive de ações) da Emissora, exceto (a) se prévia e expressamente aprovada pelos Debenturistas; ou (b) se for assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures que assim desejarem, nos termos do artigo 231, da Lei das Sociedades por Ações;
11. redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no artigo 174, da Lei das Sociedades por Ações;
12. cessação pela Emissora de suas atividades empresariais e/ou adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação, dissolução ou extinção;
13. distribuição, pela Emissora, de dividendos, de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, em montante superior ao estabelecido no Estatuto Social da Emissora na data de celebração desta Escritura, caso a Emissora esteja em descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, ressalvado, contudo, a distribuição de dividendos obrigatória, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações;
14. vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora, em valor individual ou agregado superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais);
15. caso a Emissora não observe os termos do Contrato de Cobrança e/ou caso o referido Contrato de Cobrança seja rescindido por qualquer de suas partes, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
16. cessão, alienação ou qualquer forma de transferência de qualquer dos Direitos Creditórios Vinculados a esta Emissão, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, a qualquer terceiro, exceto (a) com relação aos créditos inadimplidos pelos respectivos Tomadores há mais de 180 (cento e oitenta) dias, conforme previsto na Cláusula 3.8.3 acima; ou (b) se prévia e expressamente aprovado pelos Debenturistas;
17. transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, exceto se prévia e expressamente aprovado pelos Debenturistas;
18. sentença transitada em julgado, prolatada por qualquer juiz ou tribunal, declarando a ilegalidade, nulidade ou inexequibilidade de qualquer documento referente à Emissão e às Debêntures, inviabilizando a sua emissão ou seu pagamento;
19. utilização dos Recursos Exclusivos em desacordo com os termos desta Escritura, especialmente em desacordo com a Cláusula 3.6 acima que não tenha sido curada em até 3 (três) Dias Úteis de sua ciência;
20. contratação de quaisquer dívidas financeiras ou emissão de títulos de crédito e/ou valores mobiliários pela Emissora, exceto nos casos de (a) emissão de ações, e (b) emissão de títulos de crédito ou valores mobiliários que tenham cláusula de pagamentos de obrigações condicionados à realização dos créditos especificados nos correspondentes instrumentos de emissão, nos termos do artigo 5º da Resolução CMN 2.686, desde que tais créditos não se confundam com os Direitos Creditórios Vinculados;
21. não apresentação, pela Emissora, de suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício após 3 (três) meses contados do respectivo encerramento do exercício social, as quais deverão ser devidamente auditadas por auditores independentes registrados na CVM;
22. se esta Escritura, ou qualquer de suas disposições, forem declarados inválidos, nulos ou inexequíveis, por decisão judicial transitada em julgado, devendo a invalidade, nulidade ou inexequibilidade se referir a disposições relevantes, em particular as que digam respeito (a) à existência, validade e eficácia das Debêntures, seu valor, seu prazo de vencimento, sua remuneração e qualquer valor devido à Debenturista, (b) às disposições desta Cláusula;
23. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional liminar autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
24. descumprimento pela Emissora da obrigação em relação à formalização de aditamento à Escritura de Emissão, conforme será previsto no referido documento, para atualização dos Direitos Creditórios Vinculados, que não seja sanado no prazo e até 5 (cinco) Dias Úteis da notificação enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora;
25. não aquisição das CCBs, pela Ume, dentro do prazo estabelecido no Instrumento de Endosso, em decorrência do exercício, pela Emissora, do direito estabelecido no Instrumento de Endosso de solicitar referida aquisição das CCBs em razão da ocorrência de determinados eventos estabelecidos na promessa de endosso, dentre eles o não atendimento dos Critérios de Elegibilidade (“Opção de Venda”);
26. questionamento judicial movido em face da Emissora, por qualquer pessoa, da Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições) e/ou de quaisquer Direitos Creditórios Vinculados, não contestado pela Emissora dentro do prazo legal;
27. descumprimento, por parte da Emissora, durante a vigência das Debêntures, da legislação ambiental, trabalhista e previdenciária em vigor, incluindo na Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, nas normas relativas à saúde e segurança ocupacional, bem como nas demais legislações e regulamentações ambientais, trabalhistas e previdenciárias supletivas;
28. atuação, pela Emissora, em desconformidade com as normas que lhes são aplicáveis que versam sobre atos de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção e/ou inclusão da Emissora no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
29. caso a Emissora altere qualquer dos Documentos da Emissão sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
    * 1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas (iii), (vi), (vii), (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xv), (xvi), (xvii), (xviii), (xix), (xx), (xxii) e (xxiii) da Cláusula 3.29.7 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar, em até 2 (dois) Dias Úteis, à Emissora comunicação escrita informando sobre o vencimento antecipado automático nos termos desta Cláusula.
      2. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula 3.29.8 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Investidores, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do referido evento, para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Tal Assembleia Geral de Investidores deverá observar o disposto na Cláusula 4.6 abaixo.
      3. Na hipótese (i) de não instalação em segunda convocação da Assembleia Geral de Investidores mencionada na Cláusula 3.29.9 acima; ou (ii) de não ser alcançado o quórum de 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação para deliberação acerca da declaração de não vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures mediante imediato envio de notificação à Emissora e à B3 neste sentido.
      4. Em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o Pagamento Condicionado, nos termos desta Cláusula 3.29, a Emissora obriga-se a, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que ocorrer o Evento de Vencimento Antecipado, efetuar o pagamento (a) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, em relação às Debêntures da Primeira Série (desde que a Emissora tenha recebido recursos a título de remuneração dos Direitos Creditórios Vinculados suficientes para tanto), bem como quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora relativos às Debêntures da Primeira Série nos termos desta Escritura, inclusive encargos moratórios; (b) após realizados integralmente os pagamentos referentes às Debêntures da Primeira Série, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, em relação às Debêntures da Segunda Série (desde que a Emissora tenha recebido recursos a título de remuneração dos Direitos Creditórios Vinculados suficientes para tanto), bem como quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora relativos às Debêntures da Segunda Série nos termos desta Escritura, inclusive encargos moratórios; e (c) após realizados integralmente os pagamentos referentes às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, do saldo do Valor Nominal Unitário e do Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série, bem como quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora relativos às Debêntures da Terceira Série nos termos desta Escritura, inclusive encargos moratórios, fora do âmbito da B3, sendo certo que os pagamentos previstos nos itens (a), (b) e (c) acima somente poderão ser feitos caso a Emissora, respeitando a Ordem de Alocação de Recursos e nos termos da Resolução CMN 2.686, tenha recebido recursos suficientes para tanto.
      5. A Emissora obriga-se a comunicar ao Agente Fiduciário e à B3 acerca da ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado imediatamente após a declaração do vencimento antecipado e notificar a B3, em conjunto com o Agente Fiduciário, acerca do pagamento de que trata a Cláusula 3.29.11 acima, em até 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.
      6. Caso o pagamento integral dos montantes devidos aos Debenturistas, nos prazos estabelecidos na Cláusula 3.29.8 acima, não seja realizado, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Investidores, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do referido evento, para deliberar sobre os procedimentos a serem realizados, conforme a Cláusula 3.23 acima.
      7. A Emissora e o Agente Fiduciário não assumirão qualquer responsabilidade derivado do tardamento, incompletude, inconsistência ou insuficiência pelo Agente de Cobrança Alternativo e pela Ume em relação aos itens ligados a declarações, comunicações e/ou mudanças internas dos referidos que possam ocasionar Evento de Vencimento Antecipado e Evento de Aceleração de Vencimento.
    1. **Publicidade e Comunicações**
       1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas deverão (i) ser publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, se assim for requerido pela regulamentação e legislação aplicável, ou (ii) comunicados aos Debenturistas, por meio de comunicação escrita (inclusive *e-mail*), com cópia para o Agente Fiduciário, bem como disponibilizado na página da Emissora na rede mundial de computadores.
       2. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.
       3. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser realizadas por escrito e encaminhadas para os seguintes endereços ou, no caso de comunicação aos Debenturistas, no endereço constante do respectivo Boletim de Subscrição:

*Para a Emissora:*

**Companhia Securitizadora De Créditos Financeiros VERT-UME**

Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros

05407-003, São Paulo, SP

At.: Martha de Sá Pessôa / / Victoria de Sá / Carlos Martins

Telefone: (11) 3385-1800

E-mail: secfin@vert-capital.com

*Para o Agente Fiduciário:*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7, 2º andar, Sala 201, Barra da Tijuca

22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina Lodi de Oliveira

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: af.controles@oliveiratrust.com.br

*Para o Escriturador:*

**Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros

05425-020, São Paulo, SP

At.: Lucas Siloto / Alcides Fuertes

Telefone: (11) 4118-4211 / (11) 3030-7177

E-mail: escrituracao@vortx.com.br

*Para o Agente de Liquidação:*

**Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros

05425-020, São Paulo, SP

At.: Alcides Fuertes / Fernanda Acunzo Mencarini

Telefone: (11) 3030-7185 / (11) 3030-7177

E-mail: spb@vortx.com.br

*Para o Custodiante:*

**Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros

05425-020, São Paulo, SP

At.: Alcides Fuertes / Fernanda Acunzo Mencarini

Telefone: (11) 3030-7185 / (11) 3030-7177

E-mail: spb@vortx.com.br

*Para a B3:*

**B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão**

Praça Antônio Prado, nº 48, 4º andar

01010-901, São Paulo, SP

At.: Superintendência de Ofertas de Títulos Corporativos e Fundos - SCF

Telefone: (11) 2565-5061

E-mail: valores.mobiliarios@b3.com.br

* + 1. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo ou por e-mail. As comunicações feitas por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).
    2. Se qualquer das Partes mudar de endereço ou tiver qualquer de seus dados acima mencionados alterados, deverá comunicar às demais Partes o novo endereço para correspondência ou os novos dados, conforme o caso.
  1. **Reserva de Despesas e Encargos**
     1. Será constituída uma Reserva de Despesas e Encargos na Conta Exclusiva pela Emissora para fazer frente às Despesas, mediante retenção dos valores recebidos com a integralização das Debêntures. O montante da Reserva de Despesas e Encargos deverá ser equivalente ao Valor da Reserva de Despesas e Encargos devidos no mês de retenção e nos 2 (dois) meses subsequentes.
     2. A recomposição da Reserva de Despesas e Encargos será realizada a cada 2 (dois) meses e poderá ser promovida pela (i) Emissora, mediante retenção dos valores decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados e/ou integralização das Debêntures prioritariamente, caso existam recursos disponíveis, e, pelo (ii) caso os recursos disponíveis sejam insuficientes, tal recomposição deverá ser promovida pela Ume, conforme previsto no “*Acordo Operacional de Parceira e Outras Avenças*”, celebrado entre a Emissora e a Ume (“Acordo Operacional”).
     3. Sem prejuízo do mecanismo ora previsto, a recomposição da Reserva de Despesas e Encargos poderá ser realizada antes do prazo previsto sempre que o montante da Reserva de Despesas e Encargos for inferior ao valor de R$20.000,00 (vinte mil reais) (“Valor Mínimo da Reserva de Despesas e Encargos”), hipótese em que a recomposição será feita até o Valor da Reserva de Despesas e Encargos e poderá ser realizada (i) pela Emissora diretamente, mediante a retenção dos valores decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados e/ou de integralização das Debêntures; ou (ii) pela Ume, conforme previsto no Acordo Operacional.

**CLÁUSULA QUARTA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE INVESTIDORES**

* 1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de investidores convocada de acordo com o disposto no artigo 26 da Resolução CVM 60, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debêntures (“Assembleia Geral de Investidores”). As Assembleias Gerais de Investidores poderão ser realizadas de forma presencial, parcial ou exclusivamente de modo digital, nos termos da Resolução CVM 81.
  2. A Assembleia Geral de Investidores poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
  3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Investidores, no que couber, as disposições da Lei das Sociedades por Ações aplicáveis às assembleias gerais de acionistas. Assim, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações, será considerada regular a Assembleia Geral de Investidores a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.
  4. A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas representando qualquer número das Debêntures em Circulação.
  5. Cada Debênture conferirá ao respectivo titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de Investidores. Para os fins das Cláusulas abaixo, exceto se disposto diversamente nesta Escritura, as Assembleias Gerais de Investidores deverão compreender todas as Séries, sendo os quóruns calculados considerando-se as Debêntures de todas as Séries.
  6. Exceto pelo disposto nas Cláusulas 4.7, 4.8, 4.8.1, 4.9 e 4.9.1 abaixo, e também nas demais previsões dessa Escritura, as deliberações da Assembleia Geral de Investidores serão aprovadas por titulares de Debêntures em Circulação que representem, no mínimo, (i) a maioria das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e (ii) 50% (cinquenta por cento) das Debêntures presentes na assembleia mais 1 (uma) Debênture, em segunda convocação.

* 1. As deliberações relativas às seguintes matérias serão aprovadas por titulares das Debêntures representando, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação e 90% (noventa por cento) dos presentes em segunda convocação, ressalvado o previsto no art. 71 §5º da Lei das Sociedades por Ações:
     + - 1. modificação da Data de Vencimento das Debêntures;
         2. modificação da Ordem de Alocação de Recursos;
         3. modificação da Remuneração das Debêntures; e
         4. alteração de qualquer dos Eventos de Aceleração de Vencimento ou Eventos de Vencimento Antecipado listados na Cláusula 3.2 acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário.
  2. As deliberações relativas às seguintes matérias serão aprovadas por titulares das Debêntures representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação e 75% (setenta e cinco por cento) dos presentes em segunda convocação:

1. substituição do Agente Fiduciário ou do Escriturador;
2. alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sétima; e
3. deliberação sobre o Plano de Ação.
   * 1. A deliberação acerca da divisão, entre os Debenturistas, dos Direitos Creditórios Vinculados a serem dados em pagamento pela Emissora, nos termos da Cláusula 3.22 acima, será aprovada por titulares das Debêntures representando, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação de cada série.
   1. As deliberações relativas à redução da Remuneração ou limitação de quaisquer outros direitos conferidos às Debêntures da Primeira Série dependerão, além da aprovação de acordo com o quórum previsto na Cláusula 4.8 acima, da aprovação por titulares das Debêntures da Primeira Série representando, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, em primeira e segunda convocações. As deliberações relativas a outras alterações de Remuneração ou de quaisquer outros direitos conferidos às Debêntures da Primeira Série dependerão, além da aprovação de acordo com o quórum previsto na Cláusula 4.8 acima, da aprovação por titulares das Debêntures representando, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das Debêntures da Primeira Série, em primeira e segunda convocações.
      1. As deliberações relativas à limitação de quaisquer outros direitos conferidos às Debêntures da Segunda Série dependerão da aprovação por titulares das Debêntures da Segunda Série representando, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, em primeira e segunda convocações. As deliberações relativas a quaisquer outros direitos conferidos às Debêntures da Segunda Série dependerão da aprovação por titulares das Debêntures representando, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, em primeira e segunda convocações.
      2. Deliberações relativas à limitação de quaisquer outros direitos conferidos às Debêntures da Terceira Série dependerão, além da aprovação de acordo com o quórum previsto na Cláusula 4.8 acima, da aprovação por titulares das Debêntures da Terceira Série representando, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das Debêntures da Terceira Série em circulação, em primeira e segunda convocações. As deliberações relativas a outras alterações ou de quaisquer outros direitos conferidos às Debêntures da Terceira Série dependerão, além da aprovação de acordo com o quórum previsto na Cláusula 4.8 acima, da aprovação por titulares das Debêntures representando, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das Debêntures da Terceira Série, em primeira e segunda convocações,
   2. Qualquer modificação dos quóruns qualificados previstos nesta Escritura, incluindo sem limitação, aqueles descritos nas Cláusulas 4.7, 4.8, 4.8.1, 4.9, 4.9.1 e 4.9.2 acima, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem, no mínimo, a quantidade de Debêntures atualmente prevista no respectivo quórum a ser alterado.
   3. Quaisquer modificações a esta Escritura, inclusive aquelas decorrentes de deliberação dos titulares de Debêntures nos termos das Cláusulas 4.7, 4.8, 4.8.1, 4.9, 4.9.1 e 4.9.2 acima, deverão ser formalizadas mediante instrumento particular de aditamento a esta Escritura.
   4. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Investidores convocadas pela Emissora, enquanto nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a menos que tal presença seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.
   5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Investidores no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns desta Escritura, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Investidores ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Investidores.
   6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Investidores e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
   7. A presidência da Assembleia Geral de Investidores caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas presentes.

**CLÁUSULA QUINTA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

* 1. A Emissora neste ato declara e garante aos Debenturistas que:

1. é uma companhia securitizadora de créditos financeiros devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
2. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (a) à celebração desta Escritura; (b) à Emissão das Debêntures; e (c) ao cumprimento de suas obrigações, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
3. não há ações judiciais, processos ou arbitragem, de qualquer natureza, incluindo, sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias contra si, que possam causar Efeito Adverso Relevante;
4. (a) todos os contratos, acordos ou compromissos, sejam escritos ou verbais, dos quais é parte, ou com relação aos quais está obrigada, são válidos, vinculativos, estão em pleno vigor e efeito e são exequíveis, de acordo com seus termos; e (b) não violou, nem está inadimplente, em relação a qualquer dos contratos referidos acima, não tendo nenhuma contraparte de qualquer desses contratos descumprido, qualquer de suas obrigações previstas;
5. não se encontra em estado de insolvência, falência, recuperação judicial, dissolução, intervenção, regime especial de administração temporária (RAET) ou liquidação extrajudicial;
6. na data de celebração da presente Escritura de Emissão e em cada data de integralização das Debêntures, é e continuará sendo solvente, nos termos da legislação brasileira;
7. não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Efeito Adverso Relevante;
8. não há nenhum outro Ônus, de qualquer natureza, recaindo sobre seus bens e ativos, inclusive, sem limitação, sobre os Direitos Creditórios Cedidos;
9. observa a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e socioambiental, de forma que (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança do trabalho; (v) detém todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação aplicável; e (vi) possui todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e legislação socioambiental aplicável;
10. está em dia com suas obrigações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e social, especialmente as normas referentes à saúde e segurança ocupacional, obrigando-se a comprovar esses fatos, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios dessa quitação em até 5 (cinco) Dias Úteis da solicitação apresentada pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas;
11. a totalidade: (a) dos Direitos Creditórios Vinculados; (b) dos direitos creditórios decorrentes da Conta Exclusiva; e (c) dos direitos creditórios decorrentes dos Investimentos Permitidos encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames;
12. fornecerá, anualmente, à época do relatório anual, declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da emissora, na forma do seu estatuto social, atestando que permanecem válidas as disposições contidas nos Documentos da Emissão, bem como sobre a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas;
13. os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
14. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações previstas, assim como a Emissão das Debêntures, a Oferta Restrita, não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (b) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades; ou (c) qualquer contrato ou documento relevante no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação relevante estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (y) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
15. tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
16. está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações de órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios;
17. observará as regras de destinação dos recursos da Emissão prevista nesta Escritura de Emissão;
18. é responsável pela validade, origem e existência dos Direitos Creditórios Vinculados, bem como sua correta formalização;
19. esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
20. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
21. não violou, e obriga-se a não violar, assim como seus respectivos conselheiros, diretores, empregados, agentes ou quaisquer pessoas agindo em seu nome, quaisquer leis aplicáveis anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, o U.S. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), o UK Bribery Act e quaisquer leis e regulamentações brasileiras, incluindo, mas não se limitando a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei Federal nº 12.846/2013), o Decreto Brasileiro Anticorrupção (Decreto n° 8.420/2015), a Lei Federal de Conflito de Interesses (Lei Federal n° 12.813/2013), a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n° 8.429/1992) e a Lei de Licitações (Lei Federal n° 8.666/93) (coletivamente, "Leis Anticorrupção");
22. não ofereceu, pagou, prometeu pagar, autorizou o pagamento ou transferiu, assim como seus respectivos conselheiros, diretores, empregados, agentes ou quaisquer pessoas agindo em seu nome, e obrigam-se a não oferecer, pagar, prometer pagar, autorizar o pagamento ou transferir dinheiro, presentes, entretenimento, viagens, vantagem ou qualquer bem de valor a qualquer funcionário público (incluindo servidores e funcionários de entidades detidas ou controladas por entidades públicas, incluindo sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal), funcionários ou servidores de organizações públicas internacionais, partidos políticos (incluindo funcionários e empregados de partidos políticos), qualquer candidato político, qualquer pessoa agindo em nome das pessoas supracitadas ou qualquer outra pessoa (incluindo diretores, conselheiros e empregados de entidades privadas (i.e., não-governamentais)), direta ou indiretamente, por meio do uso de interposta-pessoa ou de pessoa jurídica, com o objetivo de assegurar qualquer vantagem ou benefício impróprio de uma entidade pública ou privada (i.e., não-governamental);
23. no seu melhor conhecimento, a Ume e seu grupo econômico estão em conformidade com todas as Leis Anticorrupção e as leis, regulamentos e sanções, estaduais e federais, criminais e civis, nos termos da legislação dos Estados Unidos e do Brasil que: (a) limitam o uso e/ou buscam confiscar receitas de transações ilegais; (b) requerem identificação e documentação das partes com quem uma instituição financeira realiza negócios; ou (c) são projetados para interromper o fluxo de fundos para organizações terroristas. Tais leis, regulamentos e sanções serão considerados como incluindo os requisitos de registro e de relatórios financeiros aplicáveis da Currency and Foreign Transactions Reporting Act of 1970, conforme alterada, Bank Secrecy Act, conforme alterada pela USA Patriot Act of 2001, e o Money Laundering Control Act of 1986, incluindo as leis relativas à prevenção e detecção de lavagem de dinheiro, nos termos da 18 USC Section 1956 and 1957, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e da regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil (“Leis de Combate à Lavagem de Dinheiro”) a que são sujeitos;
24. a Conta Liquidante é a conta utilizada pela Emissora para processar o pagamento e a liquidação de quaisquer valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, executados por meio da B3, são as únicas contas bancárias utilizadas pela Emissora em relação a esta Emissão; e
25. a presente Emissão corresponde à sua 2ª (segunda) emissão de debêntures de acordo com o controle da Emissora.
    1. A Emissora se compromete a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, podendo causar Efeito Adverso Relevante.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

* 1. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas nesta Escritura, a Emissora obriga-se a, até a Data de Vencimento das Debêntures (inclusive):

1. não alterar qualquer dos Documentos da Emissão sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
2. elaborar e disponibilizar até a Data Referência do mês corrente relatório mensal aos Debenturistas, com base na Data de Conciliação do mês anterior, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: (i) o saldo das Debêntures; (ii) valor presente bruto da carteira; (iii) PDD; (iv) caixa disponível; (v) taxa média da carteira; (vi) ticket médio da carteira; (vii) Índice de Cobertura; (viii) o Índice de Inadimplência; e o Índice de Renegociações (conforme definido no Contrato de Cobrança) (“Relatório Mensal”);
3. não adquirir CCB que não atendam aos Critérios de Elegibilidade;
4. pagar o montante devido aos Debenturistas a título de (a) Remuneração; (b) Valor Nominal Unitário (incluindo Amortizações Extraordinárias Obrigatórias e Amortização Final); e (c) Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série;
5. cumprir todas as leis, portarias, normas, regulamentos e exigências aplicáveis à Emissora;
6. contratar e manter contratada uma das seguintes empresas de auditoria para auditar suas demonstrações financeiras: PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes S.S., Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda., Ernst&Young Auditores Independentes S.S., Grant Thornton Auditores Independentes S.S. ou BDO RCS Auditores Independentes S.S.;
7. divulgar, até o dia anterior ao início das negociações, as demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados, exceto quando o emissor não as possua por não ter iniciado suas atividades previamente ao referido período;
8. deixar disponível aos Debenturistas os dados financeiros (inclusive as demonstrações referentes ao último exercício social), atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar aos Debenturistas todas as informações, que venham a ser por estes solicitadas, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da solicitação;
9. não alienar ou de qualquer outra forma transferir seu controle acionário (conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, exceto se previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Investidores;
10. não efetuar nenhuma operação que possa resultar em redução de capital, incorporação, fusão, cisão ou dissolução da Emissora, exceto se previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Investidores;
11. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 20 da Resolução CVM 44, comunicando imediatamente o Agente Fiduciário;
12. não ceder ou atribuir qualquer direito sobre os Direitos Creditórios Vinculados ao seu controlador ou a qualquer pessoa a ele ligada, em condições distintas das previstas nessa Escritura;
13. dentro de 10 (dez) Dias Úteis, fornecer qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Resolução CVM 17, ressalvado que, na hipótese de ocorrência de um Evento de Inadimplemento, as informações e os documentos previstos neste item deverão ser fornecidos em até 3 (três) Dias Úteis, mediante solicitação dos Debenturistas;;

1. manter durante o prazo de vigência das Debêntures os contratos firmados com terceiros prestadores de serviço para os fins desta Emissão, especialmente aqueles relacionados à assinatura eletrônica das CCBs pelo Tomador, os quais deverão ser firmados com prestadores de serviço independentes;
2. aditar esta Escritura, para atualização do Anexo II desta Escritura, com a relação de CCB vinculadas a esta Emissão, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados do encerramento do Período de Aquisição, devendo tal alteração ser registrada na JUCESP, nos termos previstos na Cláusula 2.2.2. acima;
3. enviar ao Agente Fiduciário **(a)** os dados financeiros (inclusive as demonstrações financeiras auditadas disponíveis referentes ao último exercício social, em até 90 (noventa) dias após o término do exercício social), atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar ao Agente Fiduciário todas as informações, que venham a ser por este solicitadas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos; ; e **(b)** declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (I) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (II) a não ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário;
4. disponibilizar ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento de solicitação neste sentido, cópias eletrônicas (PDF) dos Direitos Creditórios Vinculados e documentos evidenciando o desembolso dos montantes solicitados pelos Tomadores em suas respectivas contas;
5. manter os Direitos Creditórios Vinculados e as informações relacionadas às respectivas CCBs em boa ordem, atuando como fiel depositária das respectivas CCBs e, caso solicitado, disponibilizar, tais informações aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário;
6. manter provisão para devedores duvidosos e encaminhar ao Agente Fiduciário, anualmente, tabela com informações atualizadas sobre os devedores duvidosos;
7. revisar todo 5º (quinto) Dia Útil do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, anualmente sua carteira de CCB de forma a avaliar a existência de perda por redução ao valor recuperável nas suas operações e consequentemente determinar as provisões para devedores duvidosos, objetivando a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas vigentes, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil dos Tomadores. A tabela de Provisão para Devedores Duvidosos (“PDD”) válida na Data de Emissão é a seguinte:

|  |  |
| --- | --- |
| *Dias em Inadimplência* | *Percentual de Provisão* |
| 3 a 15 | 5% |
| 16 a 30 | 12,5% |
| 31 a 60 | 25,0% |
| 61 a 90 | 60,0% |
| 91 a 120 | 90,0% |
| 121 a 150 | 95,0% |
| 151 a 180 | 100,0% |

1. manter devidamente contratados durante o prazo de vigência das Debêntures os terceiros prestadores de serviço para os fins da presente Emissão e para manutenção de suas condições usuais de operação e funcionamento, incluindo, sem limitação, o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Agente de Liquidação, empresas de cobrança, bem como as empresas relacionadas à assinatura eletrônica das CCBs pelo Tomador, os quais deverão ser prestadores de serviço independentes, com exceção aos serviços prestados pela Ume;
2. assegurar que a Conta Exclusiva, Conta de Cobrança e a Conta Liquidante sejam mantidas em pleno funcionamento durante todo o curso da Emissão e que nenhuma outra conta bancária seja usada para os mesmos fins;
3. não realizar operações fora do seu Objeto Social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, em especial as que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
4. não adquirir CCB para compor os Direitos Creditórios Vinculados que não atendam aos Critérios de Elegibilidade;
5. até a liquidação integral do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, não alterar o seu Objeto Social, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Investidores, observado o quórum de deliberação;
6. manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objetos de contestação administrativa ou judicial;
7. preparar as suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
8. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
9. divulgar, até o dia anterior ao início das negociações, as demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados, exceto quando o emissor não as possua por não ter iniciado suas atividades previamente ao referido período;
10. fornecer as informações solicitadas pela CVM;
11. divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário;
12. observar as disposições da regulamentação especifica editada pela CVM, caso seja convocada, para realização de modo parcial ou exclusivamente digital, Assembleia Geral de Investidores;
13. manter os documentos mencionados no item (xxvi) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo mínimo de 3 (três) anos;
14. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
15. observar as disposições da Resolução CVM 44, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
16. divulgar em sua página na rede mundial de computadores o informe mensal e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento e mantê-los disponíveis por um prazo mínimo de 3 (três) anos;
17. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
18. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
19. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
20. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura dos documentos da Emissão e ao cumprimento das obrigações neles previstas;
21. manter atualizados e pleitear a obtenção ou a tempestiva renovação, antes do término da vigência, nos termos da legislação aplicável, de todos os alvarás, aprovações, autorizações e licenças necessárias ao exercício de seus negócios;
22. notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Investidores pela Emissora;
23. comparecer à Assembleia Geral de Investidores, exceto se expressamente for informada por escrito pelo Agente Fiduciário de que não deve comparecer;
24. comunicar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que tomar conhecimento, acerca da ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado;
25. observar estritamente a destinação e a Ordem de Alocação dos Recursos, e encaminhar os dados e documentos necessários para que o Agente Fiduciário possa realizar o acompanhamento da referida destinação dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.6 desta Escritura;
26. adotar todas as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das leis ou regulamentos, nacionais ou estrangeiros, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção, na medida em que forem aplicáveis à Emissora;
27. não receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não contratar como empregado ou, de qualquer forma, manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas com atividades criminosas, em especial aquelas previstas nas Leis Anticorrupção, envolvendo lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;
28. não realizar qualquer operação de mútuo com qualquer de suas partes relacionadas;
29. não realizar a transferência a terceiros de qualquer das CCBs que componham os Direitos Creditórios Vinculados, seja por meio de alienação ou cessão de créditos ou por endosso, exceto nas hipóteses autorizadas nesta Escritura;
30. não constituir qualquer ônus ou gravame sobre os Direitos Creditórios Vinculados, ainda que sob condição suspensiva, exceto mediante a prévia e expressa autorização da Assembleia Geral de Investidores;
31. adotar todas as providências com relação a qualquer processo, procedimento, pendência, investigação, condenação, seja judicial ou administrativa, de natureza fiscal, trabalhista, ambiental, financeira, ou de qualquer outra natureza, perante qualquer pessoa, entidade ou órgão, público ou privado, ou ente governamental, regulador, administrativo, fiscalizador, na esfera federal, estadual, municipal, distrital, local ou similares, bem como perante juízes ou tribunais arbitrais e de justiça;
32. não realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, ao menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
33. disponibilizar ao Agente de Cobrança Alternativo, mensalmente, cópias eletrônicas (PDF) dos Direitos Creditórios Vinculados e documentos evidenciando o desembolso dos montantes solicitados pelos Tomadores em suas respectivas contas.
    * 1. As Partes encontram-se cientes e de acordo que o envio das informações previstas no inciso (x) da Cláusula 6.1 acima, possuirá caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade do Agente Fiduciário, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo. O Agente Fiduciário deverá, ainda, disponibilizar aos Debenturistas, que assim solicitarem, dentro de até 3 (três) Dias Úteis contados da referida solicitação, as informações dos incisos mencionados nesta Cláusula.
      2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente da B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o desrespeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

# CLÁUSULA SÉTIMA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

* 1. **Nomeação**
     1. A Emissora constitui e nomeia como agente fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.
  2. **Remuneração do Agente Fiduciário**

* + 1. Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos deste instrumento e da legislação em vigor, correspondentes a parcelas anuais no valor de R$17.000,00 (dezessete mil reais), o primeiro pagamento deverá ser realizado em até 05 (cinco) dias corridos da Data da 1ª Integralização e os demais pagamentos ocorrerão nas mesmas datas nos períodos seguintes. Tais pagamentos serão devidos até a liquidação integral da emissão, caso as obrigações da emissão não sejam quitadas na data de seu vencimento. Em nenhuma hipótese será cabível pagamento pro rata de tais parcela.
    2. Caso a Emissão seja desmontada, o valor acima será devido pela Ume a título de “*abort fee*” até o 5° (quinto) Dia Útil contado da comunicação do cancelamento da Emissão.
    3. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de **R$ 600,00 (seiscentos reais)** por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à **(i)** comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; **(ii)** execução das garantia; **(iii)** participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e **(iv)** implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração **(i)** das garantias; **(ii)** prazos de pagamento e **(iii)** condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
    4. No caso de celebração de aditamentos ao instrumento de emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de **R$ 600,00 (seiscentos** **reais)** por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;
    5. Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos as parcelas mencionadas acima nas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pela variação positiva do IPA, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura do instrumento de emissão.
    6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, sobre os débitos em atraso incidirão multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA acumulado, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
    7. O Agente Fiduciário encaminhará até o 2º (segundo) Dia Útil do mês subsequente, nota fiscal e/ou boleto de pagamento para liquidação da remuneração descrita na Cláusula 7.9, ficando a Emissora desobrigada de pagamentos referentes a Cláusula 7.2.6, exceto se comprovada a comunicação e envio pelo Agente Fiduciário dos itens descritos na referida data.
    8. Os serviços do Agente Fiduciário ora previstos são aqueles descritos na Resolução CVM 17 e na Lei das Sociedades por Ações;
    9. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos investidores e ressarcidas pela Emissora.
    10. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos investidores deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos investidores, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos investidores. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos investidores, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.
    11. Não haverá devolução de valores já recebidos pelo Agente Fiduciário a título da prestação de serviços, exceto se o valor tiver sido pago incorretamente.
    12. A remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos Debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis.
    13. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para prestar os serviços descritos nesta Escritura a partir da Data de Emissão das Debêntures e proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Quando houver negativa pela Emissora para custeio de tais despesas, os Debenturistas deverão antecipar todos os custos a serem despendidos pelo Agente Fiduciário. São exemplos de despesas que poderão ser realizadas pelo Agente Fiduciário:
        - 1. publicação de relatórios, avisos, editais, notificações, despesas cartorárias, conforme previsto nesta Escritura e na legislação aplicável, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
          2. despesas com conferências e contatos telefônicos;
          3. obtenção de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, obtenção de cópias autenticadas, traslados, lavratura de escrituras, procurações;
          4. locomoções entre estados da federação, alimentação, transportes e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas;
          5. hora-homem pelos serviços prestados pelo Agente Fiduciário;
          6. revalidação de laudos de avaliação, se o caso, nos termos do Ofício Circular CVM nº 1/2021 SRE;
          7. gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, decorrentes de culpa exclusiva e comprovada da Emissora, ou ainda que comprovadamente lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos investidores;
          8. eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos investidores bem como sua remuneração; e
          9. custos e despesas relacionados à B3/CETIP.
    14. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.2.9 acima será efetuado em até 10 (dez) dias corridos após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora e envio de cópia dos respectivos comprovantes de pagamento.
    15. O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se referem os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis e comprovadas com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas pelos Debenturistas e pela Emissora, e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos (i) incluem, mas não se limitam, os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, decorrentes de culpa exclusiva e comprovada da Emissora, ou ainda que comprovadamente lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (ii) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação e o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
    16. O Agente Fiduciário não antecipará recursos para pagamento de despesas decorrentes da Emissão, sendo certo que tais recursos serão sempre devidos e antecipados pela Emissora ou pelos Debenturistas, conforme o caso.
  1. **Substituição**
     1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Investidores para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.
     2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora e com os Debenturistas.
     3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, este deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, mediante convocação de Assembleia Geral de Investidores, solicitando sua substituição.
     4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Investidores especialmente convocada para esse fim, observado o disposto na Cláusula 7.3.1 acima.
     5. A substituição do Agente Fiduciário deve ser comunicada à CVM no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados do registro do respectivo aditamento a esta Escritura.
     6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivado na JUCESP na forma da Cláusula 2.2.1 acima.
     7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.
     8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.
  2. **Deveres do Agente Fiduciário**
     1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

1. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
2. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de Assembleia Geral de Investidores para deliberar sobre sua substituição;
3. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
4. realizar a verificação e comunicação em relação a ocorrência dos itens descritos na Cláusula 3.29 desta Escritura de Emissão;
5. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
6. diligenciar junto à Emissora para que a Escritura e seus aditamentos sejam registrados na JUCESP, adotando, no caso da omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
7. acompanhar a prestação das informações periódicas, alertando os Debenturistas, no relatório anual de que trata o inciso (xii) abaixo, sobre as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
8. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
9. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Procuradoria da Fazenda Pública, Varas do Trabalho, onde se localiza a sede da Emissora;
10. solicitar, quando julgar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
11. convocar, quando necessário, Assembleias Gerais de Investidores, nos termos desta Escritura;
12. comparecer às respectivas Assembleias Gerais de Investidores a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
13. elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da regulamentação aplicável, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
    1. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
    2. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período com efeitos relevantes para os Debenturistas;
    3. quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação e saldo cancelado no período;
    4. comentários sobre indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora relacionados a Cláusulas destinadas a proteger o interesse dos titulares dos valores mobiliários e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;
    5. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período;
    6. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, conforme informações prestadas pela Emissora;
    7. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
    8. declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar a exercer sua função;
    9. relação dos bens e valores entregues à sua administração, quando houver;
    10. existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

(j.1) denominação da companhia ofertante;

(j.2) valor da emissão;

(j.3) quantidade de valores mobiliários emitidos;

(j.4) espécie e garantias envolvidas;

(j.5) prazo de vencimento e taxa de juros;

(j.6) inadimplemento pecuniário no período; e

(j.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

1. disponibilizar o relatório de que trata o inciso (xii) em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora;
2. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador e à B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador e a B3 a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
3. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
4. comunicar os Debenturistas a respeito de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura, incluindo as obrigações relativas a garantias e a cláusulas destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;
5. disponibilizar o valor do saldo do Valor Nominal Unitário e do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, e divulgá-lo aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado em sua central de atendimento e/ou em sua página na rede mundial de computadores; e
6. divulgar as informações referidas no subitem “j” desta Cláusula 7.4.1 em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.
   1. **Atribuições Específicas**
      1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura, bem como da regulamentação aplicável:
7. declarar, observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures, conforme previsto das Cláusulas 3.30.1 e 3.30.7 acima, e cobrar seu principal e acessórios;
8. requerer a falência da Emissora nos termos da legislação falimentar ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
9. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
10. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.
    * 1. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM 17 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
      2. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, este assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a pedido da Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, permanecendo obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
      3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pela unanimidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Investidores.
    1. **Declarações do Agente Fiduciário**
       1. O Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura, declara, sob as penas da lei:
11. não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação aplicável, para exercer a função que lhe é conferida;
12. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
13. aceitar integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
14. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
15. estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, do Banco Central do Brasil;
16. estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
17. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas na regulamentação aplicável;
18. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
19. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
20. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
21. que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
22. que o representante legal que assina esta Escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
23. que cumpre em todos os aspectos materiais todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
24. que, na data de assinatura desta Escritura, presta serviços de agente fiduciário em emissões de valores mobiliários da Emissora e/ou empresas do seu grupo econômico.

**CLÁUSULA OITAVA – DA INSTITUIÇÃO DO REGIME FIDUCIÁRIO E DO PATRIMÔNIO SEPARADO**

* 1. **Regime Fiduciário:** Em observância à faculdade prevista nos artigos 25 e 26 da Lei nº 14.430, a Emissora institui, em caráter irrevogável e irretratável, o Regime Fiduciário sobre os Direitos Creditórios Vinculados, pelas Debêntures, pela Conta Exclusiva, pela Reserva de Despesas e Encargos, pela Reserva de Liquidação da Primeira Série, pela Reserva de Liquidação da Segunda Série e pela Reserva de Liquidação da Terceira Série (“Créditos do Patrimônio Separado”), com a consequente constituição do Patrimônio Separado das Debêntures.
     1. Os Créditos do Patrimônio Separado permanecerão separados e segregados do patrimônio comum da Emissora, até que se complete o resgate da totalidade das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
  2. Patrimônio Separado: é o patrimônio constituído após a instituição do regime fiduciário, pelos Créditos do Patrimônio Separado, os quais se destinam exclusivamente à liquidação das Debêntures a que estão afetadas, bem como ao pagamento dos respectivos custos de administração e obrigações fiscais e das demais obrigações relativas ao Regime fiduciário, nos termos do artigo 26 da Lei nº 14.430.
     1. O Patrimônio Separado objeto do Regime Fiduciário responderá apenas pelas obrigações inerentes às Debêntures e pelo pagamento das despesas de administração do Patrimônio Separado e respectivos custos tributários, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, estando imune a qualquer ação ou execução de outros credores da Emissora que não seus beneficiários, ou seja, os Debenturistas.
     2. Exceto nos casos previstos em legislação específica, em nenhuma hipótese os Debenturistas terão o direito de haver seus créditos contra o patrimônio da Emissora, sendo sua realização limitada à liquidação dos Créditos do Patrimônio Separado.
     3. Na forma do artigo 26 da Lei nº 14.430, os Créditos do Patrimônio Separado estão isentos de qualquer ação ou execução pelos credores da Emissora, não se prestando à constituição de garantias ou à execução por quaisquer dos credores da Emissora, por mais privilegiados que sejam, e só responderão pelas obrigações inerentes às Debêntures.
     4. A Emissora administrará ordinariamente o Patrimônio Separado, promovendo as diligências necessárias à manutenção de sua regularidade, notadamente a dos fluxos de recebimento dos Créditos Imobiliários e de pagamento da amortização do principal, remuneração e demais encargos acessórios das Debêntures.

**CLÁUSULA NONA - DA ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO**

* 1. Administração do Patrimônio Separado: A Emissora administrará o Patrimônio Separado instituído para os fins desta Emissão, promovendo as diligências necessárias à manutenção de sua regularidade, bem como mantendo registro contábil independentemente do restante de seu patrimônio e elaborando e publicando as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com o artigo 28 da Lei nº 14.430.
     1. Na hipótese de serem necessários recursos adicionais para implementar medidas requeridas para que os Debenturistas sejam remunerados e o Patrimônio Separado não possua recursos suficientes em caixa para adotá-las, pode haver, após deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, a emissão de nova série de debêntures, com o consequente aditamento a esta Escritura de Emissão, com a finalidade específica de captação dos recursos que sejam necessários à execução das medidas requeridas.
     2. Os recursos eventualmente captados nos termos da Cláusula 9.1.1 acima estarão sujeitos ao Regime Fiduciário e deverão integrar o Patrimônio Separado nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, devendo ser utilizados exclusivamente para viabilizar a remuneração dos Debenturistas.
  2. Responsabilidade da Emissora: A Emissora somente responderá pelos prejuízos que causar por culpa, dolo, descumprimento de disposição legal ou regulamentar, negligência, imprudência, imperícia ou administração temerária ou, ainda, por desvio de finalidade do Patrimônio Separado.
  3. Insuficiência de Bens: A insuficiência dos bens do Patrimônio Separado não dará causa à declaração de sua quebra, cabendo, nessa hipótese, à Emissora, ou ao Agente Fiduciário, caso a Emissora não o faça convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre as normas de administração ou liquidação do Patrimônio Separado.
     1. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser convocada na forma na forma prevista nesta Escritura de Emissão, com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias de antecedência, e será instalada (a) em primeira convocação, com a presença de Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do valor global das Debêntures; ou (b) em segunda convocação, independentemente da quantidade de Debenturistas, conforme o artigo 30 da Lei nº 14.430.
     2. Em referida Assembleia Geral de Debenturistas, serão consideradas válidas as deliberações tomadas pela maioria dos presentes, em primeira ou em segunda convocação. Adicionalmente, deverão ser observados os parágrafos 5º e 6º do artigo 30 da Lei nº 14.430.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA LIQUIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO**

* 1. Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado: Caso seja verificada (i) a insolvência da Emissora, com relação às obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, ou (ii) a ocorrência de qualquer um dos eventos abaixo, que ensejará a assunção imediata e transitória da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, exceto pelo previsto no item (vi) abaixo (“Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado”):

1. **(a)** proposta pela Emissora, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou **(b)** requerimento pela Emissora de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora;
2. **(a)** decretação de falência da Emissora; **(b)** pedido de autofalência formulado pela Emissora; **(c)** pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido no prazo legal;
3. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, que não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da data do seu respectivo descumprimento, ou insuficiência dos bens do Patrimônio Separado para liquidar a Emissão devido exclusivamente ao descumprimento de obrigações da Emissora, desde que os Tomadores estejam adimplentes com suas obrigações nos termos dos respectivas CCB;
4. impossibilidade de os recursos oriundos do Patrimônio Separado suportarem as Despesas, em caso de insuficiência da Reserva de Despesas e Encargos, sendo que, nesta hipótese, não haverá a destituição automática da Emissora da administração do Patrimônio Separado; e
5. desvio de finalidade do Patrimônio Separado.
   * 1. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada, ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em 5 (cinco) Dias Úteis.
     2. Verificada a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado e assumida a administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, este deverá convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) dias contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a administração e eventual liquidação do Patrimônio Separado.
     3. A Assembleia Geral de que trata a Cláusula 18.1.2 acima deverá ser convocada nos termos desta Escritura de Emissão e será instalada em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou em segunda convocação, independentemente da quantidade de Debenturistas presentes, nos termos da Lei nº 14.430. Não se admite que a segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas seja publicada conjuntamente com a primeira convocação.
     4. Na Assembleia Geral mencionada na Cláusula 18.1.2 acima, os Debenturistas deverão deliberar: (i) pela liquidação do Patrimônio Separado, hipótese na qual deverá ser nomeado o liquidante e determinadas as formas de liquidação; ou (ii) pela não liquidação do Patrimônio Separado, hipótese na qual deverá ser deliberada a continuidade da administração do Patrimônio Separado por nova securitizadora, fixando-se as condições e termos para sua administração, bem como a remuneração da instituição administradora nomeada.
     5. Conforme previsto no artigo 31, parágrafo 1º da Lei nº 14.430, o Agente Fiduciário poderá promover a liquidação do Patrimônio Separado com o consequente resgate das Debêntures mediante a dação em pagamento dos bens e direitos integrantes do Patrimônio Separado aos Debenturistas: (i) caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 18.1.2 acima não seja instalada, por qualquer motivo, em segunda convocação e (ii) caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 18.1.2 acima seja instalada e os Debenturistas não decidam a respeito das medidas a serem adotadas.
     6. A deliberação pela não declaração da liquidação do Patrimônio Separado deverá ser tomada pelos Debenturistas que representem a maioria dos presentes, em primeira ou em segunda convocação.
     7. Na hipótese de liquidação do Patrimônio Separado e caso os Debenturistas detentores de Debêntures em Circulação assim deliberem, serão adotados os procedimentos estabelecidos na Cláusula 18.2 abaixo.
     8. Os Debenturistas têm ciência que no caso de liquidação do Patrimônio Separado, obrigar-se-ão a: (i) se submeter às decisões exaradas em Assembleia Geral de Debenturistas; (ii) possuir todos os requisitos necessários para assumir eventuais obrigações inerentes às Debêntures emitidas; e (iii) exceto no caso de culpa ou dolo da Emissora, indenizar, defender, eximir, manter indene de responsabilidade a Emissora, em relação a todos e quaisquer prejuízos, indenizações, responsabilidades, danos, desembolsos, adiantamentos, tributos ou despesas (inclusive honorários e despesas de advogados externos), decisões judiciais e/ou extrajudiciais, demandas judiciais e/ou extrajudiciais (inclusive fiscais, previdenciárias e trabalhistas) incorridos e/ou requeridos diretamente à Emissora, exclusivamente em razão da liquidação do Patrimônio Separado.
   1. Liquidação do Patrimônio Separado: A liquidação do Patrimônio Separado será realizada:
6. automaticamente, quando do pagamento integral das Debêntures, seja na Data de Vencimento, ou, seja a qualquer tempo, na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures decorrentes de um Evento de Inadimplemento, ou amortização integral das Debêntures; ou
7. após a ocorrência de um Evento de Liquidação do Patrimônio Separado, caso seja deliberado pela liquidação do Patrimônio Separado, mediante transferência dos Créditos do Patrimônio Separado aos Debenturistas. Nesse caso, caberá ao Agente Fiduciário (ou à instituição administradora que vier a ser nomeada pelos Debenturistas), conforme deliberação dos Debenturistas: (a) administrar os Créditos do Patrimônio Separado, (b) na hipótese de ocorrência ou, conforme o caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures sem o adimplemento dos valores devidos nos termos das Debêntures, esgotar todos os recursos judiciais e extrajudiciais para a realização dos créditos oriundos das CCB que lhe foram transferidos, (c) ratear os recursos obtidos entre os Debenturistas na proporção das Debêntures detidas, e (d) transferir as CCB eventualmente não realizados aos Debenturistas, na proporção das Debêntures detidas.
   * 1. A realização dos direitos dos Debenturistas estará limitada as CCB e demais recursos disponíveis no Patrimônio Separado, observado ainda o disposto na Cláusula 10.2.3 abaixo.
     2. Quando o Patrimônio Separado for liquidado, ficará extinto o Regime Fiduciário aqui instituído.
     3. Os custos e despesas necessários para arcar com os procedimentos de liquidação do Patrimônio Separado previsto neste Capítulo deverão ser suportados pelo Patrimônio Separado ou, na insuficiência deste, pelos Debenturistas, não sendo obrigação do Agente Fiduciária ou da Emissora arcar pessoalmente com os referidos custos e despesas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

* 1. **Termos Definidos**
     1. Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário que precede esta Escritura.
  2. **LGPD**
     1. A Emitente consente, de maneira livre, esclarecida e inequívoca, com a utilização de seus dados pessoais para a realização da operação de crédito ora estabelecida, nos termos e propósitos contidos nos documentos da Emissão, autorizando expressamente, desde já, o compartilhamento destas informações com as partes envolvidas. Além disso, declara conhecer que este documento integra uma operação estruturada no âmbito do mercado de capitais e, portanto, as informações aqui descritas, inclusive seus dados pessoais, podem ser veiculados a quaisquer terceiros.
  3. **Renúncia**
     1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura.
  4. **Alteração**
     1. Qualquer alteração dos termos e condições das Debêntures somente será considerada válida se formalizada por escrito e assinada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário.
  5. **Irrevogabilidade e Irretratabilidade**
     1. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
     2. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
     3. As Partes concordam que esta Escritura poderá ser alterada, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; (ii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas; ou ainda (iii) no que diz respeito ao Anexo II desta Escritura, nas hipóteses previstas nesta Escritura.
  6. **Cessão de Título**
     1. Emissora não poderá, sem a expressa anuência dos Debenturistas, transferir, a qualquer título, qualquer obrigação relacionada às Debêntures. Os Debenturistas poderão transferir as Debêntures e os direitos provenientes das Debêntures, de forma privada, para qualquer terceiro, mediante comunicação prévia por escrito ao Escriturador, que procederá à atualização do extrato em nome do novo Debenturista, conforme aplicável.
  7. **Título Executivo**
     1. Esta Escritura e as respectivas Debêntures ora emitidas constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 536 e seguintes do Código de Processo Civil.
  8. **Lei de Regência**
     1. Esta Escritura deverá ser regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
  9. **Foro**
     1. Para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou litígios oriundos desta Escritura, os Debenturistas e a Emissora elegem o Foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes e as testemunhas celebram esta Escritura de forma eletrônica. As Partes expressamente concordam, nos termos do artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil.

São Paulo, 21 de outubro de 2022.

*[As assinaturas seguem nas páginas seguintes]*

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco]*

*(Página de assinaturas do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-UME”)*

|  |
| --- |
| **COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-UME** |

|  |
| --- |
| **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** |

**Testemunhas:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  RG:  CPF/ME: |  | Nome:  RG:  CPF/ME: |

**ANEXO I**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-UME**

**CRONOGRAMA DE DATAS DE PAGAMENTO**

|  |  |
| --- | --- |
| **#** | **Data de Pagamento** |
| **1** | [●] |
| **2** | [●] |
| **3** | [●] |
| **4** | [●] |
| **5** | [●] |
| **6** | [●] |
| **7** | [●] |
| **8** | [●] |
| **9** | [●] |
| **10** | [●] |
| **11** | [●] |
| **12** | [●] |
| **13** | [●] |
| **14** | [●] |
| **15** | [●] |
| **16** | [●] |
| **17** | [●] |
| **18** | [●] |
| **19** | [●] |
| **20** | [●] |
| **21** | [●] |
| **22** | [●] |
| **23** | [●] |
| **24** | [●] |
| **25** | [●] |
| **26** | [●] |
| **27** | [●] |
| **28** | [●] |
| **29** | [●] |
| **30** | Data de Vencimento |

**ANEXO II**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-UME**

**RELAÇÃO DAS CCBS QUE COMPÕEM OS DIREITOS CREDITÓRIOS VINCULADOS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nº DA CCB** | **TERMO (MESES)** | **VALOR (R$)** | **TAXA (a.a.)** |
| [●] | [●] | [●] | [●] |

**ANEXO III**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-UME**

**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA REFERENTE À DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

São Paulo, [●] de [●] de [●].

À:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** (“Agente Fiduciário”)

Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7, 2º andar, Sala 201, Barra da Tijuca

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina Lodi de Oliveira

**Ref.: 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora De Créditos Financeiros VERT-UME – Aplicação da Destinação dos Recursos**

**Companhia Securitizadora De Créditos Financeiros VERT-UME**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 40.885.785/0001-41, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Companhia”), no âmbito da oferta pública de distribuição com esforços restritos, realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), sendo R$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) destinados à Primeira Série, R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) destinados à Segunda Série e R$9.000.000,00 (nove milhões de reais) destinados à Terceira Série, da 2ª (segunda) emissão da Companhia (“Debêntures”, “Oferta” e “Emissão”, respectivamente), como forma de comprovar ao Agente Fiduciário a aplicação da totalidade dos recursos obtidos em decorrência das Debêntures, atesta neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, que:

(i) Nos termos da Cláusula 3.6 do “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-UME*” (“Escritura”), os recursos oriundos da Emissão foram aplicados na forma prevista na Cláusula 3.6 da Escritura.

Sendo o que nos cumpria para o momento, colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

**Companhia Securitizadora De Créditos Financeiros VERT-UME**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

**ANEXO IV**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-UME**

**FATORES QUE AFETAM ADVERSAMENTE A EMISSÃO**

Os termos iniciados em letras maiúsculas neste Anexo terão o significado que lhes é atribuído no “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-UME*” (“Escritura”)*.*

O investimento nas Debêntures apresenta riscos aos Debenturistas, notadamente aqueles abaixo indicados. Aos potenciais Debenturistas é recomendada a cuidadosa leitura e avaliação dos fatores abaixo (inclusive com o auxílio de consultores financeiros e assessores legais, se for o caso) antes de efetivarem a subscrição das Debêntures.

**Riscos relacionados à Emissora**

*Atrasos, falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora e outros eventos poderão afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar as suas obrigações*

A Emissora é uma securitizadora de créditos financeiros, constituída nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CMN 2.686, tendo por objetivo:

1. a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de operações ativas praticadas por instituições financeiras e demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro;
2. a emissão e a colocação privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis;
3. a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e
4. a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A principal fonte de recursos da Emissora para efetuar o pagamento das Debêntures por ela emitidas decorre do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados pelos respectivos Tomadores. Dessa forma, qualquer atraso ou falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora poderá afetar negativamente a sua capacidade de honrar as obrigações assumidas junto aos Debenturistas, sendo que, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios Vinculados, a Emissora poderá não dispor de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate das Debêntures.

*A não aquisição de Direitos Creditórios Vinculados poderá prejudicar as atividades da Emissora*

A Emissora deverá, durante o Período de Alocação, adquirir Direitos Creditórios Vinculados originados por meio da Plataforma desenvolvida e mantida pela Ume.

A Emissora em si não possui a capacidade de originar créditos para securitização, dependendo, portanto, da Plataforma e da parceria desta com Instituições Financeiras. O sucesso na aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados é fundamental para o desenvolvimento das atividades da Emissora. Na hipótese de não existência de Direitos Creditórios Vinculados em montante compatível com a emissão de Debêntures, as Debêntures poderão ser amortizadas de forma acelerada através da Amortização Extraordinária Obrigatória.

*O aumento da inadimplência dos devedores pode afetar negativamente a capacidade financeira da Emissora*

As plataformas eletrônicas somente têm responsabilidade pela devida origem dos Direitos Creditórios Vinculados, não respondendo pela solvência dos devedores, cabendo exclusivamente à Emissora suportar o risco de inadimplência dos devedores. Caso a inadimplência ocorra, a Emissora deverá cobrar os devedores, sendo que o atraso nos pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados e o resultado incerto dos procedimentos de cobrança podem afetar negativamente os resultados da Emissora.

Caso, por qualquer motivo, haja um aumento da inadimplência dos devedores, a rentabilidade da carteira da Emissora dependerá prioritariamente da cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados inadimplidos, mediante cobrança extrajudicial ou judicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referida cobrança atingirá os resultados almejados, recuperando o total dos Direitos Creditórios Vinculados para a Emissora, o que poderá implicar perdas patrimoniais à Emissora.

*A Emissora poderá enfrentar desafios em virtude de se tratar de uma empresa recente e atuante em um mercado competitivo*

A Emissora iniciou as suas operações em 2021, sendo, portanto, uma sociedade recém-criada, e com isto poderá enfrentar desafios em virtude de seu limitado histórico nessa atividade, em um mercado sem tradição no Brasil.

*A Emissora apoia-se em sua equipe*

A perda de “pessoas chave” e a eventual incapacidade da Emissora de atrair e manter uma equipe especializada poderá ter efeito adverso relevante sobre as atividades, a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora, afetando sua capacidade de gerar resultados.

*A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias pode restringir o crescimento e desenvolvimento futuro da Emissora, o que pode prejudicar sua situação financeira, assim como seus resultados operacionais*

Se os recursos atualmente disponíveis para a Emissora forem insuficientes para financiar suas futuras exigências operacionais, a Emissora poderá depender de recursos adicionais, proveniente de diferentes fontes de financiamentos, tendo em vista o crescimento e desenvolvimento de suas atividades. Não se pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, se disponível, que o referido capital apresentará condições satisfatórias. Adicionalmente, a contratação de empréstimos e financiamentos pela Emissora depende da prévia aprovação de titulares de valores mobiliários de sua emissão, incluindo, mas não se limitando a, debenturistas, o que pode dificultar, ou mesmo impossibilitar, a contratação dos financiamentos necessários pela Emissora. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias pode restringir o crescimento e desenvolvimento das atividades da Emissora, o que poderá vir a prejudicar de maneira relevante sua situação financeira e seus resultados operacionais.

*A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários com lastro em créditos financeiros pode dificultar o desinvestimento por titulares de valores mobiliários de emissão da Emissora*

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de valores mobiliários com lastro em créditos financeiros. Os subscritores ou adquirentes destes valores mobiliários não têm qualquer garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares dos valores mobiliários de emissão da Emissora que queiram vendê-lo no mercado secundário. Adicionalmente, a liquidez dos valores mobiliários com lastro em créditos financeiros poderá ser negativamente afetada por uma crise no mercado de dívida local ou internacional, fazendo com que os titulares destes valores mobiliários possam ter dificuldade em realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la, e, consequentemente, podem sofrer prejuízo.

*Decisões judiciais desfavoráveis podem causar efeitos adversos*

Determinadas decisões judiciais estabeleceram que as cessões de direitos creditórios a entidades não participantes do Sistema Financeiro Nacional – tais como securitizadoras de créditos financeiros – não atribuiriam, a tais cessionários, as mesmas prerrogativas que seriam atribuídas a entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, como a possibilidade de cobrança de encargos, juros e correção monetária próprios de instituições financeiras. Sendo assim, não é possível prever se serão impostas, ou não, à Emissora, por meio de decisão judicial, limitações à cobrança de encargos e/ou juros remuneratórios dos Direitos Creditórios Vinculados, nos termos inicialmente pactuados com os devedores. A imposição dos referidos limites de cobrança poderá afetar negativamente o fluxo de pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados. Ademais, em função de decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.591, foi considerada aplicável a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC) às atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. Neste sentido, há o risco de os devedores, que se enquadrem na qualidade de consumidores, pleitearem a revisão das dívidas representadas pelos respectivos documentos relacionados aos Direitos Creditórios Vinculados. Em caso de sucesso dessas ações, esses consumidores poderão realizar pagamento a menor do que aquele previsto nos documentos relacionados aos Direitos Creditórios Vinculados, com base em decisões judiciais fundamentadas no Código de Defesa do Consumidor - CDC, o que poderá acarretar perdas para a Emissora.

*A validade da cessão dos Direitos Creditórios Vinculados pode vir a ser questionada, o que pode afetar a capacidade financeira da Emissora*

A validade da cessão dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora poderá ser questionada por obrigações assumidas pela Instituição Endossante e/ou em decorrência de intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios Vinculados consistem (a) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios Vinculados, constituídas antes da sua cessão à Emissora, sem conhecimento da mesma; (b) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios Vinculados, ocorridas antes da sua cessão à Emissora e sem o conhecimento da mesma; (c) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticada pelo cedente, ou caso a cessão dos Direitos Creditórios Vinculados seja considerada simulada; e (d) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores da Instituição Endossante. Nessas hipóteses, os Direitos Creditórios Vinculados poderão ser alcançados por obrigações da Instituição Endossante e o patrimônio da Emissora poderá ser afetado negativamente.

*A Emissora pode vir a adquirir Direitos Creditórios Vinculados que tenham sido originados por meios fraudulentos, o que pode afetar a capacidade financeira da Emissora*

A Emissora poderá adquirir Direitos Creditórios Vinculados relacionados a empréstimos cujo devedor tenha se utilizado de meio fraudulento para a sua obtenção. Ocorrida essa hipótese, a Emissora não poderá exigir o pagamento desses valores por parte dos devedores lesados, restando-lhe somente exigir da Instituição Endossante a restituição do preço pago na aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados fraudulentos. A restituição devida pela Instituição Endossante pode demorar ou simplesmente não ocorrer. Em ambos os casos, há impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade da Emissora.

*A Emissora depende do repasse dos pagamentos realizados através de plataformas eletrônicas*

Na hipótese de os devedores realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios Vinculados diretamente para as plataformas eletrônicas, estas deverão repassar tais valores à Emissora. Não há garantia de que as plataformas eletrônicas repassarão tais recursos para a conta da Emissora, situação em que a Emissora poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

*A Emissora depende do repasse pelos varejistas dos pagamentos realizados em loja*

Na hipótese de os devedores realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios Vinculados diretamente para nas lojas de varejistas afiliados, os varejistas deverão repassar tais valores à Emissora. Não há garantia de que os varejistas repassarão tais recursos para a conta da Emissora, situação em que a Emissora poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

*A Emissora pode não ter disponibilidade de recursos para realizar o pagamento das Debêntures quando do seu vencimento antecipado*

Ocorrendo o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora pode não dispor de recursos imediatos para efetuar o pagamento (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Vinculados ainda não serem exigíveis dos respectivos devedores). Nesse caso, (a) os investidores teriam suas Debêntures pagas mediante entrega dos Direitos Creditórios Vinculados; ou (b) o pagamento das Debêntures ficaria condicionado (1) ao vencimento e pagamento pelos devedores dos Direitos Creditórios Vinculados; ou (2) à venda dos Direitos Creditórios Vinculados a terceiros, sendo que o preço praticado pode causar perdas à Emissora.

*A securitização de créditos financeiros é uma operação recente no Brasil e eventuais incertezas sobre o setor poderão ter efeito adverso sobre a Emissora*

A securitização de créditos financeiros é uma operação recente no Brasil. A Resolução CMN 2.686 autorizou a cessão de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimo e pela Caixa Econômica Federal a sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de tais créditos. Entretanto, até o momento, o mercado de securitização de créditos financeiros é restrito, composto por poucos participantes. Dessa forma, por se tratar de um mercado recente no Brasil, sem jurisprudência pacífica, podendo ocorrer situações em que ainda não existam regras que o direcionem, gerando assim uma insegurança jurídica e um risco aos investidores, uma vez que os órgãos reguladores, supervisores e fiscais, bem como o Poder Judiciário poderão questionar tais operações de securitização e/ou, em um eventual cenário de discussão e/ou de identificação de lacuna na regulamentação existente, editar as normas que regem o assunto e/ou interpretá-las de forma a provocar um efeito adverso sobre a Emissora, editando normas ou proferindo decisões que podem ser desfavoráveis aos interesses dos investidores. Adicionalmente, tribunais e/ou autoridades podem ter entendimento sobre tributação da Emissora e/ou dos Direitos Creditórios Vinculados diferentes da Emissora, o que pode ter efeitos adversos para a Emissora e/ou reduzir os recursos disponíveis para pagamentos aos Debenturistas.

*Legislação tributária aplicável à Emissora e às Debêntures*

O mercado de securitização de créditos financeiros é recente e restrito no Brasil, sendo composto por poucos participantes. Em razão desse fato, não há jurisprudência administrativa ou judicial abrangendo todas as questões tributárias pertinentes. Ainda, não se pode afastar a possibilidade de alteração das normas tributárias atualmente aplicáveis. Nesse contexto, caso as autoridades competentes venham a criar ou majorar tributos, ou adotar interpretações diversas e mais onerosas em relação às normas fiscais em comparação com interpretação atualmente preponderante no mercado e/ou com as interpretações que atualmente são adotadas pela Emissora, a rentabilidade das Debêntures pode ser adversamente impactada.

*Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da securitização*

Emissões de valores mobiliários com lastro em créditos financeiros, como as Debêntures, consideram um conjunto de rigores e obrigações, estipulados por meio de contratos e/ou títulos de crédito, tendo por diretrizes a legislação em vigor. Em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro no que tange a esse tipo de operação financeira, em situações de conflito, dúvida ou estresse poderá haver perdas por parte dos investidores em razão do dispêndio de tempo e recursos para promoção da eficácia da estrutura adotada para as operações de securitização, notadamente, na eventual necessidade de buscar o reconhecimento ou exigibilidade por meios judiciais e/ou extrajudiciais de quaisquer de seus termos e condições específicos. Ademais, não pode ser afastada a possibilidade de contrapartes em conflito com os Debenturistas lograrem êxito nos eventuais conflitos. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Vinculados podem ter seus valores reduzidos ou até anulados em decisões judiciais, o que afetaria negativamente os montantes a serem recebidos pelos Debenturistas.

*Eventuais alterações na regulamentação em vigor podem afetar os negócios da Emissora*

A Emissora é uma securitizadora de créditos financeiros, constituída nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CMN 2.686, estando sujeita, portanto, às normas expedidas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM no que se refere à cessão de crédito por instituições financeiras a companhias securitizadoras de créditos financeiros e à emissão de valores mobiliários lastreados nesses créditos. A Emissora poderá estar sujeita a outros riscos, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal, regulatória e/ou fiscal que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos Creditórios Vinculados para a Emissora. Ademais, eventuais alterações na regulamentação em vigor poderão acarretar um aumento dos custos envolvidos nas atividades da Emissora.

*Falência da Emissora*

A ocorrência de liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou deferimento do processamento de recuperação judicial da Emissora será considerada um Evento de Vencimento Antecipado, hipótese em que o Saldo Devedor das Debêntures tornar-se-á imediatamente exigível.

Uma vez que, no Brasil, ainda não há um mercado ativo para compra e venda dos Direitos Creditórios Vinculados, poderá não haver demanda suficiente ou o preço de negociação dos Direitos Creditórios Vinculados poderá ser impactado, o que poderá afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar com as obrigações assumidas junto aos Debenturistas.

Adicionalmente, nas hipóteses elencadas acima, os procedimentos de dação em pagamento poderão sofrer atrasos e/ou questionamentos, inclusive por parte de credores ou eventuais liquidantes da Emissora.

*Vinculação dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissão após Data da 1ª Integralização*

Os Direitos Creditórios Vinculados deverão ser adquiridos durante o Período de Alocação. A Escritura deve ser aditada para atualizar a lista de Direitos Creditórios Vinculados (as Datas Limite de Atualização de CCB). Em caso de ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures em momento anterior à tais datas, a lista de Direitos Creditórios Vinculados à Emissão ou cedidos fiduciariamente em benefício dos Debenturistas pode estar desatualizada, impactando os montantes a serem pagos aos Debenturistas.

**Riscos relacionados à Ume**

*A Ume poderá enfrentar desafios em virtude de se tratar de uma empresa recente e atuante em um mercado competitivo*

A Ume foi constituída recentemente, tendo atuado desde então como correspondente bancário de instituições financeiras, originando operações de crédito com a utilização de plataforma eletrônica. Dessa forma, a Ume poderá enfrentar desafios em virtude de se tratar de uma empresa constituída há poucos anos, com limitado histórico nessa atividade.

*A Ume apoia-se em sua equipe. A perda de “pessoas chave”, ou a incapacidade de atrair e manter essas pessoas pode ter um efeito adverso relevante sobre a Ume*

A perda de pessoas qualificadas e a eventual incapacidade da Ume de atrair e manter uma equipe especializada poderá ter efeito adverso relevante sobre as atividades, a situação financeira e os resultados operacionais da Ume e, por conseguinte, da Emissora, afetando a capacidade de originação de Direitos Creditórios Vinculados e a capacidade da Emissora de gerar resultados e manter-se atuante no mercado, desempenhando as atividades necessárias para o bom andamento da Emissão.

*A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias pode restringir o crescimento e desenvolvimento futuro da Ume, o que pode prejudicar sua situação financeira, assim como seus resultados operacionais e sua capacidade de originação de novos Direitos Creditórios Vinculados e de se manter desempenhando as atividades necessárias para o bom andamento da Emissão*

Se os recursos atualmente disponíveis para a Ume forem insuficientes para financiar suas futuras exigências operacionais, a Ume poderá depender de recursos adicionais, provenientes de diferentes fontes de financiamentos, tendo em vista o crescimento e o desenvolvimento de suas atividades. Não se pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, se disponível, que o mesmo apresentará condições satisfatórias. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias pode restringir o crescimento e o desenvolvimento das atividades da Emissora, o que poderá vir a prejudicar de maneira relevante sua situação financeira, seus resultados operacionais, sua capacidade de originação de novos Direitos Creditórios Vinculados e de se manter desempenhando as atividades necessárias para o bom andamento da Emissão.

*A originação de operações de crédito por meio de plataforma eletrônica* *é uma atividade recente no Brasil e eventuais incertezas sobre o setor poderão ter efeito adverso sobre a Ume*

A originação de operações de crédito por meio de plataforma eletrônica disponível na internet é uma atividade recente no Brasil. A atuação da Ume é regulada pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos da Resolução CMN 3.954, que disciplina a atuação dos correspondentes bancários no país. Ainda, mais recentemente, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução CMN 4.656, que disciplina a constituição e atuação das sociedades de empréstimos entre pessoas e das sociedades de crédito direto, cujo foco de atuação também envolve a originação de operações de crédito por meio de plataforma eletrônica. Por se tratar de um mercado recente no Brasil, com marcos regulatórios ainda pouco explorados (principalmente no que se refere à Resolução CMN 4.656) e sem jurisprudência pacífica, em âmbito judicial ou administrativo, podem ocorrer situações que ainda não estejam cobertas pelas regras existentes, gerando assim uma insegurança jurídica e um risco aos investidores, uma vez que os órgãos reguladores, supervisores e fiscais, bem como o Poder Judiciário poderão questionar a atuação da Ume e/ou, em um eventual cenário de discussão e/ou de identificação de lacuna na regulamentação existente, editar as normas que regem o assunto e/ou interpretá-las de forma a provocar um efeito adverso sobre a Ume, impactando sua capacidade de originar novos Direitos Creditórios Vinculados e de se manter desempenhando as atividades necessárias para o bom andamento da Emissão.

*Eventuais alterações na regulamentação em vigor podem afetar os negócios da Ume*

A Ume é uma empresa de tecnologia que atua na originação dos Direitos Creditórios Vinculados. A Ume poderá estar sujeita a riscos advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal, regulatória e/ou fiscal que podem afetar a validade da originação e/ou da cessão dos Direitos Creditórios Vinculados para a Emissora. Ademais, eventuais alterações na regulamentação em vigor poderão acarretar um aumento dos custos envolvidos nas atividades da Ume, impactando sua capacidade de originar novos Direitos Creditórios Vinculados e de se manter desempenhando as atividades necessárias para o bom andamento da Emissão.

*Falência da Ume*

A ocorrência de liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou deferimento do processamento de recuperação judicial da Ume poderia impactar sua capacidade de originar novos Direitos Creditórios Vinculados e de se manter desempenhando as atividades necessárias para o bom andamento da Emissão.

**Riscos de mercado**

*Efeitos da política econômica do Governo Federal*

A Emissora, os Direitos Creditórios Vinculados, a Instituição Endossante e os respectivos Tomadores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente nas políticas monetária, fiscal e cambial e, consequentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo Federal, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente, por exemplo, o interesse de investidores na aquisição das Debêntures, bem como a liquidação e o valor dos Direitos Creditórios Vinculados.

*Descasamento de taxas – Rentabilidade dos Direitos Creditórios Vinculados inferior à Remuneração*

Os Direitos Creditórios Vinculados são contratados a taxas prefixadas. Considerando-se a Remuneração estabelecida na Escritura, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (a) dos Direitos Creditórios Vinculados e (b) das Debêntures, notadamente considerando as Taxas DI. Uma vez que o pagamento das Debêntures decorrerá do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados, caso ocorram tais descasamentos, os recursos remanescentes da Emissora podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade do Saldo Devedor das Debêntures.

*Flutuação dos preços dos Investimentos Permitidos*

A Emissora poderá aplicar os recursos remanescentes nas Contas Exclusivas em Investimentos Permitidos. Os preços e a rentabilidade dos Investimentos Permitidos estão sujeitos a oscilações e poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de referidos ativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade dos Investimentos Permitidos seja avaliada por valores inferiores ao da sua emissão ou contabilização inicial.

*Rentabilidade dos Investimentos Permitidos inferior à Remuneração*

A parcela dos recursos relacionados à Emissão não aplicada em CCB pode ser aplicada em Investimentos Permitidos, os quais podem apresentar valoração efetiva inferior às taxas utilizadas como parâmetro da Remuneração, o que pode fazer com que os recursos da Emissora se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade de tais parâmetros. Nessa hipótese, os Debenturistas poderão ter a rentabilidade de suas Debêntures afetadas negativamente.

**Riscos de crédito**

*A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes das Debêntures depende do pagamento pelos Tomadores dos Direitos Creditórios Vinculados*

A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes da Emissão dependerá, nos termos da Resolução CMN 2.686, da solvência dos Tomadores dos Direitos Creditórios Vinculados. O recebimento integral e tempestivo dos montantes devidos aos Debenturistas depende do recebimento das quantias devidas em função dos Direitos Creditórios Vinculados. A solvência dos Tomadores pode ser afetada por fatores macroeconômicos, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, dentre outros, bem como por outros fatores específicos aos Tomadores, como óbito. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Vinculados, provocando perdas patrimoniais aos Debenturistas.

*Solvência dos Tomadores*

A Instituição Endossante somente tem responsabilidade pela devida origem e formalização dos Direitos Creditórios Vinculados, não respondendo pela solvência dos Tomadores, cabendo exclusivamente à Emissora e, consequentemente, aos Debenturistas suportar o risco de inadimplência dos Tomadores. Caso a inadimplência ocorra, a Emissora deverá cobrar os Tomadores, sendo que o atraso nos pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados e o resultado incerto dos procedimentos de cobrança podem afetar negativamente o pagamento das Debêntures.

Caso, por qualquer motivo, haja um aumento da inadimplência dos Tomadores, o pagamento das Debêntures poderá depender prioritariamente da cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados inadimplidos, mediante cobrança extrajudicial ou judicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referida cobrança atingirá os resultados almejados, recuperando o total dos Direitos Creditórios Vinculados, o que poderá implicar perdas patrimoniais aos Debenturistas.

*Crédito sem Garantia*

Os Direitos Creditórios Vinculados correspondem a financiamentos concedidos a pessoas físicas ou jurídicas (não constituídas na forma de sociedades anônimas) e tipicamente não contam com garantias dos Tomadores. Caso seja necessário realizar cobrança de Direitos Creditórios Vinculados inadimplidos, a Emissora tipicamente não contará com recuperação de crédito vinculada à excussão de garantias. Adicionalmente, os eventuais Tomadores inadimplentes poderão ter propensão menor de pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados, comparada à propensão de pagamento de dívidas garantidas.

*Ausência de Garantia de Terceiros ou FGC*

As aplicações realizadas nas Debêntures não contam com garantia de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. Todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente dos pagamentos decorrentes dos Direitos Creditórios Vinculados, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

*Subordinação Limitada – Possibilidade de Perdas relacionadas às Debêntures da Primeira Série*

Os pagamentos a serem realizados aos Debenturistas devem obedecer à Ordem de Alocação de Recursos e à subordinação aplicável às Debêntures da Terceira Série. Desta forma, as primeiras perdas decorrentes de insuficiência de fluxos de caixa da carteira da Emissora vinculada à Emissão, notadamente dos pagamentos decorrentes dos Direitos Creditórios Vinculados, devem ser suportadas pelos Debenturistas detentores das Debêntures da Terceira Série. Nada garante que a subordinação especificada na Escritura será suficiente para evitar perdas para os Debenturistas detentores das Debêntures da Primeira Série.

*Subordinação Limitada – Possibilidade de Perdas relacionadas às Debêntures da Segunda Série*

Os pagamentos a serem realizados aos Debenturistas devem obedecer à Ordem de Alocação de Recursos e à subordinação aplicável às Debêntures da Terceira Série. Desta forma, as primeiras perdas decorrentes de insuficiência de fluxos de caixa da carteira da Emissora vinculada à Emissão, notadamente dos pagamentos decorrentes dos Direitos Creditórios Vinculados, devem ser suportadas pelos Debenturistas detentores das Debêntures da Terceira Série. Nada garante que a subordinação especificada na Escritura será suficiente para evitar perdas para os Debenturistas detentores das Debêntures da Segunda Série.

*Subordinação – Possibilidade de Perdas relacionadas às Debêntures da Terceira Série*

Os pagamentos a serem realizados aos Debenturistas devem obedecer à Ordem de Alocação de Recursos e à subordinação aplicável às Debêntures da Terceira Série. Desta forma as primeiras perdas decorrentes de insuficiência de fluxos de caixa da carteira da Emissora vinculada à Emissão, notadamente dos pagamentos decorrentes dos Direitos Creditórios Vinculados, devem ser suportadas pelos Debenturistas detentores das Debêntures da Terceira Série. Nada garante que a Emissora receberá recursos suficientes para pagar amortizações, resgates e/ou Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série para os Debenturistas detentores das Debêntures da Terceira Série.

*Cobrança Extrajudicial e Judicial*

No caso de os Tomadores não cumprirem suas obrigações de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados, poderá ser iniciada a cobrança extrajudicial ou judicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referida cobrança atingirá os resultados almejados, recuperando para a Emissora o total dos Direitos Creditórios Vinculados que estejam inadimplidos, o que poderá implicar perdas à Emissora e consequentemente aos Debenturistas.

Caso a cobrança extrajudicial de um ou mais Direitos Creditórios Vinculados não tenha sucesso, a Emissora avaliará caso a caso a viabilidade econômica da cobrança judicial de tais Direitos Creditórios Vinculados, tendo-se em vista os gastos a serem incorridos com advogados e custas judiciais e probabilidade de êxito da demanda, em face do valor individual do Direito Creditório Vinculado a ser cobrado. Desse modo, considerando que a Emissora poderá adquirirá Direitos Creditórios Vinculados de baixo valor individual, poderá haver Direitos Creditórios Vinculados cuja cobrança extrajudicial não tenha sucesso e que não se justifique, do ponto de vista econômico, a sua cobrança judicial, importando em perdas para a Emissora.

Ainda, os custos incorridos com os procedimentos extrajudiciais ou judiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Debenturistas são de inteira e exclusiva responsabilidade da Emissora e, consequentemente, dos Debenturistas. A Emissora e o Agente Fiduciário não serão responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por qualquer dano ou prejuízo sofrido pela Emissora ou por qualquer dos Debenturistas em decorrência da não propositura (ou do não prosseguimento), pelo Emissora ou pelos Debenturistas, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas.

*Inexistência de reserva de amortização*

A Reserva de Despesas e Encargos, Reserva de Liquidação da Primeira Série, a Reserva de Liquidação da Segunda Série e a Reserva de Liquidação da Terceira Série não estabelecem a manutenção de uma ou mais parcelas de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, ou de Amortização Extraordinária Obrigatória com antecedência em relação à Data de Pagamento. A ausência de tal previsão pode prejudicar a capacidade de pagamento das Debêntures por parte da Emissora.

*Risco de Avaliação da Carteira de Direitos Creditórios Vinculados levando em consideração a provisão para devedores duvidosos*

Os cálculos da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, bem como do Índice de Cobertura, dependem do cálculo do valor dos Direitos Creditórios Vinculados, que por sua vez considera as provisões para devedores duvidosos, conforme determinada pela Emissora. Caso a estimativa de provisões para devedores duvidosos da Emissora não seja adequada, as amortizações de principal, o monitoramento da subordinação e a determinação do Regime de Amortização aplicável às Debêntures podem não ser adequadamente mensurados, potencialmente prejudicando a capacidade da Emissora de fazer os pagamentos aos Debenturistas ou de controlar a prioridade de pagamentos entre os Debenturistas.

*Patrimônio Líquido Negativo*

Os investimentos da Emissora relacionados à Emissão estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, sendo que não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Emissora e para os Debenturistas. Além disso, riscos relacionados com a carteira da Emissora, bem como custos de cobranças dos Direitos Creditórios Vinculados poderão fazer com que a Emissora não tenha mais recursos e/ou apresente patrimônio líquido negativo.

**Riscos de descontinuidade**

*Amortização ou resgate antecipado das Debêntures*

Observado o disposto na Escritura, a Emissora poderá amortizar ou resgatar as Debêntures antecipadamente, conforme o caso na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado. Nesses casos os Debenturistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração das Debêntures. Não será devida, em qualquer das demais hipóteses, qualquer multa ou penalidade em decorrência de tal antecipação de pagamento.

*Pagamento Condicionado*

Nos termos do artigo 5º da Resolução CMN 2.686, os pagamentos pela Emissora da amortização das Debêntures, da Remuneração das Debêntures e do Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série estão condicionados ao efetivo pagamento, em montante suficiente, dos Direitos Creditórios Vinculados.

Uma vez que o pagamento das Debêntures ficará condicionado ao vencimento e pagamento pelos Tomadores dos Direitos Creditórios Vinculados, poderá ocorrer de a Emissora não dispor de recursos imediatos para efetuar o pagamento das Debêntures.

*Dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados*

Na ocorrência de não realização dos pagamentos das Debêntures aos Debenturistas, observados os prazos de cura previstos na Escritura, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 1 (um) Dia Útil, uma Assembleia Geral de Investidores para: (i) comunicar a ocorrência do evento, qual seja, a não realização dos Direitos Creditórios Vinculados, e permitir ao Agente Fiduciário e à Emissora prestarem os esclarecimentos que se fizerem necessários; (ii) que seja verificado se houve o exercício do Direito de Preferência na Aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados; e (iii) caso aplicável, dar início à implementação do Plano de Ação.

O exercício do Direito de Preferência na Aquisição das Direitos Creditórios Vinculados pode atrasar a implantação de planos de ação para recuperação dos Direitos Creditórios Vinculados. Além disto, falhas na efetivação desses direitos podem frustrar a expectativa de Debenturistas que tenham passado a ter a expectativa do exercício do Direito de Preferência na Aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados para quitação de suas Debêntures.

Não sendo verificado o exercício do Direito de Preferência na Aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados na assembleia de Debenturistas da Segunda Série, ou caso referida assembleia, por qualquer motivo, não seja instalada, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Investidores a ser realizada de acordo com os prazos e procedimentos previstos na Escritura, para deliberar acerca de um Plano de Ação.

A deliberação, em Assembleia Geral de Investidores, a respeito da adoção de um Plano de Ação dependerá da aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação e 70% (setenta por cento) dos presentes em segunda convocação. Não existe garantia que os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Investidores, conseguirão atingir o quórum de deliberação necessário para aprovar a adoção de um Plano de Ação. Além disso, não há garantias de que o Plano de Ação a ser aprovado pela Assembleia Geral de Investidores será eficaz para a realização dos Direitos Creditórios Vinculados ou ainda, que o referido Plano de Ação será eficaz em manter a preferência, respectivamente, dos Debenturistas da Primeira Série, em relação aos Debenturistas da Segunda Série. Adicionalmente, não existe garantia que os Debenturistas venham a tomar todas as providências necessárias para que o Plano de Ação seja implementado. Também não existe garantia que o Plano de Ação deliberado pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Investidores, será satisfatório para a totalidade dos Debenturistas.

Na hipótese de realização da dação em pagamento pela Emissora diretamente aos Debenturistas ou a condomínio de Debenturistas, cada Debenturista deverá receber Direitos Creditórios Vinculados ou quinhão de condomínio em montante equivalente à sua participação em relação ao valor total das Debêntures na data imediatamente anterior à constituição do referido condomínio. Caso os Direitos Creditórios Vinculados sejam transferidos aos Debenturistas, ou a condomínio que não tenha previsão de subordinação entre os quinhões de Debenturistas detentores de Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Segunda Série, não haverá mais subordinação entre pagamentos destinados a Debenturistas das 2 (duas) Séries, o que poderá reduzir os montantes a serem recebidos pelos Debenturistas.

*Interrupção do Período de Alocação poderá reduzir a capacidade financeira e operacional da Emissora e/ou da Ume*

A ocorrência de um Evento de Aceleração de Vencimento pode interromper o Período de Alocação, reduzindo os montantes a serem direcionados para a aquisição de CCB. Nessas circunstâncias, a Emissora e/ou a Ume poderão ter sua capacidade financeira e/ou operacional prejudicada, causando possíveis falhas e/ou interrupções na prestação de seus serviços e nos serviços dos demais prestadores de serviços relacionados à Emissão.

*Monitoramento dos Eventos de Aceleração de Vencimento e dos Eventos de Vencimento Antecipado*

A determinação do término do Período de Alocação, bem como da ocorrência de vencimento antecipado das Debêntures depende do monitoramento e da identificação dos Eventos de Aceleração de Vencimento e dos Eventos de Vencimento Antecipado. Falhas da Emissora e/ou do Agente Fiduciário no monitoramento/identificação de tais eventos podem fazer com que o regime de amortização aplicável às Debêntures não seja correto, podendo acarretar perdas ou atrasos para os Debenturistas.

**Risco de liquidez**

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de valores mobiliários com lastro em créditos financeiros, como as Debêntures. Os subscritores ou adquirentes desses valores mobiliários não têm qualquer garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares dos valores mobiliários de emissão da Emissora, inclusive das Debêntures, que queiram vendê-los no mercado secundário. Adicionalmente, a liquidez dos valores mobiliários com lastro em créditos financeiros poderá ser negativamente afetada por uma crise no mercado de dívida local ou internacional, fazendo com que os titulares desses valores mobiliários possam ter dificuldade em realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la e, consequentemente, podem sofrer prejuízo.

**Riscos de originação**

*Decisões judiciais*

Determinadas decisões judiciais estabeleceram que cessões de direitos creditórios a entidades não participantes do Sistema Financeiro Nacional – tais como as companhias securitizadoras de créditos financeiros – não atribuiriam, a tais cessionárias, as mesmas prerrogativas que seriam atribuídas às entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, como a possibilidade de cobrança de encargos, juros e correção monetária permitidos às instituições financeiras. Sendo assim, não é possível prever se serão impostas ou não à Emissora, por meio de decisão judicial, limitações à cobrança de encargos e/ou juros remuneratórios dos Direitos Creditórios Vinculados, nos termos inicialmente pactuados com os Tomadores. A imposição dos referidos limites de cobrança poderá afetar negativamente o fluxo de pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados.

*Falhas na originação e formalização dos Direitos Creditórios Vinculados*

Os documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios Vinculados podem eventualmente conter irregularidades, como falhas na sua elaboração e erros materiais, ou mesmo não serem suficientes para ensejar um processo de execução. Por esse motivo, a cobrança judicial dos referidos Direitos Creditórios Vinculados poderá não se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos Creditórios Vinculados poderá ser mais demorada do que seria caso seus documentos comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento do Direito Creditório Vinculado, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada.

Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações que não são enviados à Emissora, ou mesmo documentos e informações adicionais que deveriam ser fornecidos pela Instituição Endossante ou Tomador à época da cessão, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos Creditórios Vinculados. Assim, a Emissora poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos Direitos Creditórios Vinculados que sejam discutidos judicialmente, o que pode prejudicar o pagamento das Debêntures.

*Assinatura Eletrônica*

As CCBs são assinadas através de plataforma de assinatura eletrônica, que não conta com a utilização da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) instituída pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória 2.200-2/01. A validade da formalização das CCBs através da plataforma de assinatura eletrônica pode ser questionada judicialmente pelos Tomadores, e não há garantia que tais CCB sejam aceitas como títulos executivos extrajudiciais pelo poder judiciário. Nesses casos, os Direitos Creditórios Vinculados deverão ser objeto de cobrança por meio de ação monitória ou ação de conhecimento, cujo rito é significativamente mais lento que uma ação de execução, e cujo sucesso dependerá da capacidade da Emissora de produzir provas ou evidências da existência de seu crédito e do valor devido.

*Processo Eletrônico de Originação, Endosso e Custódia das CCBs*

As CCBs são geradas, assinadas e custodiadas eletronicamente. Falhas em quaisquer desses processos eletrônicos, inclusive em razão de fraudes cometidas pelos Tomadores, podem acarretar questionamentos quanto à validade dos Direitos Creditórios Vinculados, o que pode prejudicar a caracterização dos Direitos Creditórios Vinculados como títulos executivos extrajudiciais pelo poder judiciário, e, portanto, gerar prejuízos para a Emissora e os Debenturistas.

Ainda, o endosso “em preto” das CCBs da Instituição Endossante à Emissora, e da Emissora para os Debenturistas ou para veículos por estes constituídos, no âmbito dos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados previstos na Escritura, ocorrerá mediante a celebração de termo eletrônico de endosso “em preto” das CCBs. Os termos eletrônicos de endosso são armazenados de forma autônoma em relação às respectivas CCBs, não havendo qualquer modificação, anotação ou averbação nas CCBs eletrônicas em decorrência da celebração do termo eletrônico de endosso. Assim, não há garantia de que os termos eletrônicos de endosso celebrados pelo respectivo cedente a seu cessionário não tenha sido precedido de outro termo eletrônico de endosso celebrado pelo referido cedente, transferindo as CCBs a outro cessionário, gerando dúvidas a respeito da titularidade da CCB e potenciais prejuízos à Emissora e aos Debenturistas.

*Notificação dos Tomadores*

As CCBs a serem assinadas pelos Tomadores incluem anexo contendo minuta de endosso das mesmas para cessionários. No curso ordinário dos negócios, os Tomadores não receberão notificações adicionais sobre a cessão à Emissora dos Direitos Creditórios Vinculados. Desse modo, caso a Emissora ou terceiro por ela contratado realize esforços de cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Vinculados inadimplidos, não há garantia de que os respectivos Tomadores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios Vinculados diretamente à Emissora.

**Risco de fungibilidade**

*Risco de fungibilidade – Pagamentos diretamente à Instituição Endossante*

Na hipótese de os Tomadores realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios Vinculados diretamente para a Instituição Endossante, por qualquer motivo, a Instituição Endossante deverá repassar tais valores às Contas Exclusivas. Não há garantia de que a Instituição Endossante repassará tais recursos para as Contas Exclusivas da Emissora, situação em que os Debenturistas poderão sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

*Inexistência de Contrato de Agente Depositário Relativo às Contas Exclusivas*

Não houve a contratação de instituição financeira para atuação como agente depositário que restrinja a movimentação das Contas Exclusivas. Portanto as Contas Exclusivas podem ser movimentadas pela Emissora, o que pode prejudicar o controle da utilização dos recursos existentes nas Contas Exclusivas, a operacionalização da cessão fiduciária, e consequentemente a capacidade de pagamento aos Debenturistas.

**Riscos relacionados à Instituição Endossante**

*Riscos decorrentes dos critérios adotados pela Instituição Endossante para concessão de crédito*

As Debêntures estão sujeita aos riscos inerentes ao processo de originação dos Direitos Creditórios Vinculados e à política de crédito adotada pela Instituição Endossante, na qualidade de originador dos Direitos Creditórios Vinculados.

*Processos internos da Instituição Endossante*

As Debêntures estão sujeitas a perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequação dos processos internos da Instituição Endossante, pessoas e sistemas, ou eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos documentos comprobatórios que lastreiam os Direitos Creditórios Vinculados, bem como dos processos operacionais da Instituição Endossante e fluxo financeiro de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados.

**Riscos operacionais**

*A Emissora contrata prestadores de serviços terceirizados*

A Emissora contrata prestadores de serviços terceirizados para a realização de determinadas atividades, como auditor independente, o Agente Fiduciário, o Escriturador, a Ume entre outros. Caso alguns desses prestadores de serviços aumentem significativamente seus preços ou não prestem serviços com a qualidade e agilidade esperada pela Emissora, ou mesmo por mera discricionariedade da Emissora, poderá haver a substituição dos referidos prestadores de serviços, sendo certo que essa substituição poderá não ser bem-sucedida e afetar adversamente a capacidade da Emissora em gerir seus ativos relacionados a cada uma de suas emissões de valores mobiliários, incluindo a Emissão, afetando igualmente os resultados da Emissora e, consequentemente, os titulares dos valores mobiliários de sua emissão, como as Debêntures.

*Troca eletrônica de informações*

Dada a complexidade operacional própria da securitização de créditos financeiros, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos da Emissora e de terceiros ocorrerão livre de erros. Caso este risco venha a se materializar, a cobrança, a liquidação e/ou a baixa dos Direitos Creditórios Vinculados, inclusive inadimplidos, poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho da Emissora e, consequentemente, o pagamento das Debêntures.

*Acesso aos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios Vinculados*

Caso o Agente Fiduciário precise ter acesso aos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios Vinculados, falhas e/ou descumprimentos pela Emissora nos procedimentos de acesso aos documentos comprobatórios podem afetar negativamente o fluxo de pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados e/ou a capacidade do Agente Fiduciário, ou de terceiro por este indicado, de efetuar qualquer cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados.

*Majoração de custos dos prestadores de serviços*

Caso qualquer um dos prestadores de serviços contratados pela Emissora venha a ser substituído, o custo do serviço prestado pelo novo prestador de serviço pode ser superior ao custo anterior, o que poderá levar a perdas patrimoniais e/ou à queda de rentabilidade da Emissora.

*Existência de vícios ocultos relativos aos Direitos Creditórios Vinculados não apontados na auditoria da carteira*

Em que pese o fato de ter sido contratada empresa de auditoria independente para realizar a auditoria dos Direitos Creditórios Vinculados, não há garantia de que não existam vícios ou riscos ocultos, não evidenciados durante a auditoria. Caso quaisquer desses defeitos ou riscos ocultos venham a se verificar, o pagamento das Debêntures poderá ser afetado negativamente.

*Falhas de cobrança*

A cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados depende da atuação diligente do agente de cobrança. Assim, qualquer falha no procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados, tais como, mas não se limitando a, interrupções, falhas e/ou atrasos na emissão de boletos bancários, poderá acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Tomadores. Ademais, qualquer falha de procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados inadimplidos, tais como, mas não se limitando a, falta de diligência no procedimento de cobrança, poderá acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Tomadores.

Outrossim, na ocorrência de Eventos de Vencimento Antecipado relacionados à Emissora, os processos de cobrança de Direitos Creditórios Vinculados, incluindo o processamento do faturamento ordinário bem como a cobrança extraordinária, poderão ser impactados, e com isto o pagamento das Debêntures poderá ser afetado negativamente.

*Despesas de liquidação ou execução dos Direitos Creditórios Vinculados podem ser desproporcionais e reduzir os montantes disponíveis para pagamento das Debêntures ou, mesmo, comprometer a viabilidade econômica do processo de cobrança*

Despesas de liquidação ou execução dos Direitos Creditórios Vinculados não possuem relação direta com o valor devido no momento da inadimplência. Assim, dado que o agente de cobrança terá os mesmos custos de cobrança para Direitos Creditórios Vinculados com valores diversos, o valor realizado após descontadas as despesas de liquidação ou execução poderá ser menor no caso de um Direito Creditório Vinculado de menor valor. Despesas de liquidação ou execução, tais como honorários advocatícios, entre outros, reduzirão o valor disponível para pagamento das Debêntures. Certas taxas, custos e outras despesas serão pagos a partir do produto obtido com a cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados, antes do pagamento das Debêntures. Todos esses fatores poderão afetar o valor pago aos Debenturistas ou, mesmo, comprometer a viabilidade econômica do processo de cobrança.

*Falha na verificação dos critérios para aquisição de CCB*

Falhas na verificação dos critérios para aquisição de CCB podem ocorrer, fazendo com que a Emissora adquira CCB em desacordo com a Escritura, podendo gerar perdas à Emissora e, consequentemente, aos Debenturistas.

*Ausência de Custodiante Externo*

A custódia dos Direitos Creditórios Vinculados, bem como das Contas Exclusivas, será feita pela Emissora.

Não há garantias que a Emissora não venha a ter falhas na realização da custódia de tais direitos creditórios. Adicionalmente, não há garantia que a gestão do recebimento de recursos relacionados aos Direitos Creditórios Vinculados, incluindo formalização, endosso, custódia, cobrança, vinculação às Debêntures e o recebimento de recursos, entre outros, será realizada conforme o especificado na Escritura.

Tais potenciais falhas ou conflitos de interesse podem gerar prejuízos para a Emissora e para os Debenturistas.

*Risco decorrente de falhas operacionais*

A identificação, a cessão e a cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados dependem da atuação conjunta e coordenada da Emissora, da Ume e das Instituições Financeiras. A Emissora poderá sofrer perdas patrimoniais, caso os processos operacionais descritos nesta Escritura e nos contratos com os respectivos prestadores de serviços vinculados à Emissão venham a sofrer falhas técnicas ou sejam comprometidos pela necessidade de substituição de qualquer dos prestadores de serviços contratados.

**Risco de questionamento da validade e da eficácia jurídica**

*Modificação dos Direitos Creditórios Vinculados por Decisão Judicial*

Os Direitos Creditórios Vinculados podem eventualmente ter suas condições questionadas em juízo pelos respectivos Tomadores, inclusive em razão dos juros e encargos aplicáveis. Não pode ser afastada a possibilidade de os Tomadores lograrem êxito nas eventuais demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Vinculados podem ter seus valores reduzidos ou até anulados em decisões judiciais, o que afetaria negativamente o patrimônio da Emissora.

*Risco de questionamento da validade e da eficácia jurídica da cessão dos Direitos Creditórios Vinculados*

A validade da cessão dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora poderá ser questionada por conta de obrigações assumidas pela Instituição Endossante e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios Vinculados consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios Vinculados, constituídas antes da sua cessão à Emissora, sem conhecimento da mesma; (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios Vinculados, ocorridas antes da sua cessão à Emissora e sem o conhecimento da mesma; (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticada pela Instituição Endossante, ou caso a cessão dos Direitos Creditórios Vinculados seja considerada simulada; e (iv) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores da Instituição Endossante. Nessas hipóteses, os Direitos Creditórios Vinculados poderão ser alcançados por obrigações da Instituição Endossante.

*Cessão de crédito a entidades não integrante do Sistema Financeiro Nacional*

Os Direitos Creditórios Vinculados são CCBs, a serem emitidas em favor da Instituição Endossante e posteriormente cedidas e/ou endossadas em favor da Emissora. Determinadas decisões judiciais estabeleceram, nas situações nelas previstas, que as cessões de créditos a entidades não participantes do Sistema Financeiro Nacional não atribuiriam, a tais cessionários, as mesmas prerrogativas que seriam atribuídas a entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, incluindo a prerrogativa de cobrança de juros superiores aos limitados pela Lei de Usura (Decreto-lei nº 22.626, de 7 de abril de 1933), conforme ampla jurisprudência consolidada com a inteligência da Súmula Vinculante nº 7 e Súmula 596, ambas do Supremo Tribunal Federal e da Súmula 382 do Superior Tribunal de Justiça.

Não é possível prever: (i) a caracterização da Emissora, pelo Poder Judiciário, numa eventual disputa judicial, como instituição integrante ou não do Sistema Financeiro Nacional; nem se (ii) serão impostas ou não, por meio de decisão judicial, limitações ao exercício, pela Emissora, de prerrogativas estabelecidas nas CCBs referentes à cobrança de encargos e/ou juros remuneratórios, e, assim, não é possível garantir que em tais cenários de disputa serão amplamente observados e aplicados os termos e condições dos atos jurídicos representados pela emissão da CCB e por seu endosso e/ou cessão em favor da Emissora. Tais cenários poderão afetar negativamente o fluxo de pagamentos das Debêntures.

**Risco de pré-pagamento**

Os Tomadores poderão optar por pagar antecipadamente os Direitos Creditórios Vinculados, mediante o pagamento integral das respectivas obrigações. Nessas hipóteses, os Debenturistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração, conforme o caso, oferecida pelas Debêntures.

**Outros riscos**

*Inexistência de propriedade direta dos Direitos Creditórios Vinculados*

A titularidade das Debêntures não confere, aos Debenturistas, a propriedade direta sobre os Direitos Creditórios Vinculados ou sobre fração ideal específica dos Direitos Creditórios Vinculados.

*Ausência de classificação de risco das Debêntures*

Não será atribuída classificação de risco às Debêntures, portanto os Debenturistas não contarão com classificação de risco para realizar suas análises quanto ao investimento nas Debêntures.

As informações prestadas nesta Escritura devem ser cuidadosamente analisadas pelos potenciais Investidores Profissionais e não possuem o escopo ou função de orientação de investimento ou desinvestimento, pelo Agente Fiduciário.

*Risco de não aprovação de matérias em Assembleia Geral*

Determinadas matérias de interesse dos Debenturistas serão objeto de deliberação em Assembleia Geral, de forma que as respectivas aprovações dependerão do atingimento de quóruns específicos estabelecidos na Escritura. Dessa maneira, não é possível garantir que assuntos relevantes e de interesse dos Debenturistas serão referendados pela Assembleia Geral, o que poderá vir a ocasionar prejuízos aos Debenturistas.

*Solicitação de Integralização*

A Emissora realizará, dentro dos prazos estabelecidos nos Boletins de Subscrição, solicitações de integralização para que os Debenturistas integralizem as Debêntures previamente subscritas. A indisponibilidade de recursos dos Debenturistas pode levar ao inadimplemento de sua obrigação de integralizar as Debêntures, reduzindo os montantes a serem direcionados para a aquisição de CCB. Nessas circunstâncias, a Emissora poderá ter sua capacidade financeira prejudicada.

*Escolha dos Direitos Creditórios Vinculados pela Ume*

Não obstante os Critérios de Elegibilidade e os demais termos desta Escritura, as CCBs a serem adquiridas pela Emissora, as quais passarão a integrar os Direitos Creditórios Vinculados, serão indicadas pela Ume, na forma do Acordo Operacional.

*Pagamento da Remuneração das Debêntures após o Período de Alocação*

Conforme previsto na Escritura, o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série ocorrerá apenas após o fim do Período de Alocação.

*Pagamento do Principal*

As Debêntures não serão objeto de amortização programada, sendo que o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será devido apenas na Data de Vencimento ou na data de vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso.

*Postergação do Vencimento*

Poderá haver postergação do prazo de vencimento das Debêntures.

*A pandemia do Coronavírus (COVID-19) e a consequente desaceleração econômica e volatilidade no mercado financeiro e de capitais brasileiro e mundial tiveram e provavelmente continuarão a ter efeitos adversos graves nos negócios, condição financeira, liquidez e resultados operacionais nas unidades de negócios da Companhia. Na medida em que a pandemia do COVID-19 afetar adversamente os negócios, liquidez resultados operacionais e condição financeira, ela também terá o efeito de aumentar materialmente muitos dos outros riscos descritos neste anexo.*

No final de 2019, a COVID-19 foi detectada pela primeira vez em Wuhan, na China. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou que o surto da COVID-19 é uma pandemia global e, desde então, as autoridades de todo o mundo implementaram medidas para reduzir a propagação da COVID-19. As medidas governamentais e contra a pandemia do COVID-19 tiveram e provavelmente continuarão a ter um forte impacto nas condições macroeconômicas e financeiras globais e brasileiras, incluindo a interrupção das cadeias de suprimentos e o fechamento de diversas empresas, levando a perdas de receitas, aumento do desemprego e estagnação e contração econômica.

A pandemia do COVID-19 também resultou em uma volatilidade substancialmente maior nos mercados financeiros brasileiros e internacionais e em indicadores econômicos, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e spreads de crédito. A título de exemplo, como resultado da maior volatilidade, o *circuit breaker* da B3 foi acionado oito vezes no mês de março de 2020 e o valor dos ativos foi impactado negativamente. Quaisquer choques ou movimentos inesperados nesses fatores de mercado podem resultar em perdas financeiras associadas à nossa carteira de negociação ou ativos financeiros, que podem deteriorar a condição financeira da Emissora. Além disso, as preocupações do mercado podem se traduzir em restrições de liquidez e acesso reduzido a financiamento nos mercados local e internacional, afetando negativamente nossos negócios.

As medidas adotadas pelas autoridades governamentais em todo o mundo, inclusive no Brasil, para estabilizar os mercados e suportar o crescimento econômico podem não ser suficientes para controlar a alta volatilidade ou evitar reduções graves e prolongadas das atividades econômicas. Adicionalmente, as medidas de distanciamento social impostas pelas autoridades governamentais para contenção da pandemia da COVID-19 resultaram na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores com os quais a Emissora negocia e de outra forma atende. Até o momento, não há como prever até quando tais medidas permanecerão em vigor. Tais políticas e medidas influenciaram o comportamento do mercado consumidor e da população em geral, da demanda de serviços, produtos e de crédito.

As políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos de mercado, de crédito e operacional da Emissora podem não ser eficazes para conter os riscos aos quais está exposta, ou os impactos causados ou potencializados pela atual pandemia.

Mesmo depois que o surto da COVID-19 diminuir, podemos continuar a ter impactos materialmente adversos em nossos negócios como resultado de seu impacto econômico global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego que podem ocorrer no futuro. Inexistem eventos recentes comparáveis que possam nos fornecer orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 ou de uma epidemia de saúde semelhante é altamente incerto e sujeito a alterações.

Além disso, a resposta do presidente Jair Bolsonaro à pandemia do COVID-19 tem sido fortemente criticada tanto no Brasil quanto internacionalmente, com os efeitos desestabilizadores do COVID-19 pandemia aumentando a incerteza política e a estabilidade no Brasil, principalmente após a saída de ministros federais e algumas denúncias de corrupção contra o Presidente Bolsonaro.

*Risco relacionado ao escopo limitado da auditoria jurídica*

A auditoria jurídica realizada na Emissora referente a esta Emissão teve seu escopo limitado à análise dos documentos societários e de determinadas certidões cíveis, fiscais, trabalhistas, etc. Portanto, podem existir questões judiciais e/ou administrativas não abarcadas na auditoria realizada no âmbito da Emissão, que eventualmente afetem negativamente a Emissora e sua capacidade de pagamento das Debêntures e, consequentemente, a capacidade da Emissora de pagar as Debêntures.

**ANEXO V**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-UME**

**MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA**

**[●] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-VIRTUS**

Pelo presente Aditamento (conforme abaixo definido), e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

**COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-UME**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 40.885.785/0001-41, neste ato representada na forma de seu estatuto social, identificado na respectiva página de assinaturas deste instrumento (a “Emissora”); e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, Sala 132, Parte, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de representante dos titulares das debêntures objeto desta emissão (“Debenturistas”), neste ato representada por seu representante legal devidamente autorizado e identificado na respectiva página de assinaturas deste instrumento (o “Agente Fiduciário”, sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”).

**CONSIDERANDO QUE:**

1. a realização da Emissão foi autorizada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2022 (“AGE”), cuja ata foi arquivada na JUCESP em [●] de [●] de 2022, sob nº [●];
2. a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-UME*”, em 21 de outubro de 2022 (“Escritura”), a qual foi registrada na JUCESP em [●] de [●] de 2022, sob o nº [●]; e
3. foram adquiridas novas CCBs no contexto da Emissão e, a fim de realizar a atualização indicada na Cláusula 3.6.2 da Escritura, as Partes desejam aditar a Escritura, nos termos da Cláusula 2.1 abaixo,

**RESOLVEM** a Emissora e o Agente Fiduciário, na melhor forma de direito, celebrar este “*[•]º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-UME*”(“Aditamento”), mediante as seguintes cláusulas e condições.

Salvo se de outra forma definidos neste Aditamento, os termos e expressões iniciados em letras maiúsculas aqui utilizados terão os mesmos e respectivos significados a eles atribuído na Escritura.

**1. DA AUTORIZAÇÃO E REQUISITOS**

* 1. Este Aditamento é celebrado com base na Cláusula 3.6.2 da Escritura, sendo dispensada a realização de Assembleia Geral de Investidores e/ou de assembleia geral extraordinária da Emissora para sua formalização.

1. **DAS ALTERAÇÕES DA ESCRITURA**
   1. Por este Aditamento, resolvem as Partes, de comum acordo, alterar a Escritura para refletir a inclusão de CCB adicionais àquelas listadas no Anexo II da Escritura, passando o Anexo II da Escritura, para todos os fins e efeitos (incluindo, sem limitação, para os fins da Cláusula 3.6.2 da Escritura), a viger com o conteúdo retificado e consolidado que consta do **Apêndice A** a este Aditamento, nos termos da Cláusula 3.6.2 da Escritura.
2. **DO ARQUIVAMENTO DO ADITAMENTO**
   1. Este Aditamento, bem como as posteriores alterações da Escritura, serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e nos termos da Escritura.
3. **DAS RATIFICAÇÕES**
   1. Ratificam-se, neste ato, todos os termos, cláusulas e condições estabelecidos na Escritura, conforme alterada, da qual os Debenturistas declaram-se plenamente cientes e de acordo, que não tenham sido expressamente alterados por este Aditamento.
   2. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, seja no todo ou em parte, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
   3. Este Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Emissora e os Debenturistas ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.
4. **DO FORO**
   1. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
   2. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes e as testemunhas celebram este Aditamento de forma eletrônica. As Partes expressamente concordam, nos termos do artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil.

São Paulo, [data].

*[As assinaturas seguem nas páginas seguintes]*

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco]*

[ASSINATURAS]

**APÊNDICE AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE [●] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-UME**

**RELAÇÃO ATUALIZADA DAS CCBS QUE COMPÕEM OS DIREITOS CREDITÓRIOS VINCULADOS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nº DA CCB** | **TERMO (MESES)** | **VALOR (R$)** | **TAXA (a.a.)** |
| [●] | [●] | [●] | [●] |

**ANEXO V**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-UME**

**Outras Emissões do Agente Fiduciário**

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 55 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 800.000,00 | **Quantidade de ativos:** 800000 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias: (i) as Cessões Fiduciárias de Recebíveis, (ii) a Fiança; e (iii) o Fundo de Despesas** | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | | | |
| **Ativo: CRI** | | | |
| **Série:** 1 | | **Emissão:** | |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 33.943.614,00 | | **Quantidade de ativos:** 33943614 | |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | | | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 7,8% a.a. na base 252.** | | | |
| **Status:** ATIVO | | | |
| **Garantias: (i) Fiança; (ii) Cessão Fiduciária de Recebíveis e (iii) Fundo de Despesas.** | | | |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | | | |
| **Ativo: CRI** | | | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 60 | |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 100.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 100000 | |
| **Data de Vencimento:** 09/12/2026 | | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI + 4,25% a.a. na base 252.** | | |
| **Status:** ATIVO | | |
|  | | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária de Imóveis; (ii) Promessa de Alienação Fiduciária de Imóveis; (iii) Cessão Fiduciária de Recebíveis; (v) Alienação Fiduciária de Ações e (vi) Fiança.** | | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 71 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 25.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 25000 |
| **Data de Vencimento:** 15/06/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 9% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária de Ações/Quotas; (ii) Alienação Fiduciária de Imóvel; (iii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iv) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado; (vi) Aval;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 73 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 49.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 49000 |
| **Data de Vencimento:** 27/04/2026 | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI + 4% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienações Fiduciárias; (ii) Fiança; (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 82 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 53.148.571,00 | **Quantidade de ativos:** 53571148 |
| **Data de Vencimento:** 22/04/2028 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 11% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária de Imóveis; (ii) Alienações Fiduciárias de Quotas; (iii) Cessão Fiduciária de Recebíveis; (iv)Fiança; (v) Fundo de Despesas; (vi) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 83 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 24.574.000,00 | **Quantidade de ativos:** 24574 |
| **Data de Vencimento:** 20/08/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 8,25% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienações Fiduciárias; (ii) Apólices de Seguro dos Imóveis; (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 84 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 24.610.000,00 | **Quantidade de ativos:** 24610 |
| **Data de Vencimento:** 20/08/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 7,25% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 86 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 25.020.000,00 | **Quantidade de ativos:** 25020 |
| **Data de Vencimento:** 22/09/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 8,25% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária de Imóvel; (ii) Apólices de Seguro dos Imóveis; (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado; (iv) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 87 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 25.036.000,00 | **Quantidade de ativos:** 25036 |
| **Data de Vencimento:** 22/09/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 8,25% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienações Fiduciárias de Imóveis; (ii) Apólices de Seguro dos Imóveis; (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 92 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 24.726.000,00 | **Quantidade de ativos:** 24726 |
| **Data de Vencimento:** 20/10/2042 | |
| **Taxa de Juros: CDI + 8,75% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária; (ii) Apólice de Seguro dos Imóvel; e (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 55 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 4.800.750,00 | **Quantidade de ativos:** 4800750 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) as Cessões Fiduciárias de Recebíveis, (ii) a Fiança; e (iii) o Fundo de Despesas** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 60 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 0,00 | **Quantidade de ativos:** 0 |
| **Data de Vencimento:** 09/11/2026 | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI + 4,25% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária de Imóveis; (ii) Promessa de Alienação Fiduciária de Imóveis; (iii) Cessão Fiduciária de Recebíveis; (v) Alienação Fiduciária de Ações e (vi) Fiança.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 5.700.000,00 | **Quantidade de ativos:** 5700000 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) Fiança; (ii) Cessão Fiduciária de Recebíveis e (iii) Fundo de Despesas.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 71 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 14.465.000,00 | **Quantidade de ativos:** 14465 |
| **Data de Vencimento:** 15/06/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 9% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária de Ações/Quotas; (ii) Alienação Fiduciária de Imóvel; (iii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iv) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado; (vi) Aval;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 73 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 81.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 81000 |
| **Data de Vencimento:** 26/04/2027 | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI + 4,5% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienações Fiduciárias; (ii) Fiança; (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 82 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 17.851.429,00 | **Quantidade de ativos:** 17851429 |
| **Data de Vencimento:** 22/04/2028 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 11% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária de Imóveis; (ii) Alienações Fiduciárias de Quotas; (iii) Cessão Fiduciária de Recebíveis; (iv)Fiança; (v) Fundo de Despesas; (vi) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 83 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 4.336.000,00 | **Quantidade de ativos:** 4336 |
| **Data de Vencimento:** 20/08/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 9,92% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienações Fiduciárias; (ii) Apólices de Seguro dos Imóveis; (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 84 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 4.343.000,00 | **Quantidade de ativos:** 4343 |
| **Data de Vencimento:** 20/08/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 8,92% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 86 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 4.415.000,00 | **Quantidade de ativos:** 4415 |
| **Data de Vencimento:** 22/09/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 9,92% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária de Imóvel; (ii) Apólices de Seguro dos Imóveis; (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado; (iv) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 87 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 4.418.000,00 | **Quantidade de ativos:** 4418 |
| **Data de Vencimento:** 22/09/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 9,92% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienações Fiduciárias de Imóveis; (ii) Apólices de Seguro dos Imóveis; (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 92 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 4.363.000,00 | **Quantidade de ativos:** 4363 |
| **Data de Vencimento:** 20/10/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 10,42% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária; (ii) Apólice de Seguro dos Imóvel; e (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 3 | **Emissão:** 55 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 2.250.000,00 | **Quantidade de ativos:** 2250000 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) as Cessões Fiduciárias de Recebíveis, (ii) a Fiança; e (iii) o Fundo de Despesas** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 3 | **Emissão:** |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 5.900.000,00 | **Quantidade de ativos:** 5900000 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) Fiança; (ii) Cessão Fiduciária de Recebíveis e (iii) Fundo de Despesas.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 3 | **Emissão:** 71 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 10.535.000,00 | **Quantidade de ativos:** 10535 |
| **Data de Vencimento:** 15/06/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 9% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária de Ações/Quotas; (ii) Alienação Fiduciária de Imóvel; (iii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iv) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado; (vi) Aval;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 3 | **Emissão:** 83 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.000,00 | **Quantidade de ativos:** 1 |
| **Data de Vencimento:** 20/08/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 9,92% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienações Fiduciárias; (ii) Apólices de Seguro dos Imóveis; (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 3 | **Emissão:** 84 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.000,00 | **Quantidade de ativos:** 1 |
| **Data de Vencimento:** 20/08/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 8,92% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 3 | **Emissão:** 86 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.000,00 | **Quantidade de ativos:** 1 |
| **Data de Vencimento:** 22/09/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 9,92% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária de Imóvel; (ii) Apólices de Seguro dos Imóveis; (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado; (iv) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 3 | **Emissão:** 87 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.000,00 | **Quantidade de ativos:** 1 |
| **Data de Vencimento:** 22/09/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 9,92% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienações Fiduciárias de Imóveis; (ii) Apólices de Seguro dos Imóveis; (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 3 | **Emissão:** 92 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.000,00 | **Quantidade de ativos:** 1 |
| **Data de Vencimento:** 20/10/2042 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 10,42% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária; (ii) Apólice de Seguro dos Imóvel; e (iii) Regime Fiduciário e Patrimônio Separado;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 4 | **Emissão:** 55 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 5.667.000,00 | **Quantidade de ativos:** 5667000 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) as Cessões Fiduciárias de Recebíveis, (ii) a Fiança; e (iii) o Fundo de Despesas** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 4 | **Emissão:** |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 7.700.000,00 | **Quantidade de ativos:** 7700000 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) Fiança; (ii) Cessão Fiduciária de Recebíveis e (iii) Fundo de Despesas.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 5 | **Emissão:** 55 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 10.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 10000000 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) as Cessões Fiduciárias de Recebíveis, (ii) a Fiança; e (iii) o Fundo de Despesas** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 5 | **Emissão:** |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 5.900.000,00 | **Quantidade de ativos:** 5900000 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) Fiança; (ii) Cessão Fiduciária de Recebíveis e (iii) Fundo de Despesas.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 6 | **Emissão:** 55 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 5.858.477,00 | **Quantidade de ativos:** 5858477 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) as Cessões Fiduciárias de Recebíveis, (ii) a Fiança; e (iii) o Fundo de Despesas** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 6 | **Emissão:** |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 4.250.000,00 | **Quantidade de ativos:** 4250000 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) Fiança; (ii) Cessão Fiduciária de Recebíveis e (iii) Fundo de Despesas.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 7 | **Emissão:** 55 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 52.500.000,00 | **Quantidade de ativos:** 52500000 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) as Cessões Fiduciárias de Recebíveis, (ii) a Fiança; e (iii) o Fundo de Despesas** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 7 | **Emissão:** |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 47.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 47000000 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) Fiança; (ii) Cessão Fiduciária de Recebíveis e (iii) Fundo de Despesas.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 8 | **Emissão:** 55 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 2.519.200,00 | **Quantidade de ativos:** 2519200 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: (i) as Cessões Fiduciárias de Recebíveis, (ii) a Fiança; e (iii) o Fundo de Despesas** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 9 | **Emissão:** 55 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 5.700.000,00 | **Quantidade de ativos:** 5700000 |
| **Data de Vencimento:** 22/07/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,6% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias: (i) as Cessões Fiduciárias de Recebíveis, (ii) a Fiança; e (iii) o Fundo de Despesas** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 49 | **Emissão:** 49 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 15.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 15000 |
| **Data de Vencimento:** 10/08/2031 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 7,5% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias: (i) Fiança, (ii) Alienação Fiduciária de Imóvel, (iii) Cessão Fiduciária de Direitos Aquisitivos, (iv) Fundo de Reserva, (v) Fundo de Despesas, (vi) Seguros e (vii) Coobrigação pela BSD Empreendimentos.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 7 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 360.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 360000 |
| **Data de Vencimento:** 28/05/2024 | |
| **Taxa de Juros: 100,4% do CDI.** | |
| **Status:** ATIVO | |
|  | |
| **Garantias: Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRI.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 11 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 36.999.677,62 | **Quantidade de ativos:** 36999 |
| **Data de Vencimento:** 24/06/2028 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 4,5% a.a. na base 360.** | |
| **Status:** INADIMPLENTE | |
| **Inadimplementos no período:** Pendências atualizadas: - envio da atualização do processo de retificação e unificação das matrículas alienadas fiduciariamente; - Apólice com a renovação do Seguro Patrimonial do Imóvel (Rua Sergio F. B. Soares, nº1000, Distrito Industrial - Campinas/SP), bem com o endosso a Vert Securitizadora; | |
| **Garantias: (i) Alienação Fiduciária de Imóveis; e (ii) Carta Fiança Bancária.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRI** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 10 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 109.753.754,77 | **Quantidade de ativos:** 109753 |
| **Data de Vencimento:** 20/01/2025 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 3,5% a.a. na base 360.** | |
| **Status:** INADIMPLENTE | |
| **Inadimplementos no período:** Pendências atualizadas: - envio da(i) comprovação da renovação da apólice de seguros e (ii) endosso em favor da Vert; - Verificar o andamento da unificação das matrículas. - Informações atualizadas sobre os processos de desapropriação que recaem sobre parcela do imóvel com matrícula 42.941. | |
| **Garantias: O cumprimento das Obrigações Garantidas será garantido pela Alienação Fiduciária de Imóveis.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: Debênture** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 300.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 300000 |
| **Data de Vencimento:** 16/04/2029 | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI + 1,95% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: (i) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 54 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 150.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 150000 |
| **Data de Vencimento:** 16/08/2027 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 6,233% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias: Cessão Fiduciária e o Aval.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 70 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.000.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 100000 |
| **Data de Vencimento:** 22/09/2023 | |
| **Taxa de Juros: 95% do CDI.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 18 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 170.775.000,00 | **Quantidade de ativos:** 170775 |
| **Data de Vencimento:** 17/10/2022 | |
| **Taxa de Juros: 103% do CDI.** | |
| **Status:** INADIMPLENTE | |
| **Inadimplementos no período:** Pendências atualizadas: - Relatório de Rating anual atualizado; | |
| **Garantias: Não foram constituídas garantias sobre os CRA.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 20 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 660.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 660000 |
| **Data de Vencimento:** 18/12/2023 | |
| **Taxa de Juros: 97,5% do CDI.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: Fiança constituída pela Ultrapar Participações S.A.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 22 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 324.372.000,00 | **Quantidade de ativos:** 324372 |
| **Data de Vencimento:** 15/01/2025 | |
| **Taxa de Juros: CDI + 0,7% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** INADIMPLENTE | |
| **Inadimplementos no período:** Pendências atualizadas: - Relatório de gestão, referente aos meses de novembro e dezembro/21 e janeiro/22; - Relatório de Rating, referente aos seguintes trimestres 2T21, 3T21 e 4T21; | |
| **Garantias: Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 21 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 300.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 300000 |
| **Data de Vencimento:** 15/02/2024 | |
| **Taxa de Juros: CDI + 0,9% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: Os Direitos Creditórios do Agronegócio que lastreiam os CRA contarão com fiança prestada pela JSL S.A. em favor da Securitizadora.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 36 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 84.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 84000 |
| **Data de Vencimento:** 30/06/2024 | |
| **Taxa de Juros: CDI + 3,2% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRA.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 52 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 347.809.000,00 | **Quantidade de ativos:** 347809 |
| **Data de Vencimento:** 16/03/2026 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 4,9265% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 18 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 221.410.000,00 | **Quantidade de ativos:** 221410 |
| **Data de Vencimento:** 15/10/2024 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 5,8069% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Pendências atualizadas: - Relatório de Rating anual atualizado; | |
| **Garantias: Não foram constituídas garantias sobre os CRA.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 20 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 240.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 240000 |
| **Data de Vencimento:** 15/12/2025 | |
| **Taxa de Juros: IPCA + 4,6107% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: Fiança constituída pela Ultrapar Participações S.A.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 36 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 9.600.000,00 | **Quantidade de ativos:** 9600 |
| **Data de Vencimento:** 30/06/2024 | |
| **Taxa de Juros: CDI + 6,5% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRA.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 3 | **Emissão:** 36 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.200.000,00 | **Quantidade de ativos:** 1200 |
| **Data de Vencimento:** 30/06/2024 | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRA.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 4 | **Emissão:** 36 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.200.000,00 | **Quantidade de ativos:** 1200 |
| **Data de Vencimento:** 30/06/2024 | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRA.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: Vert Companhia Securitizadora S.A.** | |
| **Ativo: CRA** | |
| **Série:** 5 | **Emissão:** 36 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 24.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 24000 |
| **Data de Vencimento:** 30/06/2024 | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRA.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** VERT-9 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 500.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 500.000 |
| **Espécie:** REAL | |
| **Data de Vencimento:** 24/04/2031 | |
| **Taxa de Juros:** no período de 11/05/2022 até 24/04/2031. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias:** (i) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** VERT-9 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.100.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 1.100.000 |
| **Espécie:** REAL | |
| **Data de Vencimento:** 24/04/2031 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 1,9% a.a. na base 252 no período de 11/05/2022 até 24/04/2031. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias:** (i) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS VERT- PROVI II | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 2 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 22.625.000,00 | **Quantidade de ativos:** 22.625 |
| **Espécie:** REAL | |
| **Data de Vencimento:** 12/08/2027 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 6,5% a.a. na base 252 no período de 12/08/2022 até 12/08/2027. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias:** (I) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de forma que: (i) Receba todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelos Tomadores, decorrentes dos Direitos Creditórios Vinculados; (ii) todos os direitos creditórios atuais e futuros detidos e a serem detidos pela Emissora como resultado dos valores depositados na Conta Exclusiva, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, bem como seus frutos e rendimentos, inclusive os Investimentos Permitidos; (iii) todos os direitos creditórios atuais e futuros detidos e a serem detidos pela Provi como resultado dos valores depositados na Conta Vinculada, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, bem como seus frutos e rendimentos, inclusive os Investimentos Permitidos; e (iv) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis aos Direitos Creditórios Vinculados ou deles decorrentes. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS VERT- PROVI II | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 2 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 4.900.000,00 | **Quantidade de ativos:** 4.900 |
| **Espécie:** REAL | |
| **Data de Vencimento:** 12/08/2027 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 9,5% a.a. na base 252 no período de 12/08/2022 até 12/08/2027. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias:** (I) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de forma que: (i) Receba todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelos Tomadores, decorrentes dos Direitos Creditórios Vinculados; (ii) todos os direitos creditórios atuais e futuros detidos e a serem detidos pela Emissora como resultado dos valores depositados na Conta Exclusiva, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, bem como seus frutos e rendimentos, inclusive os Investimentos Permitidos; (iii) todos os direitos creditórios atuais e futuros detidos e a serem detidos pela Provi como resultado dos valores depositados na Conta Vinculada, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, bem como seus frutos e rendimentos, inclusive os Investimentos Permitidos; e (iv) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis aos Direitos Creditórios Vinculados ou deles decorrentes. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS VERT- PROVI II | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 3 | **Emissão:** 2 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 4.900.000,00 | **Quantidade de ativos:** 4.900 |
| **Espécie:** REAL | |
| **Data de Vencimento:** 12/08/2027 | |
| **Taxa de Juros:** no período de 12/08/2022 até 12/08/2027. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Garantias:** (I) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de forma que: (i) Receba todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelos Tomadores, decorrentes dos Direitos Creditórios Vinculados; (ii) todos os direitos creditórios atuais e futuros detidos e a serem detidos pela Emissora como resultado dos valores depositados na Conta Exclusiva, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, bem como seus frutos e rendimentos, inclusive os Investimentos Permitidos; (iii) todos os direitos creditórios atuais e futuros detidos e a serem detidos pela Provi como resultado dos valores depositados na Conta Vinculada, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, bem como seus frutos e rendimentos, inclusive os Investimentos Permitidos; e (iv) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis aos Direitos Creditórios Vinculados ou deles decorrentes. | |